UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JOSIVAN DOS SANTOS MOURA

CAMINHOS PELA LIBERDADE DO CONHECIMENTO:

Software Livre no Assentamento Moacir Wanderley - Quissamã (SE)

SÃO CRISTÓVÃO - SE - BRASIL

2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

JOSIVAN DOS SANTOS MOURA

CAMINHOS PELA LIBERDADE DO CONHECIMENTO:

Software Livre no Assentamento Moacir Wanderley - Quissamã (SE)

Dissertação de Mestrado apresentada à comissão julgadora do Núcleo de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa: Novas Tecnologias, Trabalho e Educação.

ORIENTADORA

Profa. Dra. Maria de Fátima Monte Lima

SÃO CRISTÓVÃO - SE - BRASIL

2007

Ao MST de Sergipe, símbolo de luta e resistência.

A minha esposa, amiga e conselheira Elza.

Ao meu filho Levi e a minha filha Laís.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profa. Dra. Maria de Fátima Monte Lima pela orientação.

Agradeço ao Prof. Dr. Henrique Nou Schneider, por acreditar e incentivar o início da minha caminhada no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Agradeço às Pesquisadoras e aos Pesquisadores, Colaboradoras e Colaboradores do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação (NETE) da Universidade Federal de Sergipe. Em particular à Profa. Dra. Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus, pelos pertinentes conselhos.

Agradeço aos (as) colegas do Mestrado em Educação - UFS, especialmente, Alessandra, Elia, Joaquim e Merivandra pela atenção, respeito e consideração a mim dedicados.

Agradeço às amigas Mônica e Ucineide pelos sentimentos de ajuda e cooperação.

À Andrea, agradeço de forma toda especial, pela relação de amizade, criada durante a trajetória dos nossos estudos.

Ao mestre Orlando (in memoriam), agradeço pelos incentivos. Agradeço, principalmente, por ter participado do seu mundo como colega de mestrado.

Agradeço ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação (NPGED), em particular ao secretario Edson pelos serviços de apoio prestados.

Agradeço ao MST de Sergipe, pela colaboração no processo de realização da pesquisa, especialmente, Eanes, Maurício e Claudiane (Militantes do MST).

Agradeço à coordenadora do MST de Sergipe, a Sra. Acácia, por colaborar permitindo a minha entrada no Assentamento Moacir Wanderley (SE).

Por fim, agradeço a todos os amigos (as) que no silêncio souberam compreender todos os meus momentos de distanciamento e, portanto, de solidão necessário para a construção desta dissertação.

"Se o indivíduo trabalha apenas para si mesmo, poderá vir a ser um famoso erudito, um grande sábio, um poeta renomado, mas jamais alguém genuinamente grande e completo. A História chama essas pessoas de os maiores... aqueles que se enobrecem trabalhando para o propósito universal. A experiência exalta como o mais feliz aquele que fez mais pessoas felizes."

(Karl Marx)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar as Tecnologias da Informação e Comunicação (tic) no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Considerando que os assentados do Assentamento Moacir Wanderley - Quissamã/Sergipe - têm acesso às tic, perguntamos sobre a possibilidade do *Software* Livre, lá instalado, contribuir para a Produção de Conhecimento. A partir disto, resolvemos investigar o MST observando a diversidade do *modus operandi* do seu relacionamento com o *Software* Livre na perspectiva da liberdade do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Estado, cidadania, movimentos sociais, Educação, tecnologias da informação e comunicação (tic).

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo investigar las Tecnologías de la Información y Comunicación (tic) en el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Considerando que los asentados del Asentamiento Moacir Wanderley - Quissamã/Sergipe - tienen acceso a las tic, preguntamos sobre la posibilidad del *software* libre, allá instalado, contribuir para la Producción de Conocimiento. A partir de esto, resolvemos investigar el MST observando la diversidad del *modus operandi* de su relación con el *software* libre en la perspectiva de la libertad del conocimiento.

PALABRAS-LLAVE: Estado, ciudadanía, movimientos sociales, educación, tecnologías de la información y comunicación (tic).

LISTAS

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTO 1 - ANTENA GESAC - TELECENTRO QUISSAMÃ (SE) 72

FOTO 2 - COMPUTADORES AMONTOADOS E QUEBRADOS - TELECENTRO QUISSAMÃ (SE) ... 74

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM COMPUTADOR (*PERCENTUAL SOBRE O TOTAL DE DOMICÍLIOS*) 10

TABELA 2 - POPULAÇÃO E AMOSTRA (*ESTIMATIVA EM QUANTIDADE*) 16

TABELA 3 - PROPORÇÃO DOS ASSENTADOS QUE RESPONDERAM O QUESTIONÁRIO: DISTRIBUIÇÃO POR SEXO, IDADE E ESCOLARIDADE (*ESTIMATIVA EM %*) 19

TABELA 4 - PROPORÇÃO DOS ASSENTADOS QUE RESPONDERAM O QUESTIONÁRIO: DISTRIBUIÇÃO POR IDADE (*ESTIMATIVA EM %*) 20

TABELA 5 - PROPORÇÃO DOS ASSENTADOS QUE RESPONDERAM O QUESTIONÁRIO: DISTRIBUIÇÃO POR IDADE E ESCOLARIDADE (*ESTIMATIVA EM %*) 20

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - COMO O TELECENTRO CONTRIBUI PARA A SUA VIDA? (ESTIMATIVA %) 79

GRÁFICO 2 - DAS FERRAMENTAS CONHECIDAS, QUAIS AS MAIS UTILIZADAS? (ESTIMATIVA %) 81

GRÁFICO 3 - A EDUCAÇÃO DADA PELO MST, HOJE NO ASSENTAMENTO, SE POTENCIALIZA COM A INFORMÁTICA? (ESTIMATIVA %) 82

GRÁFICO 4 - O (A) SENHOR (A) JÁ UTILIZOU O TELECENTRO COMO LABORATÓRIO PARA FAZER ALGUM CURSO OU ATIVIDADE IMPORTANTE DO ASSENTAMENTO? (ESTIMATIVA %) 83

GRÁFICO 5 - O USO DO TELECENTRO SERVE PARA? (ESTIMATIVA %) 84

GRÁFICO 6 - QUE GANHOS O ASSENTAMENTO PASSOU A TER COM A INSTALAÇÃO DO TELECENTRO? (ESTIMATIVA %) 84

GRÁFICO 7 - COM O TELECENTRO O (A) SENHOR (A) SE SENTE? (ESTIMATIVA %) 85

GRÁFICO 8 - PARA OBTER MAIORES CONTRIBUIÇÕES COM A INFORMÁTICA, O TELECENTRO DEVERIA: (ESTIMADA EM %) 86

GRÁFICO 9 - O SOFTWARE LIVRE É? (ESTIMADA EM %) **89**

GRÁFICO 10 - O SOFTWARE LIVRE ESTÁ CONTRIBUINDO PARA O AUMENTO DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DOS ASSENTADOS? (ESTIMADA EM %) **89**

GRÁFICO 11 - A UTILIZAÇÃO DO TELECENTRO COM SOFTWARE LIVRE REPRESENTA? (ESTIMADA EM %) **90**

GRÁFICO 12 - EXISTE UMA FILOSOFIA DE LIBERDADE DENTRO DO SOFTWARE LIVRE? (ESTIMADA EM %) **90**

GRÁFICO 13 - O SOFTWARE LIVRE É UMA PRÁTICA DE INCENTIVO PARA? (ESTIMADA EM %) **91**

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

AGETIS - Agência de Tecnologia da Informação de Sergipe

AIS - Ações Integradas de Saúde

APP - Programa Aplicativo de Ponta

BB - Banco do Brasil

BM - Banco Mundial

BSD - Berkeley *Software* Distribution

CAICC - Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária

CECAC - Centro e Capacitação Canudos

CGI.Br - Comitê Gestor da Internet no Brasil

CISL - Comitê Técnico de Implantação do Software Livre

CONTAG - Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DOE - Diário Oficial do Estado

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas

FMI - Fundo Monetário Internacional

FSM - Fórum Social Mundial

FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

G8 - Grupo dos Oito

GESAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão

GNU - GNU Não é Unix

GPL - Licença Pública Geral

I EFMT-MST de Sergipe - Encontro de Formação de Monitores de Telecentros do MST de Sergipe

INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LTSP - Linux Terminal Server Project

MEC - Ministério da Educação

MSL - Movimento do *Software* Livre

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NETE - Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação

NIC.Br - Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto br

NPGED - Núcleo de Pós-Graduação em Educação

OCDE - Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

ONGs Organizações Não-Governamentais

PEAP - Programa Eletrônico da Administração Pública

PT - Partido dos Trabalhadores

SECPAST - Secretaria de Estado do Combate à Pobreza, da Assistência Social e do Trabalho

SEIDES - Secretaria do Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social

SIEd - Sistema Integrado de Informações Educacionais

SIEp - Sistema de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SOCINFO - Programa da Sociedade da Informação do Brasil

SRF - Secretaria da Receita Federal

SUDS - Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

UFS - Universidade Federal de Sergipe

WEB - Rede de Alcance Mundial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **1**

METODOLOGIA **13**
MÉTODOS QUALITATIVOS **13**
Estudos Exploratórios 15
População e amostra da pesquisa *15*
Estudos Descritivos 16
Observação Participante *17*
Questionário *19*

CAPÍTULO I - ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS NO COTIDIANO DA CIDADANIA E DA EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE **22**

RELAÇÃO ENTRE ESTADO E MOVIMENTOS SOCIAIS **23**
UM PILAR DE CONSTRUÇÕES: EDUCAÇÃO E CIDADANIA **38**
EDUCAÇÃO DO MST: CONDIÇÃO DE CIDADANIA **41**

CAPÍTULO II - MST E MSL, OBJETIVOS E DESAFIOS: ELEMENTOS DO DIREITO À REFORMA AGRÁRIA E A DEMOCRATIZAÇÃO E UNIVERSALIZAÇÃO DAS TIC **45**

MST E MSL: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA **46**
Conhecendo o MST a partir da pesquisa de campo 46
Conhecendo o MSL: Relato histórico a partir do *Software* Livre 54
Aspectos importantes da igualdade entre o MST e o MSL 58
UMA RELAÇÃO VISLUMBRANTE: DO *SOFTWARE* LIVRE AO TELECENTRO **59**
Software Livre no Estado de Sergipe 67
ASSENTAMENTO DO MST - MOACIR WANDERLEY (SE) **70**
O Telecentro do Moacir Wanderley (SE): Telecentro Quissamã 71

CAPÍTULO III - CAMINHOS PELA LIBERDADE DO CONHECIMENTO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS DA EXPERIÊNCIA DO *SOFTWARE* LIVRE NO TELECENTRO QUISSAMÃ (SE) **75**

3.1 TELECENTRO QUISSAMÃ (SE), UMA PORTA PARA O MUNDO? **76**
Vida antes do TELECENTRO 76
Vida depois do TELECENTRO 79
As categorias de análise 87
Liberdade: *87*
Conhecimento: *92*

CONSIDERAÇÕES FINAIS **95**

BIBLIOGRAFIA **97**

APÊNDICE(S) **108**

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO **109**
APÊNDICE B - Nº ASSENTADOS (AS) X UTILIZAÇÃO DO TELECENTRO **114**
APÊNDICE C - ROTEIRO DE PERGUNTAS ABERTAS E RESPOSTAS **116**
Assentado(a) A 116
Assentado(a) B 117
Assentado(a) C 118
Assentado(a) D 119
Assentado(a) E 120
Assentado(a) F 121
Assentado(a) G 122
Assentado(a) H 123
Assentado(a) I 124
Assentado(a) J 125
Assentado(a) K 126
Assentado(a) L 127
APÊNDICE D - UTILIZAÇÃO DO TELECENTRO QUISSAMÃ (SE) (ESTIMADA EM %) **128**

ANEXO(S) **129**

ANEXO A - P. A. ASSENTAMENTO MOACIR WANDERLEY (SE) **130**
ANEXO B - CONTRATO SOCIAL DEBIAN **131**
ANEXO C - DECRETO DE 18.10.2000 ..... **134**
ANEXO D - DECRETO DE 29.10.2003 ..... **137**
ANEXO E - DECRETO DE 10.03.2005 ..... **139**
ANEXO F - DECRETO 23.706 DE 10.03.2006 ..... **140**
ANEXO G - 6º FISL - FÓRUM INTERNACIONAL DE SOFTWARE LIVRE **141**
ANEXO H - HORÁRIO DE USO DO TELECENTRO QUISSAMÃ (SE) PELOS ASSENTADOS **142**
ANEXO I - HORÁRIO DE USO GERAL DO TELECENTRO QUISSAMÃ (SE) **143**

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem crescido o número de estudos a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Hoje são muitos os pesquisadores que procuram compreender o processo de Educação, de formação e territorialização desse movimento cuja realidade tem atraído alguns pesquisadores brasileiros como: Arroyo (2004), Caldart (2004), Molina (2004), Gohn (2003), Paulo Freire (2003), Fernandes (2000) e Boff (1994), entre outros. A maior parte desses pesquisadores estuda o MST como objeto de suas investigações.

Também fomos sensibilizados a compreender melhor esse processo, para tanto lançamos mão da investigação, que culminou na elaboração desta dissertação. Resolvemos investigar como o *Software* Livre tem sido utilizado pelos assentados do Assentamento Moacir Wanderley - Quissamã (SE) em função da Promoção da Liberdade do Conhecimento. Esta é a pergunta central que objetivou a pesquisa e que guiou seu percurso, a partir da qual procuramos conhecer esse movimento tão difundido na America Latina.

O nosso interesse maior pelo *Software* Livre se deu a partir do momento que soubemos da existência de um Telecentro que tinha sido instalado no assentamento. Assim, o presente trabalho articula o processo de implantação do Telecentro com o *Software* Livre, com a Liberdade do Conhecimento e, conseqüentemente, com a Produção de Conhecimento que acontece pela ação dos seus assentados através da Educação desenvolvida por eles. A

estruturas e processos através dos quais os seres humanos formam intenções significativas e, com maior ou menor êxito, as executam em

de ser um assentamento, é um pólo de capacitação que atende as demandas dos seus assentados, como também, dos diversos integrantes do movimento do MST, que vêm de outras regiões de Sergipe e de outros estados, receber formação de capacitação.

A motivação do estudo originou-se a partir de dois pontos, o primeiro do pensamento sobre as questões positivas e negativas que circundam o MST e o segundo da nossa experiência profissional, que é marcada por mais de 20 anos trabalhando na área da Tecnologia da Informação em diversos estados do Brasil. A decisão de voltar à academia se deu pela vontade que tínhamos de continuar os estudos buscando assim novas possibilidades de conhecimento. Então, decidimos fazer uma pós-graduação *strict senso* na UFS, especificamente, Mestrado em Educação, pois, entre os cursos de mestrados oferecidos pela

UFS, foi o que mais se aproximou das nossas necessidades e objetivos atuais. Além da convivência com pessoas da área de Educação: familiares, amigos e professores, as leituras de algumas obras (entre elas: Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Autonomia, Educação como Prática da Liberdade e Educação e Mudança) do educador Paulo Freire motivaram o nosso interesse pelo Mestrado em Educação. Paulo Freire assinala, nas suas obras, a Educação como elemento fundamental para o homem que busca, por meio dela, a superação de suas imperfeições, de seu saber relativo. Diz ele o
(FREIRE, 2005a, p. 28), portanto, ele necessita realizar novas caminhadas. Logo, vimos que através do Mestrado em Educação poderíamos vislumbrar novas possibilidades de aprendizagens.

Assim, além de iniciarmos em 2004 a carreira de estudante de Pós-Graduação no Mestrado em Educação como aluno especial da disciplina Novas Tecnologias, Educação e Trabalho, paralelamente, inserimo-nos como estudante no NETE e demos início aos estudos mais pontuais que permeiam a Educação, as relações que envolvem a discussão do capitalismo, da sociedade, das Tecnologias da Informação e Comunicação (tic) e, principalmente, dos movimentos sociais. Este Núcleo tem como objetivo estudar os assuntos que permeiam a Educação, inclusive os movimentos sociais. Daí por diante, fui envolvido com a luta e resistência[1] dos movimentos sociais, em particular, com a luta do MST.

O envolvimento com o NETE nos impeliu a buscar mais subsídios para a compreensão da relação movimentos sociais, capitalismo e Educação. Ainda inserido no NETE, fizemos mais uma disciplina como aluno especial: Teoria da Ação Coletiva e movimentos sociais no Brasil. Envolvido com a nova disciplina e com o NETE, empolgado com as leituras e com o estudo dos movimentos sociais, consolidamos o objeto de pesquisa junto ao MST de Sergipe. Passamos então a elaboração do anteprojeto de pesquisa para o Mestrado em Educação: *Caminhos pela Liberdade do Conhecimento: Software* Livre *no Assentamento Moacir Wanderley - Quissamã (SE)* -lo, na medida em que envolve a reflexão das tic, movimentos sociais e Educação tão ausentes na academia.

Desde então, começaram as idas ao assentamento para consolidar a elaboração do anteprojeto de pesquisa. Constatamos, de antemão, que a participação como aluno especial e o envolvimento com o Núcleo foi de grande importância para a realização da pesquisa. Em 2005 ingressamos no Mestrado em Educação como aluno regular, época em que já tínhamos realizado diversas leituras a respeito de temas como: Educação, movimento sociais, em

[1] Resistência é uma categoria-chave para aqueles que acreditam e lutam por um projeto de emancipação social. (GOHN, 2005b, p. 17).

particular: o Movimento do MST e o Movimento do *Software* Livre (MSL). Mesmo assim, sentimos muita dificuldade em organizar a pesquisa, por alguns motivos que vinham na contra mão da experiência de lidar com os referidos temas em questão. A falta de formação específica na área da Educação e de intimidade com as práticas dos movimentos sociais criaram em nós uma maior necessidade de aproximação dos aportes teóricos da Pesquisa em Educação. Pois, precisávamos compreender a relação dos assentados do Assentamento Moacir Wanderley com as tic. Mais ainda, investigar a relação desses assentados com o *Software* Livre. Relação que acontece em um espaço particular chamado de Telecentro Quissamã.

Nesse espaço, existe uma prática cotidiana dos assentados com o *Software* Livre. Mas, o que é *Software* Livre?

> Este termo se refere à liberdade que o usuário tem de executar, distribuir, modificar e repassar as alterações de um programa licenciado como *Software* Livre sem, para isso, ter que pedir permissão ao autor que o desenvolveu. (ENEC, 2005, p. 17).

Para garantir essas premissas, a maioria dos *software*s livres carrega em si o que chamamos de Licença Pública Geral (GPL), isto é, licença pública geral. Outras licenças também são consideradas livres, entre elas: Berkeley *Software* Distribution (BSD) e Artistic. Como o *Software* Livre possibilita executar, distribuir, modificar e repassar as alterações, as licenças garantem a certeza dessas liberdades. Porém, há algumas sutis diferenças entre elas. Por exemplo, a GPL se distingue das demais, porque
o seu código sempre seja livre e que ele nunca seja usado por aplicativos *não-livres* [2]

Assim entendido, o *Software* Livre traz consigo a concepção de Liberdade do Conhecimento. Razão por que tivemos interesse em investigá-lo na prática do MST de Sergipe, no Assentamento Moacir Wanderley, pois o MST traz consigo uma identidade libertária. Nesse viés, tanto o *Software* Livre (o MSL) quanto o MST lutam por liberdade: a concepção de liberdade que tratamos durante a cimentação da pesquisa é invocada pela mediação pedagógica entre Educação e conhecimento. Educação como possibilidade de processo de mudança social, te conceito se sustenta numa utopia geral, concebida como a antecipação de uma sociedade melhor do que a presente, de respeito mútuo, autonomia e p. 109). Nesse sentido, destacamos alguns elementos da Educação freireana, tais como: cooperação, comunhão, comunicação, relação dialética, bens culturais, informação, liberdade e consciência humana, elementos que sinalizam a Educação como prática de liberdade tão defendida por Paulo Freire. Para ele a liberdade, é uma

[2] Disponível em: < http://kdedevelbr.codigolivre.org.br/html/licenciamento-kde-usa.html>. Acesso em: 10 de maio de 2007.

conquista, e não uma doação (FREIRE, 2001, p. 34). Acreditamos, então que é através da Educação que o homem poderá alcançar a liberdade. Isto porque:

> Quando o homem compreende sua realidade [**pelo viés da Educação dada a ele**], pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias, (FREIRE, 2005b, p. 30, grifo nosso).

Este é o desafio que não só os movimentos sociais, a exemplo do MST, mas todos os seres humanos têm de assumir em suas próprias vidas pelo viés da Educação. É pela Educação que se desenvolve uma consciência crítica permitindo ao homem transformar a realidade e se libertar de todas as amarras a ele impostas. Portanto, faz-se cada vez mais urgente uma Educação alternativa que rompa com a alienação e as subordinações presentes na Educação posta: uma Educação para além do capital, como diz (MÉSZÁROS, 2005). Daí surge à urgência de alinhar a possível liberdade concedida pela Educação à consciência humana e, portanto, política acima de tudo. A consciência, vista por esse prisma, é o conhecimento das coisas em si e o conhecimento para refletir sobre ele mesmo através do processo de alfabetização - entendida como um processo que se inicia e desenvolve durante toda a vida do indivíduo e seu grupo , (GOMEZ, 2002, p. 102) -, que si dá mediante o acumulo das experiências adquiridas através das informações que circulam pelo processo de ensino-aprendizagem do sujeito, tal processo forma uma consciência crítica, mediante a qual advêm certas razões que ex .

Deste modo, o sujeito-cidadão é o fruto da consciência política: o indivíduo situado nas relações sociais com seus direitos e deveres, relacionando-se com a esfera pública do poder e das leis para transformar sua realidade. A partir daí possibilidades para sermo (FREIRE, 2005b, p. 35). Não podemos imitar o que não somos, temos que trilhar os nossos próprios caminhos de possibilidades: o conhecimento, então, pode dá ao cidadão o alcance da liberdade. Diante do exposto, surgem as perguntas:

Será que o *Software* Livre potencializa a Produção de Conhecimento tão necessário para os Trabalhadores Rurais Sem Terra do Assentamento Moacir Wanderley?

Se sim, será que tal potencialidade promove os caminhos pela Liberdade do Conhecimento? As respostas e as reflexões de tais indagações serão apontadas no terceiro capítulo desta dissertação.

Por ora, consideramos que a Produção de Conhecimento não nasce do vazio, mas das experiências que são acumuladas durante a vida dos sujeitos através das informações que circulam pelo processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos. O sujeito entendido, segundo Marx (1975) é o indivíduo tomado em suas relações reais com os grupos, as classes, o

conjunto da sociedade. Nesse sentido, tais relações seriam os atos que se transformam em ações desenvolvidas no assentamento pelos os assentados. O assentamento é um desses -a-dia do movimento se traduz em novos atos de Produção de Conhecimento. Nesta dissertação, buscamos compreender as experiências dos assentados a partir da suas relações com as tic, em particular por meio do *Software* Livre.

Entendemos experiência uma forma de interação, pela qual os dois elementos que nela entram são modificados: situação e agente , (DEWEY, 1978, p. 14). Partindo deste pensamento, ambos sofrem experiências: assentados e *Software* Livre; *Software* Livre e assentados, isto é, ambos são atingidos ora como situação de uma ação, ora como agente de uma ação. Face à realidade investigada, tanto as tic quanto, em particular, o *Software* Livre associado à Produção de Conhecimento leva-nos a reflexões que incluem pensarmos o papel do Estado, o papel da Educação e o papel da sociedade. Daí o interesse por investigar: os Caminhos pela Liberdade do Conhecimento a partir da experiência do uso do *Software* Livre pelo MST de Sergipe no Assentamento Moacir Wanderley.

É consensual, entre os estudiosos, que a preocupação com a Produção de Conhecimento na concepção atual da Sociedade da Informação e Conhecimento, a partir das tic assume uma importância crescente nos diversos seguimentos da sociedade, inclusive para os movimentos sociais. Castels (2007) tem sido um desses estudiosos. Tal preocupação revela que as mudanças tecnológicas concernentes à introdução das tic aos processos produtivos e sociais são consideradas a base das mudanças sociais que começou já nas últimas décadas do século anterior e que se estendem ao século XXI. Além disso, a introdução das tic aos processos produtivos e sociais compreende os principais fatores de desenvolvimento socioeconômico dos séculos referidos.

Igualmente, muitos são os estudiosos que analisaram o surgimento das tic como sendo as ferramentas que deram início a chamada Terceira Revolução Industrial. Um desses estudiosos, Bolaño (2002) parte da seguinte idéia: o elemento principal da Primeira Revolução I -
por meio de máquinas. Ele ainda afirma que o elemento central da Terceira Revolução Industrial é aquilo a que Lévy (1993) chamou de tecnologias da inteligência, especificamente, as tecnologias informacionais.

Estas nos proporcionaram os chamados avanços tecnológicos: computador, leptop, palm, Internet[3] (banda larga, satélite), *softwares*[4]; em cujo contexto os *softwares* livres estão inseridos.

Por volta da segunda metade da década de 70 começaram a surgir os primeiros grandes avanços tecnológicos na área da informática[5], embalados pelo desenvolvimento da microeletrônica. O paradigma da microeletrônica possibilitou uma maior densidade de gravação em discos e bandas magnéticas; do protocolo TCP/IP[6], da Rede de Alcance Mundial, conhecida como (WEB)[7] e dos sinais distribuídos por satélites.

Daí, por exemplo, deu-se o surgimento e posterior desenvolvimento da Internet. A Internet é um dos maiores acontecimentos mundiais. Como diz Lévy (2001, p. 17, grifo

devido as Tecnologias Educacionais que hoje são incorporadas às novas competências da Educação no processo de ensino.

Infelizmente, esses melhoramentos tecnológicos, advindos com a Terceira Revolução Industrial, são destinados apenas a uma parcela pequena da população, geralmente aquelas de maior poder aquisitivo, uma conduta que é fruto do receituário das *Políticas Públicas Neoliberais Globalizantes*, isto é, do neoliberalismo globalizante que se espalhou pelo mundo a partir dos anos 70 e passou a significar a doutrina econômica que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia. Essas políticas adotadas por diversos paises de pontencialidades diferentes não trouxeram ganhos significativos para a melhoria da distribuição de renda local nem mundial dos cidadãos, pelo contrário:

> A desigualdade na renda per capita aumentou em vários países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde a última década do séc. XX, o que sugere que a desregulação dos mercados teve como resultado uma maior concentração do poder econômico. (SUMDARAM; BAUDOT, 2007, tradução nossa)

De acordo com Sumdaram e Baudot (2007), a repartição da riqueza mundial por conta do neoliberalismo piorou os índices de pobreza pelo mundo. Além de promover todo um caos que caminha cada vez mais para o aumento das desigualdades sociais dos países que o adotaram, o **neoliberalismo globalizante** liderado pelos países desenvolvidos, especialmente pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha, influencia outros acontecimentos, que nem sempre é somente de ordem econômica. É importante dizermos que a Terceira Revolução Industrial também é fruto do neoliberalismo. Diz Bolaño (2004) é

(BOLAÑO, 2004, p. 187, grifo nosso). Tal acontecimento não só influenciou a economia mundial, mas a política, a cultura e a Educação das nações, mas acima de tudo tem influenciado a maneira pela qual as pessoas pensam e agem, tornando-as individualistas, quadro característico de uma sociedade que vive em colapso constante. Estamos diante de um processo de globalização que passa a mostrar com nitidez a sua face socialmente perversa. Agora com muito mais poder, pois as forças internacionais de ontem são bem maiores hoje, principalmente, as direcionadas a países como o Brasil: em desenvolvimento[8].

---

[8] Pesquisas de opinião pública, realizadas em 2007, indicaram que *"(...) a percepção dos brasileiros é que as privatizações, [logicamente por conta do neoliberalismo] pioraram os serviços prestados à população nos setores de telefonia, estradas, energia elétrica e água e esgoto. As mais altas taxas de rejeição (73%) estão no segmento de nível superior e nas classes A e B".* Disponivel em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Neoliberalismo>. Acesso em: 20 de dezembro de 2007.

Como nos alerta Lima (2002, p. 38):

> Existe uma rede de instituições internacionais - como o Grupo dos Oito (G8), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), etc., que constituem uma força internacional unificada destinada a controlar, governar e administrar a vida no planeta em função do livre mercado e do livre lucro no capitalismo financeiro mundial.

Tendo como base essa rede de instituições internacionais, o paradigma neoliberal foi incerto durante o Governo Collor e avassalador a partir do Governo Governo FHC impulsionou verdadeira refundação neoliberal do Estado brasileiro. O que significou a revisão decisiva de vários de seus contratos básicos e fundamentais em uma direção liberal, com intensidade

paradigma neoliberal exige do Estado, parceiro das forças internacionais e gestor das Políticas Públicas nacionais: gestar as suas políticas sociais, culturais e econômicas a favor da exposição à especulação financeira internacional. Diante desse quadro, é possível afirmar da

contra o quadro avassalador das assimetrias sociais: miséria, fome, altos índices de desemprego, já citados, são apenas alguns dos problemas sócio-econômicos existentes no Brasil que têm se agravado com as políticas neoliberais do Governo.

Podemos explicitar, também, os problemas das privatizações dos avanços tecnológicos como mercadorias a favor de um mercado cada vez mais perverso. Nesse caso, um exemplo são as indústrias de *software* não-livres, os softwares produzidos por elas são privatizados e só liberados sob forma de licenças pagas, uma espécie de concessão de uso. Hoje, os *softwares* estão inseridos tanto no contexto de todas as produções industriais, isto é, as indústrias utilizam do poder dos *softwares* para acelerar suas produções e inseri-las no contexto do dia-a-dia de cada cidadão. Quer no âmbito social, cultural e educacional, político ou econômico eles têm alterado o modo de vida dos cidadãos.

Apesar disso, os *softwares* não podem ser o veículo pelo qual se tem aumentado o processo de exclusão social, haja vista que temos outras opções não capitalistas de *softwares* que potencialmente podem combater a exclusão digital e, portanto, também social.

Cabe dizer que estamos utilizando a categoria: exclusão social, que também é cultural e educacional para expressar o descaso do Governo ante as situações degradantes das assimetrias sociais citadas anteriormente. As assimetrias digitais também fazem parte do fosso da exclusão social existente no Brasil. À categoria: exclusão social a que estamos nos referindo está situada nos limites do discurso do caráter do problema prático-político brasileiro de atender e/ou pelo menos atentar para as demandas sociais existentes.

Diante do exposto, não obstante entendemos que é preciso exigir mais do Estado, é preciso transformar a Educação para que eleve o nível de consciência dos cidadãos pelo direito de exercer o papel de ter direitos, de conduzir suas demandas sociais nos trilhos das Políticas Públicas de efetivação, isto é, que de fato vão ser efetivadas pelo Governo.

O processo de exclusão social dos cidadãos menos favorecidos de ter direito aos avanços tecnológicos: computador, Internet é a nosso ver uma das maiores privações que o Governo tem promovido direta ou indiretamente contra a Sociedade da Informação brasileira. Haja vista, que: se a sociedade em vigor é da informação os cidadãos brasileiros estão desprovidos dos privilégios oferecidos por ela. Em tese quando da consolidação do Programa da Sociedade da Informação do Brasil (SOCINFO) - Programa que teve como objetivo estabelecer as diretrizes de ações rumo a Sociedade da Informação do Brasil, era de evitar a exclusão social e dar oportunidades aos menos favorecidos. Acessar as informações através de computador e Internet, Telecentros e infocentros que circundam pelo mundo e pelas teias das tecnologias numa velocidade estonteante seria uma das propostas contida na SOCINFO, sobretudo no capítulo III - A universalização de serviços para a cidadania: É papel do Estado dedicar especial atenção à incorporação dos segmentos sociais menos favorecidos e de baixa Evidentemente, isto não tem acontecido.

O problema maior ainda da exclusão social, além da omissão do Estado, é, justamente, o que já foi dito, indiretamente, em outras passagens: quem só pelos danos sociais, culturais, educacionais e digitais da exclusão, infelizmente, são aqueles de menor poder aquisitivo. Eles sofrem na pele o preço por não terem também o amparo do Estado para reverter tamanha situação. Daí, podemos afirmar que o problema da exclusão social no Brasil só tem aumentado em passos lagos mesmo quando se tem discussão política sobre o assunto. Diante deste fato, é importante sabermos que apenas 18,81% da população da classe C têm acesso ao computador, isto é, tem computadores em seus domicílios. O quadro é mais alarmante ainda quando comparados às classes D e E, pois apenas 2,83% possuem computadores. (ver tabela 1, próxima página).

Nessa lógica, o que nos parece surgir como força para exigir o direito à democratização e universalização dos avanços tecnológicos tem sido o MSL, cujo pensamento é garantir o acesso às Tecnologias Informacionais pelo uso do *Software* Livre em detrimento as tecnologias *não-livres*. Mas, esbarram nas Políticas Públicas não efetivas do Estado. Será que se -o e fortalecendo-

Em resposta a Lima (2002), podemos dizer que existe uma consciência coletiva de que as características assumidas pelo Governo pertinentes ao mercado globalizado não permitem pensarmos num Estado defensor dos interesses sociais, culturais, educacionais e digitais dos menos favorecidos. Além do mais, por ser a Sociedade da Informação na sua essência excludente, mais pessimistas ficamos. Seu caráter excludente é fruto da Terceira Revolução Industrial que trouxe consigo um novo padrão de acumulação capitalista. Este padrão tem como base primária a Economia do Conhecimento. Como diz Bolaño (2004, p. 188):

> A hegemonia industrial perdida nos anos 70 nos setores fundamentais ligados ao paradigma da Segunda Revolução Industrial (automobilístico, eletro-eletrônico) será espetacularmente retomada naqueles setores ligados à Economia do Conhecimento, como as telecomunicações, a informática, indústrias de conteúdo, inclusive Educação, ou as biotecnologias.

Tabela 1 - Proporção de domicílios com computador (***Percentual sobre o total de domicílios***)

Percentual (%)		**SIM**	**NÃO**
Total		**19,63**	**80,37**
REGIÕES DO PAÍS	**SUDESTE**	24,19	75,81
	NORDESTE	8,50	91,50
	SUL	24,63	75,37
	NORTE	10,39	89,61
	CENTRO-OESTE	18,88	81,12
RENDA FAMILIAR	**ATÉ R$300**	1,87	98,13
	R$301-R$500	2,51	97,49
	R$501-R$1000	13,84	86,16
	R$1001-R$1800	36,72	63,28
	R$1801 OU MAIS	60,17	39,83
CLASSE SOCIAL	**A**	86,02	13,98
	B	63,17	36,83
	C	18,81	81,19
	D, E	2,83	97,17

Fonte: NIC.br - jul/ago 2006

A formação histórica dessa sociedade com base na Economia do Conhecimento deu ao mundo origem aos diferentes projetos de Sociedade da Informação, inclusive aqui no Brasil. Por isso, ao falarmos de Sociedade da Informação é cômodo para o próprio Estado que pensa globalmente: ter um Estado forte internacionalmente, atendendo aos interesses do grupo G8, OMC, OCDE, FMI e BM como já dito anteriormente, mas incapaz nacionalmente de resolver os problemas oriundos da exclusão social (miséria, fome, altos índices de desemprego).

Além do analfabetismo educacional e digital. Nesse sentido, por exemplo, Lima (2002) faz um estudo aprofundado do papel do Estado na implantação de Políticas Públicas de universalização e democratização da Educação e das Tecnologias da Informação e Comunicação. Quando se refere ao programa da SOCINFO, a pesquisadora tem a seguinte opinião:

> O ***Programa da Sociedade da Informação*** e demais investimentos do Governo no Brasil, através de ações fragmentadas não conseguiram garantir o acesso nem a universalização das Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação, como parte do projeto neoliberal. A expansão explosiva do mercado de telecomunicações na área educacional e na sociedade em sua amplitude, não aconteceu, comprimindo a demanda contradizendo as necessidades do capital. ***Contraditoriamente reafirmando o atraso econômico e o aumento da exclusão digital e social***. (LIMA, 2002, p. 358, grifo nosso).

A partir do que aponta Lima (2002) fica mais evidente que por determinações das Políticas Públicas neoliberais, o Brasil não consegue atingir índices satisfatórios de democratização e universalização das tecnologias, sobretudo, das Tecnologias da Informação e Comunicação, pelo contrário, cada vez mais há o aumento do processo de exclusão social por conta dessas políticas.

É incômodo, que mais de 33 milhões de crianças na escola fundamental e cerca de 10 milhões no ensino médio, em cerca de 160 mil escolas públicas. Não tenha na totalidade acesso à internet, ou mesmo equipamento de informática adequado para permitir o acesso quando ele existir. É mais incômodo, ainda, existir mais de US$ 3 bilhões acumulados no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e, mesmo assim, o Brasil continua a nos revelar índices alarmantes de desigualdades sociais. Por exemplo, no que tange as tic, o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto br - (NIC.br) - entidade civil, sem fins lucrativos, que desde dezembro de 2005 implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil nos informa que 97,17% da classe social D, E não têm computador nos seus domicílios. Destas classes sociais, as mais atingidas são as famílias da região Norte e Nordeste do país, respectivamente seus percentuais são 89,61% e 91,50%.

Se por um lado não bastasse tudo isso, que comprova o fosso social em que a maioria dos cidadãos brasileiros está inserido, por outro lado, dados retirados de matéria apresenta pela Folha *Online* nos chamam mais atenção: mais de 50% das famílias brasileiras vivem com menos de dois salários mínimos por mês [9]. Além disso, grande parte das famílias brasileiras não têm condição de adquirir um microcomputador. Notamos, por conta de todas essas investigações que denunciam as disparidades sociais existentes no Brasil, onde teoria não se encontra com a prática posta pelo Governo, e mais do que nunca, a Educação tem o papel fundamental: ***[preparar o cidadão] para a mudança de uma sociedade de oprimidos para uma sociedade de iguais*** , grifo nosso) ou de amenizar, pelo menos, o fosso social existente e, portanto, de construção de uma sociedade mais igualitária.

[9] Disponível em: <http://www.feedsfarm.com/article/d88c7aead3336c4ee2a2978e9cc.html>. Acesso em: 24 de novembro de 2007.

De acordo com Lima (2002), o acesso à universalização e à democratização das tic surge na constelação dos interesses, quando estas são apresentadas como ferramentas importantes na constituição de um novo *locus* social. Não é à toa que os movimentos sociais, sobretudo o MST de Sergipe, desejosos de uma sociedade mais igualitária, almejam inserir, em suas comunidades, as ferramentas tecnológicas como facilitadoras da Promoção de Conhecimento e como exercício de liberdade.

Os participantes do MST de Sergipe e do MSL sabem que os efeitos das tic atingem as relações sociais, culturais e educacionais; políticas e econômicas das sociedades. Então, resta-nos perguntar se as tic abrem caminhos para a Promoção da Liberdade do Conhecimento? Investigá-las sob a forma de *Software* Livre é o objetivo a que este estudo se propõe. Principalmente, a sua possibilidade de se apresentar como elemento emancipador de um devir social emergente aos olhos da sociedade organizada e da inserção desse elemento como ferramenta de transformação social no que tange à luta pela conquista de direitos.

Para apresentar os resultados desta investigação, organizamos a dissertação em três capítulos. O primeiro faz uma discussão a respeito do Estado: articulamos as idéias do Estado contemporâneo tensionadas pelo caráter da regulação social e da emancipação social com a luta de classes, hegemonicamente hierarquizada. Aqui, ressaltamos as idéias de emancipação dos movimentos sociais, aliando-os à Educação política com ênfase na conscientização do sujeito em prol da reflexão em torno da emergência de uma nova prática de cidadania e, portanto, de um novo contrato social. Entendemos sujeito, conforme Sodré (2002) citado por Gohn (2005a), como sendo o suporte estável e universal das representações - designa sempre a esfera do humano e suas relações histórico-culturais.

No segundo, discutimos os aspectos da história dos movimentos do MST e do MSL bem como os aspectos comuns entre ambos os movimentos. Contextualizá-los foi condição *sinequanon* para o entendimento do objeto de estudo. Ainda discutimos a trajetória política, tanto do Telecentro quanto do *Software* Livre, mostramos localmente como esse aspecto se constrói no Estado de Sergipe e, por fim, fizemos um breve histórico do Assentamento Moacir Wanderley - a grande âncora deste trabalho. Neste capítulo foi inevitável a utilização de alguns termos técnicos referentes às ferramentas de informática. No terceiro capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa, e realizamos a sua análise com base nos referenciais teóricos abraçados.

Nas considerações finais, fizemos alguns apontamentos importantes para a consolidação da pesquisa: diante das observações e da análise dos dados colhidos através dos questionários, lançamos algumas sugestões ao MST de Sergipe, pertinentes ao Assentamento

Moacir Wanderley e a prática dele com as tic. Tomado por todos esses questionamentos e com intuito de levarmos esse estudo ao efeito esperado, adotamos, inicialmente, compreender o papel do pesquisador diante dos procedimentos metodológicos disponíveis. Logo, passaremos, imediatamente, a apresentá-los.

Metodologia

Dialogar com a metodologia científica foi de grande importância para a elaboração e execução da pesquisa. Com ela encontramos sentido para a investigação do objeto de pesquisa. O papel da metodologia é servir de guia de orientação. Assim, é prudente que somente após a compreensão de alguns dos seus requisitos essenciais, aconteça, então, a elaboração e execução de uma pesquisa científica. Logo, o pesquisador deve apropriar-se dos seus requisitos a fim de conduzir a pesquisa nos moldes da exigência científica. Daí a importância dos métodos de pesquisa.

De acordo com Gatti (1998) o método é constituído,

ão se pode deixar que prescrições metodológicas aprisionem o pesquisador como uma couraça. O método oferece a orientação de base necessária à garantia de consistência e validade, mas ele . (GATTI, 1998, p.17)

Dessa forma, entendemos, que o método serve para desenvolver experiências a fim de produzir conhecimento científico consoante a metodologia. Além disso, exige-se dele um conjunto de procedimentos regulares, explícitos e passíveis de serem repetidos para se alcançar resultados, sejam materiais ou conceituais.

Então, o pesquisador desejoso de produzir conhecimento, deve fazer uso do método de método é o caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido de antemão É através do(s) método(s) de pesquisa que os resultados serão confiáveis, válidos e, portanto, aceitáveis perante a academia.

Métodos Qualitativos

ser educado é uma criatura convidada a refletir sobre a ação de educar. É convidado a elaborar

e a reelaborar suas propostas educativas, seus anseios em prol de um mundo melhor, ou, no mínimo, em prol de um bem-estar social de uma determinada comunidade, num determinado contexto. Dentro dessa perspectiva é que pensamos na tessitura desta pesquisa. Buscamos respostas ou sinais delas para contribuir com a reflexão das ações, que dão sentido à práxis dos movimentos sociais.

É bem verdade que hoje na contemporaneidade, estamos diante de grandes transformações sociais, impulsionadas pela chamada Terceira Revolução Industrial. Hoje, no mundo, tudo está embaralhado, pois estamos constantemente vivenciando transições paradigmáticas. Com relação a essa afirmativa, por exemplo, Pierre Lévy (2001) entende que a sociedade atual está em transição para uma sociedade móvel. Estamos num verdadeiro redemoinho de informações onde teorias se encontram e se desencontram constantemente.

No atual momento histórico, mais do que nunca, sentimos a necessidade de repensar os dogmas, os paradigmas e as atitudes, pois o homem já não sabe se é o senhor ou se é o escravo do consumo, do tempo, das transformações engendradas pela própria máquina humana. O que criamos? Para que criamos? São questões avassaladoras que temos feito com mais rigor nos últimos tempos. Dentro de tal perspectiva, consideramos o potencial das facilidades tecnológicas no Assentamento Moacir Wanderley. Por que construir novos conhecimentos a partir das facilidades tecnológicas? Em que elas facilitam ou dificultam os processos de geração de conhecimento? Quais são as expectativas da Liberdade do Conhecimento pelas chamadas tecnologias livres? Nesse contexto, elas promovem ou não a Liberdade do Conhecimento?

Pensando em tais questões e, a partir da relevância da pesquisa, optamos pelo método qualitativo. De acordo com Flick (2004), o método qualitativo oferece um processo contínuo

baseia-se em uma compreensão específica de seu , (FLICK, 2004, p. 18). Certo disso, o pesquisador qualitativo tende a ficar mais tranqüilo, porque, de certa maneira ele pode lançar mão de um, dois ou mais métodos para atender as diferentes etapas do processo de pesquisa.

Além disso, escolhemos a abordagem qualitativa porque ela oportuniza estabelecer o embate de idéias, perspectivas, teorias e práticas. Igualmente, possibilita um diálogo interativo

May (2004): O pesquisador qualitativo considera necessário vivenciar pessoalmente o evento ou o relacionamento a que se faz referência para analisá-lo ou entendê-lo. Nessa lógica, ao adentrarmos no campo empírico da pesquisa, optamos pelas seguintes abordagens

metodológicas: estudos exploratórios e os estudos descritivos. Dentro deste último destacamos o uso da observação participante e a aplicação de questionário. A seguir explicaremos cada etapa das respectivas abordagens metodológicas com suas configurações.

Estudos Exploratórios

Os estudos exploratórios foram utilizados na pesquisa com o rigor característico de um trabalho científico. Resolvemos aplicá-los porque precisávamos conhecer o campo empírico da pesquisa, também, precisávamos estabelecer os primeiros contatos com os assentados do Assentamento Moacir Wanderley, além de aumentar a experiência em torno do objeto de pesquisa. A partir daí, por diversas vezes fomos sondar o assentamento com o objetivo de realizar as primeiras investigações exploratórias e, conseqüentemente, criar meios que fornecessem, posteriormente, subsídios à segunda opção de estudos que escolhemos - estudos descritivos. Para Triviños (2006), os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar.

Embora a utilização dos estudos exploratórios tivesse a intenção maior de fornecer subsídios necessários para o bom andamento dos estudos descritivos, eles não só forneceram tais subsídios como também a partir dos estudos exploratórios foi possível conhecer a dinâmica do assentamento e criar uma relação mútua de respeito e ajuda com os seus assentados.

População e amostra da pesquisa

Em virtude de não sabermos ao certo quantos assentados eram usuários (as) do Telecentro Quissamã (SE) e da impossibilidade de obtenção dessa informação através do MST de Sergipe[10], elaboramos um formulário, percorremos cada perímetro onde havia famílias assentadas e fizemos perguntas, com o objetivo de obter dados, tais como: Nº assentados(as)? Nº chefes(as) de família? Número de chefes(as) de família que usam o Telecentro? Nº filhos / filhas? Nº Filhos (as) que usam Telecentro? (ver Apêndice, quadro B).

Em 1993, o assentamento continha 37 famílias e um número incerto de assentados. Hoje, após a coleta dos dados, são 179 entre assentados e assentadas, filhos e filhas. Desse total, 24 são usuários do Telecentro, o que corresponde apenas a 13,40% dos moradores do assentamento. A partir dessas informações, naturalmente, a população da pesquisa se limitou

[10] O MST de Sergipe não tinha a informação de quantos assentados existiam no assentamento.

aos 179 assentados, filhos e filhas do Assentamento Moacir Wanderley e a amostra restringiu-se aos 24 usuários do Telecentro. (ver **Tabela 2**, abaixo).

Tabela 2 - População e amostra (***estimativa em quantidade***)

NÚMERO DE FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO MOACIR WANDERLEY	*37*
Número de assentados e assentadas	**179**
Número de chefe e chefa de família	**66**
Número de chefe e chefa de família que usa o Telecentro	**0**
NÚMERO DE FILHO E FILHA POR FAMÍLIA:	
Até 5 anos	**21**
De 6 até 10 anos	**29**
De 11 até 15 anos	**26**
Maior de 15 anos	**28**
TOTAL *filho e filha*	**104**
Número de filho e/ou filha que usa o Telecentro	**24**
Número de chefe e chefa de família que usa o Telecentro	**0**
TOTAL *usuários do Telecentro*	**24**

Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

Surpreendentemente, dos 24 usuários do Telecentro, ou seja, 13,40%, nenhum é chefe (a) de família. Todos são filhos e/ou filhas. Os chefes (as) de famílias se dedicam apenas às atividades do assentamento pertinentes ao trabalho agrícola. As tic parecem seduzir muito mais os jovens, do que os mais velhos, lamentavelmente.

Com a execução dos estudos exploratórios, que chamamos de 1ª etapa, partimos para a execução da 2ª etapa, os estudos descritivos.

Estudos Descritivos

Os estudos descritivos nos permitem

de uma determinada realidade social. Por isso, escolhemo-los para serem guias na execução da 2ª etapa do processo de pesquisa. De acordo com Triviños (2006), o foco desses estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, seus integrantes, seus

Educação é

Sob a luz desses estudos, estabelecemos o plano de investigação e com eles

da verdade da realidade em que vivemos; aproximações que sejam consistentes e conseqüentes, pelo menos por certo

descritivos foram bastante consistentes durante o percurso de investigação. Eles facilitaram o envolvimento com os assentados do assentamento, permitiram mais facilmente compreendermos a perspectiva dos sujeitos envolvidos na pesquisa diante do objeto investigado.

Através dos estudos descritivos, investigamos o comportamento dos sujeitos diante das tic, especificamente do *Software* Livre. Tudo o que foi observado e escrito pelos assentados e assentadas diz respeito às suas ações em face da presença do Telecentro. Desse modo, apreciamos o que foi possível de ser captado pelos sentidos e, assim, poder descrevê-lo e processá-

partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual,

, (FRANCO, 2003, p. 13).

-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica

O foco da nossa observação foi o modo como ocorre a Produção de Conhecimento no Telecentro com o uso do *Software* Livre e, somente depois, buscamos os teóricos para dar suporte e inteligibilidade ao que encontramos na linguagem dos assentados. Linguagem, aqui

históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se

-15). Dentro dos estudos descritivos, utilizamos dois instrumentos de coleta de dados, como já citados acima.

Observação Participante

No contexto da proposta deste trabalho, a aplicação da observação participante nos permitiu conhecer mais profundamente a dinâmica dos assentados no uso diário do Telecentro, na medida em que nos envolvemos cotidianamente com aquele pólo tecnológico.

May (2004, p. 175-176) reforça os motivos que nos levaram a escolher a observação participante como uma das técnicas de coleta de dados:

> É importante participar nas relações sociais e procurar entender as ações no contexto de uma situação observada. Por quê? Porque é argumentado que as pessoas agem e dão sentido ao seu mundo se apropriando de significados a partir do seu ambiente. Assim, os pesquisadores devem tornar-se parte daquele ambiente, pois somente então podem entender as ações daqueles que ocupam e produzem culturas, definidos como os aspectos simbólicos e aprendidos do comportamento humano, os quais incluem os costumes e a linguagem.

Então, por diversas vezes ficávamos horas observando e às vezes interagindo com os assentados que estavam usando o Telecentro. Muitas vezes respondíamos perguntas que eles faziam a respeito de informática, principalmente, sobre as tecnologias livres.

As perguntas eram feitas e, naturalmente, tínhamos o prazer de respondê-las. Pois, May (2004) defende que o pesquisador deve tornar-se parte do ambiente investigado. Dessa forma, cada vez mais, fomos entrando na vida cotidiana do Telecentro e estabelecendo uma interação cada vez maior.

Um momento marcante da pesquisa foi quando tivemos a oportunidade de estar reunidos durante cinco dias ininterruptos no Telecentro. Na ocasião, participamos em 2006 do I Encontro de Formação de Monitores de Telecentros do MST de Sergipe (I EFMT-MST de Sergipe) para o uso do *Software* Livre. Na ocasião fomos um dos palestrantes convidado. As relações recíprocas de confiança e respeito criadas entre nós (pesquisador e MST de Sergipe) desde 2004 (início dos estudos exploratórios - primeira visita ao Assentamento Moacir Wanderley) nos possibilitaram ser um dos organizadores desse evento. Por duas vezes nos reunimos com o MST de Sergipe a fim de definir as diretrizes do I EFMT-MST de Sergipe.

Sem dúvida alguma, essas aproximações como tantas outras que aconteceram durante a investigação, possibilitaram-nos colher dados não só das ações dos assentados com relação ao Telecentro e ao *Software* Livre, mas também de suas vidas. Conforme Bogdan e Biklen (1994, p. 50- as pessoas dão sentido

Software Livre influenciava as vidas dos assentados. Para isso, a técnica da observação participante utilizada correspondeu à *observação pouco ou não-estruturada*

Esta foi a opção de aproximação com a realidade do Telecentro. Mesmo porque, segundo Triviños (2006, p. 180-181) a observação pouco ou não-

-las umas das outras; entrar em contato com os comportamentos reais dos atores, com freqüência diferente dos

Diante de tal fato, o que fizemos para dar sentido às idéias metodológicas de Triviños? Além das aproximações citadas anteriormente, ao longo da pesquisa, realizamos em torno de vinte (20) visitas ao Telecentro. Elas foram úteis para registrar as indicações ocorridas naquele ambiente. Em 2005, retomamos as observações com a finalidade de concluir parte dos estudos descritivos. De imediato, passamos duas semanas convivendo com os assentados e, ao final desse período, tivemos a certeza de que a técnica escolhida da observação

participante havia sido a melhor para a pesquisa. A relação que vivenciamos com os assentados -

Questionário

O questionário foi outro instrumento que resolvemos utilizar para auxiliar a busca de

-lo aos estudos descritivos. Para Quivy e Campenhoudt (2003, p. 188) o questionário, consiste em:

> Colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores.

Assim, ele foi

para o uso do questionário foi de 24 usuários do Telecentro, como já definido nos estudos exploratórios. Cabe apenas dizer, que todos os 24 usuários (assentados), moram no assentamento e, além disso, são donos de lotes. Isto porque, só podemos considerar moradores do assentamento aqueles que nele possuem lote. Como existem muitos assentados e acampados que estão temporariamente, morando no assentamento por estarem executando alguma atividade do movimento (fazendo curso de capacitação, trabalhando etc.). Conseqüentemente, tivemos a preocupação de delimitar a amostra da pesquisa para a aplicação do questionário de forma bastante categórica. Desses 24, só foi possível aplicar o questionário a 12, o que corresponde 50% da amostra. A seleção desses 12 foi feita por

Tabela 3,

abaixo).

Tabela 3 - Proporção dos assentados que responderam o questionário: distribuição por sexo, idade e escolaridade (***estimativa em %***)

Sexo		***Faixa de Idade***		***Escolaridade***		
Masculino	Feminino	De 11 até 15 anos	Maior de 15 anos	Ensino Fundamental (8º série)	Ensino médio incompleto (1º 2º e 3º série)	Ensino médio completo
33,34%	66,34%	25%	75%	25%	25%	50%

Fonte: Dados da Pesquisa - 2007
Notas: (1) No item Ensino Fundamental - todos estão na 8º série.
(2) Informações confeccionadas a partir da aplicação do questionário.

Através da tabela acima, verificamos que há uma predominância feminina na utilização do Telecentro: 66,34% do sexo feminino e 33,34% do sexo masculino. Destes, 25% são estudantes da 8º série, 25% ensino médio incompleto (1º, 2º 3º série) e 50%, que é a maioria, têm ensino médio completo. De certa forma, as informações citadas nos dão a certeza de que os perfis dos assentados de acordo com a idade e escolaridade dão consistência aos dados analisados a partir das respostas dos questionários. Além disso, 75% dos respondentes são maiores de 15 anos, o que fortalece mais ainda a consistência dos dados e, conseqüentemente, as análises que serão apontadas no terceiro capítulo desta dissertação. Com relação às idades dos assentados que contribuíram com a investigação, obtivemos a seguinte escala. (ver **Tabela 4**, abaixo).

Tabela 4 - Proporção dos assentados que responderam o questionário: distribuição por idade (***estimativa em %***)

Idade	***13***	***16***	***17***	***22***	***24***	***27***	***34***	***39***
%	25	8,33	16,66	8,33	16,66	8,33	8,33	8,33

Fonte: Dados da Pesquisa - 2007
Notas: (1) Informações confeccionadas a partir da aplicação do questionário.
(2) As idades estão expressas em anos completos.
(3) Dados expandidos.

Relacionando idade e escolaridade, vimos que 50% dos assentados participantes da entrevista - aplicação de questionário - têm o ensino médio completo. (ver **Tabela 5**, abaixo). Lembrando: *os respondentes da pesquisa foram compreendidos como assentados e nomeados com letras do alfabeto português, já que o caráter da aplicação do questionário tinha como pré-requisito não identificá-los* .

Tabela 5 - Proporção dos assentados que responderam o questionário: distribuição por idade e escolaridade (***estimativa em %)***

Escolaridade	*Ensino fundamental (5º a 8º série)*	*Ensino médio incompleto (1º 2º e 3º série)*	*Ensino médio completo*
Idade	(13 anos)	(16 anos e 17 anos)	(22 anos, 24 anos, 27 anos, 34 anos e 39 anos)
%	25	25	50

Fonte: Dados da Pesquisa - 2007
Notas: (1) Informações confeccionadas a partir da aplicação do questionário.
(2) As idades estão expressas em anos completos.
(3) Dados expandidos.

O questionário foi composto por trinta perguntas. As cinco primeiras tiveram o propósito de identificar aspectos mais pessoais dos assentados: sexo, grau de escolaridade etc. Das vinte e cinco perguntas restantes: dezoito foram perguntas fechadas. Para a análise dos dados, emitimos tabelas e gráficos, sem maior tratamento estatístico, utilizamos tais recursos com o objetivo de gerar os percentuais das respostas dos assentados e fazer as interpretações cabíveis para o estudo do objeto em investigação.

As ú

sujeitos uma liberdade maior para responder, por que eles o fazem de uma maneira que é análise de conteúdo categorizando-as de forma temática. Elegemos duas categorias para serem trabalhadas:

> **Liberdade e conhecimento**. Após isso, pegamos as respostas e agrupamo-las: as que significavam **liberdade** foram agrupadas na categoria *liberdade*; **conhecimento** na categoria *conhecimento*.

conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de .

De modo geral, a aplicação do questionário teve o interesse de mapear a situação social, cultural e de convívio dos assentados com as ferramentas tecnológicas do Telecentro, sobretudo o *Software* Livre e através dele o uso da Internet.

Para completar o quadro metodológico, ressaltamos o emprego da pesquisa bibliográfica com a seleção de diversos autores renomados. Tivemos a devida acuidade de selecioná-los com o objetivo de compor o pensamento científico, já que a pesquisa bibliográfica busca informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa (livros, verbetes de enciclopédia, artigos de revistas, trabalhos de congressos, teses etc.) para que sejam posteriormente

Então, para investigar como os *Software*s livres têm sido utilizados pelos assentados do Assentamento Moacir Wanderley - Quissamã (SE) em função da Promoção da Liberdade do Conhecimento, realizamos todos esses procedimentos. Ao construirmos as etapas da pesquisa, sentimos que dentro de nós também se construía um pesquisador. Mais que isto, um ser desejoso de contribuir com a promoção, por meio da pesquisa, de um mundo mais humano e fraterno.

CAPÍTULO I

Estado e movimentos sociais no cotidiano da cidadania e da Educação **NA CONTEMPORANEIDADE**

"(...) Já sabemos muito bem / De onde nasce e de onde vem / A raiz do grande mal / Vem da situação crítica / Desigualdade política / Econômica e social (...)"

(Patativa do Assaré, 1990)

Pensar as relações entre Estado e movimentos sociais no cotidiano da cidadania e da Educação é um desafio intelectual de porte. Cada uma dessas dimensões admite várias conceituações segundo as distintas correntes e escolas sociológicas e políticas. Um desafio maior ainda é pensá-las sob uma perspectiva contra-hegemônica, a fim de explicar e apontar possibilidades de ação libertadora de combate às extremas assimetrias e exclusões sociais contemporâneas porque passa o Brasil e o mundo. Diante desse quadro, entendemos que tanto o Brasil quanto o mundo estão doentes e, portanto, precisam de remédios. Um receituário em busca dos possíveis remédios de amenização dessas doenças é darmos as mãos: as ações solidárias dos movimentos sociais têm seu grande peso terapêutico.

Relação entre Estado e movimentos sociais

De maneira mais específica, traçamos um diálogo com alguns pesquisadores e estudiosos clássicos conforme bibliografia apresentada com a intenção de tentar compreender a relação de força no que se refere à luta de classes e, portanto, de poderes constituídos no seio da sociedade contemporânea pelo viés da luta pela hegemonia. Uma sociedade histórica que tem se organizado de forma dicotômica a partir do econômico e político, social e cultural.

Nesse sentido, o estudo de alguns aspectos que configuram o Estado atual é essencial para o diálogo que será feito nesta dissertação. Haja vista, que o mesmo tem sido acusado por diversos estudiosos de dá muito mais privilégios aos sujeitos das classes dominantes. A nosso ver, o neoliberalismo tem sido um subsistema do capitalismo que tem influenciado os papeis do Estado na contemporaneidade para a continuidade desses privilégios, que é histórico.

Não obstante, contrariando o Estado, o neoliberalismo e o próprio capitalismo, têm-se os movimentos sociais que fazem parte do contexto das classes dos excluídos. Na verdade, eles são os protagonistas das lutas pela cidadania. Formam grupos sociais, ora maiores, ora menores em vista de interesses coletivos por direitos e não só de deveres impostos pelo Estado. Nesse sentido, sabemos que o Estado carece de pressões cada vez mais significativas e constantes por parte dos movimentos sociais. Algo necessário, pois precisamos construir uma cidadania cada vez mais participativa e, portanto, de ação transformadora. Todavia, diferente da concepção neoliberal de cidadania, que exclui os direitos e exalta somente os deveres. Gohn (2003, p. 18) reforça este pensamento quando assinala sobre a concepção neoliberal de cidadania:

Embora, possamos adiantar que os caminhos pelos quais os movimentos sociais irão percorrer a fim de conquistar seus direitos é o caminho do *diálogo* com o Estado e Governos, visto que suas possibilidades e limites são estabelecidos e construídos mediante os laços de interação com o Estado e os próprios Governos locais.

O diálogo, que é indispensável, não elimina, porém, o caráter de luta entre eles. Daí a necessidade de ações mais contundentes por parte dos movimentos sociais, como por exemplo, faz o MST com suas ocupações de terras e/ou até mesmo ocupações de órgãos públicos. As ações concretas, como ocupações, podem adotar diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas com o objetivo de chamar a atenção do Estado, Governos e sociedade para a questão da Reforma Agrária.

Ocupações que se traduzem em luta por hegemonia.

Nesse caso, a discussão de Estado e movimentos sociais, articula-se à de Educação e cidadania, categorias fundamentais aos movimentos sociais, pelo grau de importância que elas têm para o fortalecimento político deles. Isto, conseqüentemente, leva-nos a pensar em um novo devir social de construção de uma nova concepção de mundo, o que nos inquieta e, acima de tudo, faz-nos ter sérias reflexões, principalmente, diante dos problemas que urgem ser resolvidos como o da Reforma Agrária. Um reflexo de outros problemas entre os quais O descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria de milhões de pessoas, o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre de lucro etc. . (GOHN, 2005a, p. 16):

O que observamos, a partir dos problemas citados, é que eles se alastram devido ao comportamento do Estado e Governos cujas Políticas Públicas não têm atendido, pelo menos, as demandas das classes menos favorecidas (os oprimidos). O aumento dos problemas a que nos referimos tem levado o planeta a contrair sérias patologias de ordens diversas como o aumento da fome, o desmatamento da floresta amazônica e o aquecimento global do planeta.

Todos esses problemas segundo Gohn (2005a) são elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais, os movimentos sociais. Para Gohn (2005a, p. 16) eles são:

> Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas, [...]. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais,

> nacionais e internacionais, e utiliza-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet.

A partir deste conceito, bastante atual, entendemos que os movimentos sociais nas últimas décadas,

Para Santos (2003, p. 117) a sociedade civil econômica, das relações sociais espontâneas orientadas pelos interesses privados e Em outras palavras, trata-se de um conceito clássico da sociologia política, mas, na atualidade, ele tende a ser utilizado num modelo de divisão tripartite da realidade: Estado, mercado e sociedade civil -WARREN, 2006, p. 110). Nesse sentido, compreendemos que todos nós fazemos parte dela. Diferentemente, a sociedade civil organizada contempla todos os sujeitos organizados coletivamente e politicamente nos seus respectivos movimentos.

Atualmente outros grupos ou comunidades organizados em Organizações Não-Governamentais (ONGs) são considerados grupos que fazem parte da sociedade civil organizada como protagonista da luta, por exemplo, contra os desmatamentos da Amazônia. Daí, por serem considerados sujeitos integrantes da sociedade civil organizada. Nesse ponto, discordamos um tanto de Gohn (2005b) quando considera as ONGs sendo protagonistas desta sociedade. O terreno das ONGs é um terreno incerto, pois, muitas delas fazem parte de uma rede a serviço da globalização e em muitos casos estão envolvidas com corrupções.

Em coluna no *JB*

participativa. Estas lhes dão direito a ampliação cada vez mais de mais direitos através dos processos emancipatórios que eles lançam na política, na economia, na Educação e na cultura.

No entanto, os elementos a serem compreendidos a partir dessa lógica é o Estado como um organismo domesticador de leis potencialmente localizados, mas potencialmente universalizáveis e os movimentos sociais pelas regras de convivência que giram em torno da sociedade civil. A Partir daí, atribuímos, então o Estado brasileiro como sendo participante incontestável da sociedade civil uma vez que a sociedade civil e o Estado se confundem na realidade concreta[da ornamentação política vigente (LIGUORI, 2007). Já os movimentos sociais nacionais participantes da sociedade civil organizada uma vez que eles são os protagonistas das mudanças sociais presentes. (GOHN, 2003).

Cabe dizer, portanto, que é no âmbito do terreno da sociedade civil que se trava a luta de classes, bem como as demais relações de poderes que acontecem na esfera pública entre Estado e movimentos sociais. Mesmo porque, seguindo a orientação histórica de Marx, de modo geral, ele define a sociedade civil como sendo a arena da luta de classes. Ainda seguindo a orientação de Marx: a sociedade civil consiste de massas separadas cuja formação

relação à esfera produtiva. Nesse sentido, Marx busca destacar como as relações sociais de poder sob a sociedade civil são definidas pela emergência de duas classes antagônicas, a burguesia e o proletariado.

Por isso mesmo, atribuímos à burguesa, isto é, à elite industrial e latifundiária de hoje, participantes também da sociedade civil e, portanto, combatentes legítimos das sociedades civis organizadas. Porém, tanto a elite industrial quanto a latifundiária tem como sujeito histórico a burguesia, uma classe que completou a sua emancipação política libertando-se dos vínculos do Estado absolutista e contrapondo a este Estado tradicional os direitos do homem e do cidadão que são, na verdade, os direitos que protegem os interesses particulares da classe burguesa (BOBBIO, 2007).

Então, a sociedade civil é, para Marx, associada ao reino privado das relações entre indivíduos, ou seja, um espaço social que foi vagarosamente desvinculado tanto do universo afetivo da família quanto do domínio formal do Estado mediante o triunfo das relações capitalistas de produção na Europa: **“a sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos, no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas. (...) A sociedade civil, como tal, desenvolve-se apenas com a burguesia”** (MARX, 1993, p.53, grifo nosso).

Notamos, assim, que para Marx o Estado não expressa uma superação da sociedade civil, mas sim um reflexo desta. Na verdade, o Estado contém a sociedade civil a fim de conservá-la tal como ela é. É possível notar através de Marx (1993) alguns dos aspectos conceituais de sociedade civil. De fato há uma variação muito grande no significado do termo . Nesse sentido, Marx é apenas um dos diversos estudiosos que nos ajuda a ter um discernimento do que é sociedade civil e de como o conceito dela tem sido desenvolvida ao longo da história - desde o período medieval através da tradução da política de Aristóteles, até, principalmente a partir do século XVIII quando quase todos os filósofos políticos ocidentais significativos, passando por Hobbes, Locke, Rousseau, Ferguson, Smith, Kant, Hegel, Tocqueville, Marx ajudaram a reformular o conceito de sociedade civil. Pois, na medida em que mudam os estudiosos e suas épocas, mudam os contextos históricos e mudam as perspectivas políticas em torno do conceito de sociedade civil.

Porém, apesar do objetivo deste subitem ser o de discutir a relação do Estado com os movimentos sociais em torno da discussão de hegemonia, não podemos omitir algumas questões que envolvem a discussão de sociedade civil e, por isso mesmo, de maneira bastante específica, pontuamos a visão neoliberal de sociedade civil, por ser esta, a que se confronta com a concepção de sociedade civil organizada na contemporaneidade.

Assim, sociedade civil, no sentido do neoliberalismo, é o reino entre o Estado, o mercado e a família; **não é o reino da luta e da emancipação**, mas sim, o reino da estabilidade, da provisão, da confiança e da responsabilidade social. Termos como organizações sem fins lucrativos e/ou Organizações Não-Governamentais são usados para descrever os atores da sociedade civil.

A partir daí o que se ver, nesse marco,

> é a influência dos EUA, onde são recrutados alguns dos melhores alunos das grandes universidades. Graças a esse recrutamento, muitas ONGs dispõem assim de quadros qualificados, que trabalham nessas associações, tornando-se parceiros críticos das empresas multinacionais e dos Estados - como relata o artigo de Yves Dezalay e Bryant Garth, autores de La Mondialisation des guerres de palais. [12]

Além disso,

> grandes fundações dos EUA financiam a expansão das maiores ONGs, que trabalham com direitos humanos ou defesa do meio ambiente, contribuem para a expansão internacional dos campus que produzem e difundem a nova ortodoxia liberal. Mais da metade dos governadores dos bancos centrais são diplomados em grandes universidades dos EUA e mais de um terço dos ex-presidentes do FMI ou do Banco Mundial.[13]

---

[12] Disponível em: < http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/colunas/emir/2005/06/25/jorcolemi001.html>. Acesso em: 24 de agosto de 2007.

[13] Disponível em: < http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/colunas/emir/2005/06/25/jorcolemi5001.html>. Acesso em: 24 de agosto de 2007.

Um sinônimo para o conceito de sociedade civil usada pela matriz teórica do neoliberalismo que coloca as organizações sem fins lucrativos e/ou Organizações Não-Governamentais como sendo os protagonistas da sociedade civil, é o conceito de erceiro setor . Tal conceito permeia nos relatórios e informes emitidos pelas instituições internacionais: (Banco Mundial, OMC e FMI, por exemplo).

A concepção de sociedade civil pautada na matriz teórica do neoliberalismo é limitada no que se refere ao bem-estar social, segundo a qual este pertence ao âmbito privado, ou seja, as famílias, a comunidade, as instituições religiosas e filantrópicas devem se responsabilizar por tal condição
proteger os mais pobres. Por trás dessa concepção se encontra uma estratégia substitutiva, de descentralização e privatização dos serviços públicos. Desta forma, os Governos nacionais se desobrigam totalmente da responsabilidade pela implantação de programas sociais, delegando, assim, as suas responsabilidades aos Governos locais em parceria com as ONGs e/ou outras organizações sociais consideradas integrantes da sociedade civil.

Podemos considerar que as atitudes dos Governos nacionais a partir da visão neoliberal de sociedade civil abrem assim prejuízos sociais sem precedentes. Mas, esta não é a única matriz teórica que temos de sociedade civil. Entre esta e outras, a matriz gramsciniana foi a que elegemos como aquela que supera algumas contradições sociais que envolvem o conceito de sociedade civil na contemporaneidade, além de ser a que melhor pode ser usado para dialogar com a questão do poder das classes sociais. Assim sendo, observamos que outra grande categoria se insere *naturalmente* dentro desse contexto. Trata-se da categoria hegemonia a que tanto nos reportamos. Nesse sentido, a contribuição teórica de Gramsci (1995) é deveras significativa na medida em que este distingue no interior do Estado um nível superestrutural, a hegemonia, através do qual o Estado de classe exerce sua direção e mantém sua liderança ideológica sobre a sociedade civil.

Para Gramsci (1995) a distinção entre sociedade civil e sociedade política não é apenas uma distinção metodológica entre dois níveis da superestrutura, mas sim um ponto de extrema originalidade e enriquecimento teórico para a teoria do Estado, sobretudo a marxista. A rigor a distinção feita por Gramsci (1995) entre sociedade civil e sociedade política põe em evidência a complexidade, a articulação e a relativa independência, com relação à base econômica, das instituições, das organizações, das formas da consciência e da ideologia através das quais é expresso o poder de uma classe, além de servir para explicar a relação dialética entre coerção e consenso, ditadura e hegemonia, que serve de base e expressão para o poder de uma classe.

Foi a partir da matriz gramsciniana de sociedade civil e sociedade política que elegemos a categoria de hegemonia para orientar a discussão entre Estado e movimentos sociais. Pois, o conceito de hegemonia é segundo orientação de Cardoso (1978, p. 74) *o conceito do entendimento da ideologia que conduz diretamente à relação de classes, ou seja, é o conceito da relação entre as relações da ideologia, por um lado, e as relações de classe, por outro* Diante disso, podemos dizer que dentro da concepção etimológica de hegemonia, ou seja ação de guiar, direção; autoridade, proeminência, poder absoluto; comando de os movimentos sociais se apresentam constituídos de um poder hegemônico, no qual este poder vai de encontro aos poderes constituídos pelo Estado, Governos e elites. Chamamo-os de poder contra-hegemônico. O que torna sua participação política na sociedade um exercício de cidadania, de reivindicações coletivas, no sentido de se opor aos poderes constituídos pelo Estado, Governos e elites não como uma forma de desobediência, mas de sinalizar para esses poderes que outro mundo é possível.

Nesta relação trifásica de poderes, destacamos o poder hegemônico do Estado, amparado pelo poder coercivo de toda norma jurídica e de seus instrumentos. Porém, não obstante, o poder hegemônico, unitário e global é questionado. Fazem parte de uma leva de autores que contribuíram bastante com a discussão das relações de poderes e seus questionamentos: hegemônico, unitário e global, Gramsci (1995) e Foucault (2007).

Nesse sentido, ambos foram paradigmáticos ao discutirem tais relações. Logo, o conceito de hegemonia na perspectiva gramsciniana traz uma nova temática sobre o desfeche dessas relações no seio da sociedade contemporânea.

Essas relações são construídas de dominação econômica segundo a concepção gramsciniana entendida e da qual nos apropriamos para dialogar: o primeiro momento da dominação segundo Gramsci (1995) é econômica. O que corresponde, a dominação do capital sobre o trabalho, em outras palavras à **exploração das classes** menos favorecidas pelas regras de mercado. Isto na verdade é a base da luta de classes, que se expressa na política, na luta ideológica, na disputa por hegemonia, cujo Estado a partir da relação de exploração das classes: que é político-ideológica traduz-se como sendo o defensor dos interesses das classes dominantes, tornando-se o principal agente dessa articulação.

Contrapondo-se à dominação ideológica, estão os movimentos sociais como agentes de poder contra-hegemônico que lutam contra a direção que a classe dominante dá à sociedade. Dessa forma, os movimentos s

.

É *preciso criticar a concepção de mundo que se tem, partindo da consciência daquilo que somos* , (MOCHOCOVITCH, 1992, p. 15, grifo nosso). Nesse sentido, surge uma luz que é possível mudar a ordem das coisas, ou seja, a exploração das classes sociais subalternas, como dizia Gramsci. Porém, antes tem que existir interesses coletivos energizados, somados em um só pensamento: o de lutar e resistir contra o poder do Estado, Governos e elites. Pois, segundo o pensamento gramsciniana: o poder é passível de disputas hegemônicas e, sendo assim, de transferência de poder. Por sua vez, essa discussão abre outra temática: *não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação* FOUCAULT, 2007, p. 10, grifo nosso).

Pensando dessa forma, podemos projetar outras possibilidades que não sejam de dominação econômica nem de dominação ideológica e nem de dominação tecnológica. Através dos interesses coletivos transformados em **ações coletivas** pode-se configurar uma justa **participação cidadã** dos movimentos sociais, por exemplo. Assim, é possível combater os modelos de dominações existentes. Já que no pensamento gramsciniano e foucaultiano, o poder distribui-se entre as classes que o reivindicam.

Sobre a importância das **ações coletivas** dos trabalhadores na Inglaterra, Engels (1986, p. 12) dizia:

> A guerra permanente entre a burguesia e o proletariado é uma característica da sociedade capitalista moderna. Por isso, quando o operário desperta, em geral para lutar contra a exploração, ou melhor, dito contra os efeitos da exploração capitalista, como os baixos salários ou a extensão da jornada ou diferentes tipos de opressão (trabalho feminino, infantil, etc.); então, ele é obrigado a assumir movimentos coletivos, pois sozinho estará submetido aos desígnios do capital.

Daí, a importância das **ações coletivas** dos movimentos sociais. Tais ações podem dá a esses sujeitos uma participação cidadã ativa e, portanto, comprometidas com as mudanças sociais reivindicadas por eles. Pensando desta forma, a **participação cidadã** segundo Gohn (2003, p. 18):

> Funda-se numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil organizada no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social - sem desigualdade, exclusões de qualquer natureza. Busca-se a igualdade, mas reconhece-se a diversidade cultural. Há um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás dessa concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais.

Não obstante todos esses pensamentos, os movimentos sociais têm conseguido por meio de **ações coletivas** e do trabalho educacional de conscientização (Educação política), aglutinar os cidadãos em um só pensamento, o de lutar e o de resistir assumindo papéis cada vez maiores contra a omissão do Estado e Governos. A partir da formulação do conceito de hegemonia de Gramsci uma nova dimensão social da luta de classes e das relações de poderes

se estabelece, o que nos ajuda a formar uma massa crítica voltada para o estudo não só do Estado, mas também dos movimentos sociais.

Assim, procuramos entender, no momento atual, o contexto social, político e cultural da luta dos movimentos sociais de Sergipe, em particular daquele que luta pelo direito à terra sob a bandeira do MST. O interesse maior ainda é ter fôlego para tentarmos compreender o

concreta dos homens por libertar- . Os movimentos sociais têm esse propósito, através de sua Educação criar uma prática de ***formação de consciência política*** e, assim, comungar a idéia de libertar-se. Pois, como reforça Freire (2005b, p. 19):

> O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas
> molhados , ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro. Ao experiênciá-lo, num ato que necessariamente é corajoso, decidido e consciente, os homens já não se dizem neutros.

É mister destacar que os estudos de Freire nos dão uma valiosa contribuição. Seu debate nos revela e amplia o entendimento acerca das relações entre Estado e movimentos sociais; entre ser cidadão e o exercício da cidadania pelas regras de Educação. Conseqüentemente, esta Educação não pode ser qualquer Educação, mas a que possa conduzir o sujeito coletivo e cultural à liberdade.

Nessa lógica, tanto Gramsci quanto Freire aponta de forma crítica e revolucionária, os caminhos para a possível transformação da sociedade. Encontramos, portanto, em Freire uma dialética com a historicidade gramsciana. Concretamente, a partir do olhar de ambos, percebemos que os movimentos sociais exercem seu poder político - contra-hegemônico - com relação ao poder supostamente dominante da elite e mais ainda do Estado e Governos. Assim, os movimentos sociais: comunidades de poder contra-hegemônico são tratados como sujeitos ativos.

Face a verdade, é importante esclarecer que a hegemonia nunca é aceita de forma passiva: está sujeita à luta, à confrontação, a toda uma série de conflitos com o Estado e com as classes supostamente dominante a fim de combater os problemas sociais. Por isso, quem a exerce tem de renová-la continuamente, reelaborando-a, defendendo-a e modificando-a para tentar neutralizar o adversário, incorporando as suas reivindicações, embora desembaraçadas de toda a sua perigosidade. Tais problemas sociais que na maioria das vezes pode ser interpretados pela ausência do Estado - Entenda-se por Estado como agente capaz de proteger e defender os interesses eqüitativos sem distinções e preconceitos com relação às classes sociais existentes. Só assim, possivelmente o Estado seria então capaz de dar às condições de bem-estar a população, de eliminar o peso que cada indivíduo carrega das desigualdades e injustiças sociais tal qual defendeu Rousseau com suas idéias iluministas.

O século das luzes de tempos passados, todavia, não existe mais. Mas, deixou o Estado carregando com seus resquícios. Porém, a configuração do Estado moderno de hoje se demonstra incapaz de dar, pelo menos, às condições de garantias de bem-estar a população. Diante disso, o que temos é um Estado moderno que não funciona. As coisas parecem piorar

ainda mais em países como o Brasil. Inumeráveis razões demonstram esse veredicto. Nada melhor que se lembrar de palavras como *crise*, ou talvez *corrupção*, as quais já se incorporaram ao cotidiano de qualquer cidadão brasileiro. É só ligar a TV ou abrir o jornal.

Não raras vezes, diante do Estado brasileiro há a personificação de crueldade, pois ele se submete aos gostos internacionais. E por conta disso, cada vez mais assistimos as políticas e economias nacionais favorecerem muito mais o refinado paladar internacional do que o paladar nacional. Essas Governo modificaram sensivelmente a relação entre Estado e a sociedade, principalmente daquelas sociedades que se organizam através dos movimentos sociais. São estes sujeitos enquanto formas organizativas da sociedade que preocupam o Estado, isto porque, não se faz calar e, além disso, são possuidores de hegemonia e, portanto, de poder contra-hegemônico.

É por conta do poder contra-hegemônico presente dos movimentos sociais, que eclodem grandes manifestações populares com tentativas de impedir que transformações econômicas, políticas afetem socialmente e culturalmente os sujeitos individuais e/ou coletivos dos movimentos sociais. Por exemplo, no Brasil as telecomunicações deixaram de ser bens de poder público e hoje estão nas mãos do poder privado. O que reforça a indignação dos movimentos sociais com relação à lógica imperada pelo Estado brasileiro. Uma lógica que se criva a lógica hegemônica da política internacional entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Uma vez, configurado esse cenário, fica claro enxergar uma das principais razão por que o Estado se opõe a efetivar Políticas Públicas de qualidade. Por ser movido por uma ordem maior, isto é, a ordem do capital internacional o Estado padece frente às fronteiras da economia globalizada que desvaloriza o local e valoriza o global. Isto trouxe para o país o alvorecer de uma nova configuração política de Estado. Uma configuração que não atende aos interesses das camadas menos favorecidas, daí a importância da participação cada vez maior dos movimentos sociais nas políticas do Governo como agente participativo, isto é, com **participação cidadã** nas tomadas de decisões políticas do Estado e Governos.

Ao mesmo tempo, temos que denunciar que viver sob a influência do capital internacional ocasiona a existência da figura de políticas de Estado mínimo e, conseqüentemente, regulador, também. Nesse sentido, há, entre nós, um Estado forte em termo de regulação política, mas um Estado fraco em termo de direitos sociais, logo, os sonhos cada vez mais se distanciam. Esse mesmo Estado mínimo-regulador traz, no seu bojo, o caráter do neoliberalismo de negligenciar as Políticas Públicas essenciais à população.

Nos últimos anos do século atual estudos direcionados às Políticas Públicas no Brasil têm demonstrado o quanto o fosso social tem aumentado. Por um lado, as estatísticas oficiais e de outro as manchetes da mídia têm divulgados problemas de diversas ordens sociais pelo país que têm mudado o cenário nacional para índices muito mais negativos do que positivos. Um país onde cada vez mais se ver aumento da pobreza e da exclusão social, além de índices alarmantes de desemprego, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, queda do poder aquisitivo de todas as classes e camadas sociais, aumento de formas de subemprego não pode se vangloriar que está no caminho do crescimento social como tem acontecido. Nesse sentido, Gohn (2002, p. 111) é bastante feliz na análise que faz do Brasil quando diz que parte da construção deste cenário, o qual acabamos de apresentar,

> deve-se às **Políticas Públicas** que vêm sendo implementadas no país, há várias décadas, por diferentes Governos que priorizam os ajustes fiscais, os superávits financeiros, o acúmulo de reservas para o pagamento de juros da dívida externa, as exigências dos acordos e empréstimos internacionais etc. Essas políticas têm sido acionadas sob a orientação da descentralização e de novas formas de gestão dos fundos públicos. (grifo nosso).

Em conseqüência ao que Gohn (2002) nos apresenta, acrescentamos também que a Educação pública brasileira nunca antes sofreu tanto com o descaso dos Governos, sejam eles Federal, Estadual ou Municipal. Como diz Saviani (2004, p. 68):

> A perspectiva de superação dos problemas da escola pública brasileira passa por uma mudança na **política econômica** atual de modo a nos libertarmos da excessiva dependência do afluxo de capital internacional e das metas de ajuste das contas públicas decorrentes dos acordos com o FMI para se poder priorizar, de fato, a Educação fazendo os investimentos necessários para se construir um sistema público de ensino correspondente às necessidades educacionais do conjunto da população brasileira. (grifo nosso).

Apesar de tudo, no Brasil, ao longo dos anos 70 e 80, o Estado buscou organizar um Social, na tentativa de satisfazer algumas demandas da população desprotegida. Entretanto, desde o início, jamais o Brasil considerou os gastos com *políticas sociais*

-produtiva e, assim, gerar novas e maiores riquezas. A criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), do Funrural e, posteriormente, das Ações Integradas de Saúde (AIS) do SUDS, do SUS, dos mecanismos de seguro-
frustrada universalização dos direitos sociais.

Hoje, depois de algumas décadas, após a tentativa frustrada, no Brasil, de instalação de uma possível fase de Estado de Bem Estar Social, o país continua nos programas

atual presidente Lula tem transformado o Brasil em um grande país assistencialista. São inúmeros os programas dedicados à assistência, entre eles: fome zero, bolsa família etc., programas de transferência de recursos em troca de nada. Tal situação deixa-nos perplexos. Porém, Santos (2003) leva-nos a acreditar que é possível construir uma relação de menos atrito e mais respeitosa do Estado em relação à sociedade. Nas últimas três décadas do século XX, o autor diz que os movimentos e lutas políticas foram protagonizados por grupos sociais congregados por identidades coletivas.

Santos (2003) acredita que cada vez mais as concepções sob o Estado e, também, sob o capitalismo, na medida em que a sociedade se aproximou do final do século XX, tornaram-se confusas e contraditórias. Isto porque não são unânimes as concepções que se têm tanto do capitalismo quanto do Estado. Enquanto, por exemplo, muitos autores criticam a tendência do Estado para penetrar ou mesmo absorver a sociedade, outros acreditam na inoperância do Estado como organismo capaz de garantir os direitos sociais dos indivíduos.

Em função dessa problemática, alguns questionamentos se evidenciam, como o de compreender como se dará a relação entre o Estado e a sociedade civil, entre Estado e movimentos sociais. Para alguns estudiosos, torna-se prioritário reformar ou reconstruir o Estado e o papel dos Governos. Diante desse quadro, surge uma pergunta emergente: quem será o agente ou os agentes da reforma necessária a reformar ou reconstruir o Estado?

> Sabendo que a reestruturação do papel do Estado, não mais como produtor de muitas ações, mas como gestor e repassador de recursos, têm levado à privatização de serviços essenciais, à emergência de novos parceiros no atendimento de questões sociais, e à estratificação desse atendimento segundo os imperativos da lógica do mercado; a flexibilidade e desregulamentação de políticas sociais - com a retirada de direitos adquiridos pelos trabalhadores do setor privado e público, são também parte do cenário da nova questão social no Brasil. (GOHN, 2005, p. 11-12).

: um Estado que não se compromete com os problemas sociais de forma direta, inclusive com os problemas reclamados pelos movimentos sociais. Sem dúv a

inimigo

individuais e muito mais ainda dos sujeitos coletivos: moradia, Educação, saúde são algumas das prioridades sociais que o Estado exime não atender, hoje, por exemplo:

> O número de famílias assentadas na terra não passa de 60 mil, na avaliação do secretário de Política Agrária da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Paulo Caralo. Tanto a Contag, assim como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), contestam os números apresentados pelo Governo, de que 117.500 famílias foram assentadas ano de 2007.[14]

[14] Disponível em: < http://www.brasiloeste.com.br/noticia/1709/reforma-agraria->. Acesso em: 24 de agosto de 2007.

Urge, então, o exercício do papel cada vez maior dos movimentos sociais perante o Estado. E para falarmos de sociedade civil, partimos da premissa, genérica e contemporânea, pois, explicar o conceito de sociedade civil a partir da situação política que o Estado se encontra, é fundamental. Na atualidade, o conceito de sociedade civil tende a ser utilizado num modelo de divisão tripartite da realidade: Estado, mercado e sociedade civil. Nesta perspectiva teórica, a sociedade civil, embora configure um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania. Suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos estão, também, orientadas, preferencialmente, pelas racionalidades do poder, da regulação e da economia.

É importante enfatizar, que a sociedade civil organizada nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas e, portanto, podemos, concluir que a sociedade civil organizada é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam para o encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas em direção do Estado. Pois, o Estado de onde esperávamos que emergissem novas reconstruções sociais, há tempos deixou de ter o papel de formulador de políticas e projetos para esse fim. Porém, hoje na contemporaneidade e, mais ainda, diante do mundo globalizado o Estado, em especial, o brasileiro também há tempos passou a ser o implementador de acordos internacionais ou de grupo de interesses nacionais e/ou internacionais.

Assim, diante do distanciamento cada vez maior do Estado no amparo às classes menos favorecidas, a participação da sociedade civil organizada torna-se cada vez mais necessária. Por isso, que pensar o Estado de hoje, é pensá-lo no seu sentido *amplo* que vai muito além do Estado no sentido estrito de políticas internacionalizadas. Atualmente, a luta entre trabalhadores rurais e capitalistas se dá, de certa forma, pelos espaços penetráveis do e no próprio Estado. Há uma necessidade cada vez maior da participação dos cidadãos nos negócios públicos do Estado e Governos para que se ampliem os conceitos de cidadania e de democracia participativa. Estas que são as categorias que materializam a luta e resistência dos movimentos sociais pela luta hegemônica que acontece no dia-a-dia dos movimentos sociais contra Estado, Governos e elites (capitalistas), mostrando-lhes os avanços da conquista de direitos ou não. Quando não, novas estratégias precisam ser definidas.

Nesse sentido, Gohn (2005) aponta outros conceitos fundamentais para o entendimento da conjuntura política brasileira que ampliam não só a participação dos

cidadãos e, portanto, dos movimentos sociais nos negócios públicos do Estado e Governos, mas ampliam também o debate intelectual da atualidade que envolve a relação entre Estado e movimentos sociais, sobretudo, conceitos que balizam as ações coletivas neste novo milênio: cultura e direitos culturais; comunidade e território. A nosso ver, estes se somam aos conceitos de cidadania, participação cidadã e hegemonia que marcam e demarcam as ações coletivas dos movimentos sociais na luta e resistência pela busca de conquistar mais direitos.

Um pilar de construções: Educação e cidadania

A cidadania tem sido o caminho para o qual os movimentos sociais reivindicam uma Educação pública de qualidade, que possa atender aos interesses de formação social, cultura e política das classes menos favorecidas, como é o caso dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do MST. Eles exigem, a partir da reflexão de sua condição na sociedade, uma formulação de Educação voltada para a construção de uma cidadania, pois, como diz Freire (2005a, p. 27)

Educação sem refletir sobre o próprio

cidadania.

Diante do exposto, indagamos: o que é ser cidadão? O que é exercer cidadania? Será que está relacionada ao exercício dos deveres condicionados pelo Estado? Isto implica direito de voto, ou seja, escolher determinados partidos, dirigentes políticos ou até mesmo dirigentes administrativos das Políticas Públicas que sustentam um país, uma nação. Ser cidadão vai

er acompanhado de

cidadania,

porque de uma forma ou de outra acaba excluindo uma grande parte da população dos seus direitos.

O discurso do que é ser cidadão, então, assume um grande alcance dialético. A cidadania vem sendo empregada com diversas conotações e para os mais diversos fins. Surge como uma espécie de bandeira de luta e de conquista por direitos sociais; surge como discurso ideológico de setores reacionários da sociedade.

Para a realidade de luta e resistência dos movimentos sociais, o conceito de cidadania é uma categoria-chave para o seu projeto de emancipação social. A partir das suas reivindicações sociais o conceito de cidadania pode sinalizar a finalidade cada vez maior de

atual tanto pelos intelectuais quanto pelos políticos, cidadania é, provavelmente, o que tem tido o maior uso (e abuso) de significad

O conceito de cidadania e a prática de cidadania vêm se alterando ao longo dos anos. Por isso, ele é um conceito histórico que se refaz e dá surgimento a novas abordagens do ser cidadão. Interessa-nos, aqui, apenas discutir cidadania sobre a luz da contemporaneidade, pois é justamente nesse momento, que o conceito de cidadania tem tido grande alcance e vem sendo empregado com diversas conotações e para os mais diversos fins. Além do mais,
últimas décadas do século XX, foram elaboradas outras concepções relevantes sobre a cidadania
(GOHN, 2005b, p. 25).

É no aqui e no agora, que temos o interesse de querer compreender, dentro dos limites e dos avanços da perspectiva dos movimentos sociais, o que é ser cidadão, o que é exercer cidadania para os assentados do Assentamento Moacir Wanderley (SE) em função da busca dos seus interesses.

Em um mundo marcado historicamente pela incerteza, pela efemeridade, pela reconstrução de valores e de paradigmas, a concepção de cidadania assume singular importância no discurso da Práxis Freiriana e, conseqüentemente, no discurso da luta pela

caminhar juntos, aprendam a negociar conflitos nos quais a reciprocid
cidadania é uma virtude a ser conquistada no exercício de práticas

Porém, atrelada ao viés da sociedade contemporânea e aos traços globalizantes da modernidade, a diversidade social e cultural dos cidadãos no exercício da cidadania é colocada em risco com seus processos de homogeneização, de padronização e estandardização. Tais processos refletem nos direitos coletivos e individuais dos cidadãos bem como refletem na concepção que se tem de cidadania. Todos os sujeitos, perante ela, devem ser contemplados com direitos absolutos, independentemente, de suas diferenças.

Como nos diz Covre (2002, p. 9-10):

> Ser cidadão significa ter direito e deveres, ser súbito e ser soberano. [...], todos os homens são iguais ainda que perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor. E ainda: a todos cabe o domínio sobre seu corpo e sua vida, o acesso a um salário condizente para promover a própria vida, o direito à Educação, à saúde, à habitação, ao lazer. E mais: é direito de todos poder expressar-se livremente, militar em partidos políticos e sindicatos, fomentar movimentos sociais, lutar por seus valores. Enfim, o direito de ter uma vida digna de ser homem. (grifo nosso).

Embora este conceito esteja descrito na Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, ele diz muito do paradoxo que existe entre o que está escrito e o que é exercitado em termo de direitos. A própria constituição brasileira tem o mesmo reflexo

social e cultural, somar os deveres e subtrair os direitos cada vez mais. Principalmente, diante do neoliberalismo que tem ressignificado, de modo geral, na contemporaneidade, o conceito de cidadania para a prática do mercado.

> Trata-se de um processo de desvirtuamento no qual o cidadão transforma-se em cliente, consumidor de bens e serviços, e não mais detentor de direitos, direitos esses que deveriam ser alcançados pelo acesso aos serviços públicos estatais. Exemplos de tais serviços, tratados pela lógica mercadológica, são a Educação e a Saúde. Os

p. 29).

Dessa forma, os assentados do MST - Assentamento Moacir Wanderley, são conscientes de que ainda não alcançaram o nível de cidadania sonhado, no entanto, as sementes já foram plantadas nas consciências. Concordamos, pois, com Covre (2002, p. 18):

> Cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas também do acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do homem no Universo.

Para perceber a particularidade das representações construídas de cidadania ao longo das sociedades, é suficiente confrontar a noção de cidadania formulada na sociedade antiga

iedade constrói a sua representação

> É muito diferente ser cidadão na Alemanha, nos Estados Unidos ou no Brasil, não apenas pelas regras que define quem é ou não titular da cidadania, mas também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um dos Estados Nacionais contemporâneo. (GOHN, 2005b, p. 20-21).

Assim, com relação ao Brasil, numa época de mudança e transformações políticas e sociais, estamos gestando tentativas de construção de uma cidadania mais plural e, portanto, mais participativa nas decisões políticas do Estado. Demos passos importantes com o processo de redemocratização vividos no país desde a campanha das Diretas Já. Mas, ainda temos um caminho longo para percorrer. Os movimentos sociais sabem disso.

Infelizmente, no Brasil ainda predomina uma visão reducionista de cidadania, por exemplo: votar (de forma obrigatória). Acrescentam-se as barreiras culturais e históricas que dificultam a construção de uma cidadania mais participativa. O brasileiro acostumado quase

sério a coisa pública, pensa que direitos são privilégios e exigi-los é ser diferente.

Por tudo isso, precisamos transformar essa realidade através de uma Educação capaz de dar condições políticas aos sujeitos, de ampliar o conceito cada vez mais de cidadania. O MST luta por construir a sua cidadania. Numa perspectiva crítica, reconhece a realidade em

que está inserido e, por conta disso, se lança contra o desmazelo do Estado de forma a contemplar o direito à terra, à Educação, à dignidade dos seus cidadãos, conseqüentemente, conta com seu próprio processo educativo e político como sendo a sua grande arma de consolidação da sua cidadania, uma cidadania nos limites da cidadania coletiva. Para Gohn movimentos sociais, populares e não populares rurais e urbanos são os sujeitos históricos que construíram e expressam a cidadania c

> Parte de um enfoque que se desloca do conceito tradicional, centralizado no indivíduo (em seus direitos civis ou políticos), para a cidadania de grupos coletivos que vivem situações similares, do ponto de vista da forma como são excluídos ou incluídos numa dada realidade social. Quer seja por motivos socioeconômicos (situação de pobreza, desemprego ou não garantia de acesso ao trabalho e seu usufruto), quer seja por razões identitárias/culturais (raça, etnia, sexo, nacionalidade, religião etc.), a cidadania coletiva une coletivos sociais da sociedade civil e pressiona o Estado pela regulamentação, implementação e vigilância da aplicabilidade de direitos de inúmeras ordens. (GOHN, 2005b, p. 26).

O conceito de cidadania coletiva, então, une-se ao conceito de sociedade civil para transformar as realidades sociais e também culturais do MST e, portanto, dos assentados do Assentamento Moacir Wanderley (SE). Um caminho á
cidadania coletiva, muitas vezes, choca-se com a lógica do capital porque questiona um dos

(GOHN, 2005b, p. 28, grifo nosso).

Os movimentos sociais, portanto, têm esse papel, o de trilhar a sua cidadania, para além dos questionamentos e discordâncias que se aludem à explicitação e apropriação dos seus significados e ressignificados. Ressaltamos que a cidadania se construiu no registro e na intersecção com os princípios fundadores das democracias. É importante atentarmos para o processo de entrosamento da cidadania como realidades tão complexas como Estado-Nação, capitalismo e mercado e apreendermos as várias configurações assumidas no percurso da proporciona um tempo de transição, síncrone com muita coisa que está

p. 6).

Portanto, cabe, principalmente, aos movimentos sociais, em particular, ao MST e aos assentados do Assentamento Moacir Wanderley (SE) colocarem-se como sujeitos de transformação do processo social e encamparem a sua concepção de cidadania, pelo direito não só da Reforma Agrária, mas de acesso às tecnologias.

Educação do MST: condição de cidadania

Para a realidade do MST, consoante o que existe nos livros e a partir da realidade que observamos no MST de Sergipe, a condição de cidadania a que nos referimos é de uma cidadania Plural que contemple o ideal coletivo pregado pelo movimento. Trata-se da cidadania coletiva sobre cujo conceito comentamos anteriormente. E que agora se faz necessário relacioná-la com o processo de Educação do MST. Entendida, como constituidora de novos sujeitos históricos, a cidadania coletiva

de identidade político- -17). A

Os inúmeros trabalhos realizados pelo MST na área da Educação apontam para os princípios que os norteiam, segundo Gohn (2000, p. 110):

> A Educação não acontece só na escola, mas é um processo mais amplo, onde a luta pela escolarização é fundamental;
>
> O eixo central da luta pela escola é dado pela demanda de uma Escola Pública com qualidade;
>
> A escola demandada deve ter uma identidade com o meio rural, seu currículo deve refletir essa identidade, assim como a criação de um ambiente educativo adequado ao espaço onde se desenvolvem suas atividades;
>
> O processo educativo é um ato coletivo e todos os esforços devem ser feitos no sentido de se investir na formação dos educadores, o educador propriamente dito.

Na sociedade contemporânea, acostumamo-nos a ouvir que a Educação é um bem que deve estar para todos os indivíduos, além de um bem inviolável de direito universal, ela vai ascemos fracos, precisamos de força, nascemos carentes de tudo, precisamos de assistência, nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo que não temos quando nascemos é dado pela Educação .

Daí parte a seguinte pergunta, que tipo de Educação pode elevar o grau de consciência do sujeito ao ponto de torná-los cidadãos da sua história? A resposta nos parece ser simples de responder, porém de implicações profundas: Uma Educação que de fato transforme suas realidades, para Freire (2005a) é uma Educação de mudança. Esta seria uma possível, mas não responde a amplitude que a pergunta requer. Porque, em se tratando de uma pergunta que envolve uma Educação que forme cidadãos, ela sugere outros questionamentos e aprofundamentos.

De que saberes necessitamos, advindos da Educação, para definir e valorizar os saberes libertadores, para que cada cidadão possa verdadeiramente participar dos debates e das atividades democráticas do seu país (debates com dimensão política, ecológica, biológica, ética etc.)? Que saberes poderão possibilitar o enfrentamento dos desafios da vida coletiva, individual, familiar, cultural, social e planetária? Por fim, como fazer para que a Educação construa saberes que, ao invés de excluírem, valorizem; ao invés de humilhar, torne os sujeitos criativos e curiosos; ao invés de passivos e dogmáticos como objetos de competição e exclusão, tornem os sujeitos fonte de cooperação e de reconhecimento?

Nesse caso, concordamos com Freire (2005a), que se reportando à falsa concepção do humanismo, diz que o humanismo e tecnologia não se excluem embora veja na tecnologia a razão dos males do homem moderno.

> Se o meu compromisso é realmente como o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa. Por isso também não posso reduzir o homem a um simples objeto da técnica, a um autômato manipulável. (FREIRE, 2005a, p. 22-23).

É, dentro dessa lógica, que ousamos dizer: o *Software* Livre como ferramenta que promove conhecimento poderá apresentar-se não como uma ferramenta de controle das consciências, mas ao contrário, por meio do seu caráter filosófico, poderá colocar-se no seio das subjetividades humanas como uma forma possível de maximizar os saberes libertadores dos cidadãos e, portanto, dos sujeitos coletivos que, na ordem do dia, pertencem aos movimentos sociais.

Nesse sentido, as tic devem associar-se aos movimentos sociais, em particular ao MST, para construir uma Educação Política de ideário político diferenciado, para formar homens e ao mesmo tempo formar cidadãos conscientes. Vale ressaltarmos que o alcance que hoje o MST tem em defesa do interesse dos trabalhadores rurais só foi possível através de uma Educação, que em linhas gerais deu suporte ao seu ideário de luta e resistência. A Educação desenvolvida dentro do MST é a grande responsável pela transformação social promovida pela voz de cada um dos seus militantes. As tic devem ser suas aliadas no engrandecimento dela, no questionar o papel do Estado, no promover a liberdade de expressão, de conhecimento.

> O cão e a árvore são inacabados, mas o homem se sabe inacabado e por isso se educa. Não haveria Educação se o homem fosse um ser acabado. O homem pergunta-se: quem sou? De onde venho? Onde posso estar? O Homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da Educação, [**eis aí o papel da Educação do MST**]. (FREIRE, 2005a, p. 47, grifo nosso).

CAPÍTULO II

MST E MSL, OBJETIVOS E DESAFIOS:

Elementos do direito à reforma agrária e a democratização e universalização das tic

"As idéias nada podem realizar. Para realizar as idéias são necessários homens que ponham a funcionar uma força prática."

Karl Marx

Refletir sobre os objetivos e desafios do MST e MSL depois de tudo que já foi dito a respeito do comportamento do Estado e Governo frente às demandas desses dois movimentos, é algo que nos convida a meditar a cerca do pensamento rousseauniano. Rousseau (2005a, 2005b, 2005c) acreditava que os homens eram bons e livres por natureza. Mas sua maldade e/ou simplesmente sua deterioração se formou a partir do convívio desses homens com a sociedade que, pelo modo de se organizar, não só permitiu, mas impôs a servidão, a escravidão e a tirania.

Além do mais, criaram milhares de leis que favoreceu uma classe social exercer domínio sobre outras. Instaurando, assim a desigualdade em todos os segmentos da sociedade. O modo de se organizar dos homens que originou as origens das desigualdades entre eles, para Rousseau (2005a) se deu pelo surgimento da propriedade privada. Rousseau (2005a, p. 57) estabelece que o primeiro que, cercando um terreno, se lembrou de dizer: isto é meu e encontrou pessoas bastante simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil . Ele ainda diz: quantos crimes, guerras, assassinatos, misérias e horrores não teriam sido poupados ao gênero humano àquele que, arrancando as estacas ou tapando o fosso, *Não escutem esse impostor! Vocês estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém!* (ROUSSEAU, 2005a, p. 57, grifo nosso).

Encontramos, assim, no pensamento rousseauniano não só uma feroz e contundente crítica contra a sociedade moderna, um grito de alerta sobre a exploração do homem pelo homem, mas, principalmente, um resgate ao direito de liberdade dos homens enquanto seres livres e em harmonia com a natureza. É acerca da temporalidade do MST e MSL quanto ao direito de liberdade para garantir, respectivamente, o elemento de direito à Reforma Agrária (a terra) e a democratização e universalização das tic (os *softwares*), que este capítulo vai tratar.

MST e MSL: Uma breve contextualização histórica

Conhecendo o MST a partir da pesquisa de campo

É fundamental que qualquer pesquisador conheça o seu objeto de pesquisa ou conheça o sujeito de onde surge o seu objeto de pesquisa e historiá-lo. Ao invés de ficarmos somente colhendo informações repetidas dos livros sobre o MST, optamos em construir a história desse movimento a partir da pesquisa de campo que realizamos dentro do MST de Sergipe.

Mesmo porque, partimos da idéia de que para conhecer um pouco ou um pouco mais da história desse movimento, não basta somente às leituras, não basta somente colher o que os livros dizem, é preciso buscar o conhecimento a cerca dele de dentro para fora. Foi o que fizemos, partimos para conhecê-lo *in locus*.

Cabe dizer que o objetivo principal dessa metodologia, foi criar um alicerce de conhecimento capaz de nos apoiar no diálogo com os seus assentados no dia-a-dia da investigação. Sem romantismos, notamos que a cada momento vivido com os Sem-Terra, a cada leitura feita sobre eles nos sentíamos mais revigorado a realizar a pesquisa. Sendo assim, o que está escrito nas linhas que segue é fruto de informações obtidas não só nos livros e nos arquivos do MST, mas, acima de tudo, é fruto das observações da realidade viva do MST de Sergipe.

Como está escrito nos livros, o MST é um movimento socioteritorial, esta é a idéia principal sobre ele. Segundo o próprio movimento (MST, 1998) ele é um movimento de massa que articula todos os Trabalhadores Rurais Sem Terra para conquistá-la e para trabalhar nela através do processo de territorialização. Nesse sentido, a territorialização acontece por meio da ocupação da terra, foi a partir da ocupação da terra que nasceu o MST e, hoje, tornou-se o maior movimento popular brasileiro, além de ser considerado um dos maiores movimentos sociais da América Latina.

Mas, antes de adentrarmos na história do MST, algo veio em mente: A citação de Rousseau (2005a) cujo referimos anteriormente: *Não escutem esse impostor! Vocês estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém!* (ROUSSEAU, 2005a, p. 57, grifo nosso). Mostrar o caráter epistêmico do direito à terra, ou melhor, a terra é um direito de todos, por isso mesmo, o aumento dos conflitos agrários no Brasil pelo direito a ela tem seu peso no que se refere a legitimidade da luta do MST.

Os conflitos surgidos apontam o domínio da terra por uma elite preocupada apenas com os seus interesses e com a manutenção de seus privilégios, pelo acúmulo cada vez maior de grandes propriedades de terra, infelizmente, parece que o Estado com suas políticas agrárias tem se tornado cada vez mais um aliado das elites em detrimento a classe trabalhadora rural. Dessa maneira, as elites e seus aliados são as formas representativas do capitalismo que dão sustentabilidade para exploração cada vez maior dos trabalhadores rurais. Aliás, além de explorar os trabalhadores rurais, eles desumanizam o homem do campo, não só lhes tirando o direito à terra, mas também providenciando outras formas de violência.

É a elite preocupada apenas com os seus interesses e com a manutenção de seus privilégios que trabalham à terra não para gerar uma economia de subsistência ou de renda

familiar (pequena produção econômica) ou ainda como fator de subsistência, produzindo para se alimentar como fazem os trabalhadores rurais. Ao contrário, o que importa para eles (a elite) é acumulação e valorização da terra com o objetivo de geração de *mais-valia*. A geração de lucro, muita vezes nesse contexto, dá-se pelo caráter especulativo da acumulação e valorização da terra. A terra nas mãos desses autos proprietários é apenas uma mercadoria como qualquer outra lançada no mercado com o objetivo de gerar riqueza.

A terra, vista por esse ângulo, conduz o MST a lutar contra a formação das grandes propriedades latifundiárias e de exigir do Estado ação de garantia do direito do homem de ter a sua poção de terra. Tal fato condiz com a lógica do direito natural dos homens, segundo Rousseau (2005a) de partilhar da natureza, dos seus produtos naturais como única fonte de riqueza, de subsistência e de produção e reprodução social, conforme lembra Marx (2004), também.

Diante desse quadro, o MST resolveu se articular em todo o país para fazer uma luta conjunta em defesa da conquista da terra. Foi assim que o movimento dos Sem-Terra, a partir da articulação de lutas isoladas pela terra em diversos estados brasileiros, constituiu-se como movimento nacional. O MST faz a sua caminhada em defesa da Reforma Agrária por iniciativa própria, uma vez que a defesa da conquista do espaço agrário é legitimada pelas contradições impostas pelo sistema que rege toda estrutura do Estado.

A questão da terra é notória na realidade latifundiária brasileira e na do MST. Embora a terra para o MST, signifique fator de produção/reprodução social, é através dela que o homem do campo rural se concretiza enquanto sujeito histórico de uma realidade real de construção de vidas.

A partir do conceito de movimentos sociais de Maria da Gloria Gohn (2005a) apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, enxergamos com clareza essa dimensão do sujeito histórico. Suas ações coletivas de mobilização em torno não só da questão da terra, mas também da Reforma Agrária e mudanças gerais na sociedade, visando ao seu reconhecimento enquanto sujeitos de sua história, nos conduzem a dizer que o pilar de construção de sua história é a terra que dá as condições da agricultura, de subsistência e de trabalho.

Infelizmente, no atual momento da sociedade, a atividade agrícola da terra tem assumido um novo papel no contexto da produção e consumo de alimentos através da economia-política nacional de liberação dos mercados o que tem acirrado muito mais os enfretamentos do MST. Dessa forma, a referida prática tem subvertido as realidades sociais

do campo e conectam os demais agentes sociais à lógica de um sistema que degrada cada vez mais o homem do campo - o trabalhador rural.

Nessas condições, o MST necessita cada vez mais impulsionar a luta e a resistência pelo direito à terra. Muito embora, ele já o faça muito bem. É pelo viés da Educação que sentimos que o MST impulsiona a luta e a resistência pelo direito à terra, pois a Educação tem dado aos seus militantes plena consciência daquilo que deve ser feito para reverter as realidades sociais do campo diante da nova lógica estabelecida. É claro, porém sem abondonar o enfrentamento que é feito diariamente contra o Estado, Governos e elite, estes se recusam a fazer uma verdadeira Reforma Agrária nesse país. Nesse sentido, por exemplo, para Silva (2004, p. 89) a Reforma Agrária

elite brasileira que cada vez mais se atualiza e elabora novas formas de manutenção do seu

Atualmente, a forma utilizada pela elite para a manutenção do seu é a do agronegócio.

desde a sua criação em 1984, quando nove representantes participaram do Primeiro Congresso Nacional do MST (arquivo MST).

Para a pesquisadora Melo (2003, p. 113, grifo nosso):

> O MST surge em nosso cenário político e econômico propondo-se a lutar por mudanças sociais no país e pela construção de uma sociedade sem exploradores e explorados a partir da **superação da propriedade privada dos meios de produção**, o que considera ser a estrutura central que sustenta a constituição das relações sociais nos moldes necessários para a manutenção do modo de produção capitalista.

Durante a convivência com o MST de Sergipe - Assentamento Moacir Wanderley, observamos que as práticas dos assentados são diversificadas e acontecem cotidianamente a favor das mudanças sociais como de fato coloca Melo (2003). Além da rotina seqüenciada de gestos e eventos de cada assentado, isto é, entre os afazeres de casa e os afazeres do assentamento, acrescentam-se os afazeres do movimento com o objetivo de construção de uma sociedade sem exploradores e explorados. Para isso, o MST utiliza um modelo de Educação criado a partir da introspecção de pensamentos de teóricos como Karl Marx, Paulo Freire entre outros. Tudo isso, para trabalhar a Educação política dos seus militantes, conseqüentemente, elevar o nível de consciência política deles, como também alcançar de cada um a idéia de coletividade. A nosso ver, esta é a categoria central que resgata a idéia da comunhão e que abre possibilidades mil para a construção de uma sociedade sem exploradores e explorados. A coletividade praticada pelos militantes ou simpatizantes do MST só pode ser sentida no dia-a-dia do momento através de cada gesto deles.

Pedimos licença para dizer-lhes, afirmando: que foi dentro dessa lógica que o MST foi criado e espalhou-se por todo Brasil -,

> *Realizando centenas de ocupações de terras, organizando-se em acampamentos, lutando pela obtenção da posse da terra em assentamentos criados pelo Governo (ou reconhecidos por ele após a área já está ocupada) criando cooperativas de produção e comercialização, fundando escolas de formação para as lideranças*. (GOHN, 2002, p. 304, grifo nosso).

A citação acima mostra a maneira pela qual o MST tem se desenvolvido pelos quatro cantos do país. Fato que constatamos a partir do momento que confrontamos as informações obtidas nos livros e nos seus arquivos com a convivência *in locus* que tivemos com o MST de Sergipe, em especial com os seus assentados. Foi lá e através deles que compreendemos melhor como o movimento direciona a elaboração de alternativas através dos seus princípios para a superação de obstáculos concernentes à luta e resistência deles pelo direito à terra. Dentro do movimento sentimos como funciona o dia-a-dia dos Sem-Terra, principalmente, como eles se organizam e lidam com os princípios que o direcionam e o determinam.

Entre os princípios que norteiam o MST, os filosóficos e os pedagógicos, a nosso ver, por estarem ligados diretamente a categoria Educação, são os fundamentais para dar sentido ao movimento de luta e de resistência dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do MST. Esses princípios dão sustentabilidade para elaborar, por exemplo, as ações políticas e educacionais tão necessárias à vida do movimento e, com isso, fortalecê-lo a favor do seu objetivo maior, que é o direito à terra. Os princípios filosóficos do MST dizem respeito à visão de mundo que eles têm, às suas concepções relacionadas à pessoa humana, à sociedade, e ao que eles entendem que seja Educação. Já os princípios pedagógicos referem-se ao jeito de fazer e de pensar a Educação, em linhas gerais, servem para concretizar os princípios filosóficos. *Quanto mais o MST avançar na formulação dos seus princípios, mais ele avançará na coerência de suas práticas*

Porém, cabe dizer, que por trás dos princípios que regem o movimento e, conseqüentemente, seus militantes, existe uma organização central que dirige o movimento em âmbito nacional, regional e local. Essa organização, além de cultivar os princípios que movem o MST a favor de seu ideário, submete seus militantes acampados e/ou assentados a operacionalizar as diretrizes. Ao nos referirmos às diretrizes, estamos apontando, por exemplo, para os Princípios da Educação do MST, para as Normas Gerais do MST entre outros documentos que esboçam o caminho a ser percorrido pelo movimento e seus militantes. Para Gohn (2002) tais diretrizes muitas vezes se tornam difíceis de ser operacionalizadas, por conta das diferenças culturais entre as populações rurais do país. Mas, isso em nada diminui a força do MST, apesar das transformações sofridas ao longo da sua formação, quer na filosofia política, quer nas diretrizes implantadas na suas cartilhas de luta, quer na sua Educação.

Sobre os Princípios da Educação do MST, já relatamos e discutimos tais princípios no primeiro capítulo desta dissertação no item Educação

Os princípios fundamentais do MST com base nas *Normas Gerais do MST*, a favor da luta e pela conquista da terra, são:

> A terra somente deve estar nas mãos de quem nela trabalha
>
> Lutar por uma sociedade sem exploradores e explorados
>
> Ser um movimento de massas, autônomo, dentro do movimento sindical, para conquistar a Reforma Agrária
>
> Organizar os trabalhadores rurais na base

> Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político
>
> Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores
>
> Articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina

Estes princípios reafirmam e legitimam o objetivo do MST frente às barreiras existentes, nesse sentido, o Estado é, ao mesmo tempo, principal agente que pode articular a distribuição eqüitativa da terra, no entanto, ele também impõe as principais barreiras para que isso possa acontecer. Por isso, as conquistas que hoje fazem parte da história do MST partiram de lutas árduas contra o sistema de poderes hegemônicos que inserem o Estado como seu principal representante. Um sistema que em muitas frentes ataca os trabalhadores rurais organizados pelo MST com bastante violência e desrespeito.

Outra questão que queremos colocar são às transformações corridas com o MST ao longo do seu nascimento. Sobre essas transformações Gohn (2002) aponta três fases:

> A primeira anos 70, quando o movimento esteve associado à CPT (comissão Pastoral da Terra), a segunda anos 80, quando passou a contar com dirigentes ligados à CUT e ao PT, e a fundamentar seu projeto no socialismo marxista, a terceira anos 90, sem abandonar de vez seus ideais socialistas, **o MST redefine suas estratégias para se inserir numa economia de mercado, tornar seus assentamentos produtivos, voltados para o mercado externo e não apenas para o consumo de subsistência**. (GOHN, 2002, p. 305, grifo nosso).

O que nos chamou atenção na citação acima é o modelo produtivo implantado pelo MST a partir dos anos 90. Porém acrescentamos que de fato o MST necessita sair do romantismo da produção familiar, procurando inserir-se não apenas como produtores de subsistência familiar que garante a dignidade mínima dos seus militantes assentados, mas acima tudo, garantir também que seus assentados produzam alimentos em escala de

vez mais tem destruído os sonhos do trabalhador rural.

desencadeado nas últimas décadas do século XX permitiu o acelerado avanço do agronegócio e, sendo assim, não cabe mais ao MST ficar preso ao romantismo da agricultura familiar. Sabemos que a memória histórica dos trabalhadores rurais que conquistavam a terra no passado, de certa forma, ainda está vinculada à etapa anterior à modernização da agricultura. Porém, hoje com a modernização dos processos agrícolas, o agronegócio etc. tudo mudou. Embora, podemos

chegar à conclusão de que a enxada desaparecerá dentro de alguns anos, mas o trabalhador

No entanto, sair do romantismo da agricultura familiar, não significa aderir à lógica mercadológica do capital a favor da *mais-valia*, mas tornar-se maior e com muito mais visibilidade e aceitação social/cultural enquanto movimento social que tem como objetivo o direito à terra. Além do atraso da Reforma Agrária está diretamente ligada ao interesse historicamente conservador da elite, esse interesse tende a crescer cada vez mais a partir da nova configuração agrícola estabelecida pelo processo da globalização cujo Estado nacional, Governos e elite são fiéis escudeiros e incentivadores do agronegócio.

A partir dessas mudanças que colocam o MST como produtores voltados também para o mercado externo é importante salientar que há outra necessidade tão importante quanto esta: a constante necessidade de produção de saberes. É através desses saberes, produzido a cada dia pelos seus assentados dentro do movimento, que está a maior força do MST, algo envolvido de forma histórica na Educação e na cultura do movimento ***(Educação como uma esfera de seus objetivos)*** pela manutenção da sua identidade de luta e resistência para alcançar o seu objetivo maior sempre em questão, a Reforma Agrária. Uma luta e resistência contra embrutecimento do humano forjado pela exclusão social, contra a força do Estado que rege as políticas neoliberais e contra a força do latifúndio ***(aqui representado pelos grandes proprietários de terra)*** fiel representante do sistema vigente. O MST se coloca como contraponto dessas forças, já que é agente de um poder popular organizado com poder contra-hegemônico.

Nesse sentido, o MST tem gerado lideranças e incrementado a consciência da necessidade de ampliação das conquistas em busca de um objetivo bem maior, sempre pautado no desejo pleno da Reforma Agrária, portanto, do direito natural do homem à terra. Isto expõe, cada vez mais, as lutas do MST e às contradições do sistema capitalista. Tais contradições se aprofundam conjuntamente com o avanço das políticas neoliberais, direcionando a luta do movimento contra essa tendência e suas conseqüências. Assim, é necessário, além de conhecer o MST, ter de fato certo entendimento sobre as políticas neoliberais, não somente como uma corrente econômica, mas também como uma forma de ditadura, que marginaliza e reprime as lutas e o próprio movimento dos Sem-Terra.

No sentido de combater tais políticas, o MST possui seu projeto pedagógico que se coloca como uma contraposição ao projeto norteador das políticas internacionais. Contra elas, o movimento manifesta-se em sua diversidade cultural, expressão da própria base social que possibilita sua emergência. Portanto, com uma postura de enfrentamento e de contestação

opõe-se e reage à implantação do modelo político neoliberal. Este que tem sido de um lado o verdadeiro causador dos desequilíbrios sociais de onde os movimentos sociais estão inseridos, de outro a esperança, a viabilização dos sonhos e utopias como a justa reivindicação do MST pela luta a favor da Reforma Agrária, pela luta da existência de uma sociedade igualitária, pela luta em prol da Educação, em prol da liberdade.

Conhecendo o MSL: Relato histórico a partir do *Software* Livre

Assim como foi importante conhecer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, igual relevância teve conhecer o MSL, para isso, além das leituras que realizamos, também participamos no ano de 2005 do **6º Fórum Internacional de Software** Livre - (ver anexo, quadro G), [16], realizado na cidade de Porto Alegre/RS no mês de junho, com o objetivo investigativo de conhecer as práticas, os anseios e as estratégias do Movimento do Software Livre, o MSL para avançar em defesa daquilo que ele propõe que é em termos gerais a liberdade em prol da tecnologia, uma tecnologia a serviço de todos. Nesse sentido, conhecê-lo foi peça chave não só para o projeto de desenvolvimento da pesquisa e desta dissertação, mas para todo projeto de vida nosso de realizar o Mestrado em Educação tendo o MST, MSL e, principalmente o *Software* Livre como principal ator que alavancou o nosso interesse pela pesquisa. As questões norteadoras do *Software* Livre com base epistêmica no princípio filosófico na comunhão do conhecimento, digo conhecimento tecnológico, selou de vez o nosso interesse pela pesquisa e, conseqüentemente, de nos tornarmos pesquisadores.

A formação do MSL teve início nos anos 80 e se espalhou pelo planeta levado pelas teias da rede mundial de computadores, a Internet. Segundo Silveira (2004, p. 5, grifo nosso):

> Seus maiores defensores e adeptos são os hackers, um grande número de acadêmicos, cientistas, os mais diferentes combatentes pela causa da liberdade e, mais recentemente, as **forças político-culturais** que apóiam a distribuição mais eqüitativa dos benefícios da chamada era da informação.

É mister dizer que não são todas as **forças político-culturais** que congregam com os princípios filosóficos do MSL, tampouco com os seus manifestos e suas práticas sociais coletivas, há também, por exemplo, o interesse evidente do capitalismo sobre o *Software* Livre representado pelo Estado, Governos e elite. Embora, seja importante dizer a esse respeito que tanto o Estado quanto os Governos e elite são peças essenciais para alavancar o

[16] Disponível em: < http://www.softwarelivre.org/forum2005/>. Acesso em: 22 de maio de 2007.

processo de disseminação do *Software* Livre a todas as camadas sociais, em especial, às classes menos favorecidas e, com isso, dá inicio ao processo de democratização e universalização das tecnologias a partir dele, isto é do *Software* Livre que é sem dúvida uma das maiores concepções de comunhão e de ajuda mútua e solidária de todos os tempos, assim como foi também o desenvolvimento da Internet a partir da tecnologia colaborativa.

Quando Silveira (2004) se refere do apoio das forças político-culturais ao *Software* Livre e, conseqüentemente, ao MSL ou vice-versa porque ambos se convergem numa só força, é preciso ter certo cuidado e atenção, pois, ainda são bastante obscuros os interesses do capitalismo, do Estado, Governos e elites. Estas são representados por empresas transnacionais que investem milhões de dólares no desenvolvimento e aprimoramento do Software Livre.

Assim, diante de um capitalismo cada vez mais selvagem é arriscado abrir qualquer precedente conceitual sem fazer os devidos recortes. Quem o são as forças que apóiam a distribuição mais eqüitativa dos benefícios da chamada era da informação? A coisa fica mais difícil ainda quando Bolaño (2002) coloca a idéia de que é apenas o capital que se beneficia com a redução dos custos com trabalho intelectual decorrentes da produção coletiva de *Software* livre. Nesse sentido, sob o ponto de vista dos movimentos sociais, é essencial desvendarmos os principais aspectos de sustentabilidade desse movimento inserido no contexto dos novos movimentos sociais surgidos a partir dos anos 80 (orientados para a reivindicação da democracia e das necessidades básicas), como aponta Santos (2003).

As questões que pertencem ao mundo do *Software* Livre são de interesse do MSL. Muito embora, quando analisamos as diferenças entre as comunidades que compõem o MSL *(Debian, Ubuntu, Fedora, Conectiva, Suse, Kurumin)*, observamos que existem questões defendidas por umas comunidades e por outras não, como por exemplo, a defesa de que o *Software* Livre seja, na sua concepção, totalmente gratuito. Notamos este aspecto de diferenças entre as comunidades pela convivência que tivemos com elas durante o 6º Fórum Internacional de Software Livre e também através das pesquisas bibliográficas, nesse caso, além dos livros, utilizamos a Internet como fonte de informações e pesquisa.

A partir das análises das identidades pertinentes às comunidades que compõem o MSL, percebemos de que forma o MSL está trilhando o seu caminhar. A discussão sobre essa questão nos permite primeiro falar do potencial emancipador e de liberdade que está em volta do *Software* Livre. Sabemos que existem os que não acreditam em tal potencial, eles seguem outra perspectiva de análise e vêem o *Software* Livre como um modelo tecnológico que, em última análise, acaba somente por beneficiar o modelo econômico dominante, é um pouco

daquilo de que já falamos, a questão da obscuridade dos interesses capitalistas apoiado pela figura do Estado, dos Governos e das elites. A este respeito, podemos dizer que o *Software* Livre está na ordem do dia do sistema capitalista e dos seus soldados. Porém, esse fato não descarta a possibilidade dele apresentar-se como ferramenta de transformação capaz de emancipar o cidadão, comunidades e nações.

Uma das vertentes posta pelo MSL com relação ao *Software* Livre está em detrimento a outros modelos de *software*s oferecidos comercialmente. Estes são registrados com licenças que coíbem o caráter do direito de liberdade e, com isso, tira do cidadão dois direitos

Ao contrário, com o *Software* Livre, a liberdade é o principal quesito defendido pelo MSL. Possivelmente, essa forma de conduzir o *Software* Livre é a que mais motiva a inserção de novos defensores da prática de utilizá-lo. São muitas as comunidades que defendem o *Software* Livre como solução tecnológica e coletiva para todos.

Certa vez, Freire (2002) discursava para poucas centenas de Militantes do MST lhes

realmente democrática, se ela for radical, se ela for às raízes, ela terá que oferecer ao povo, ela (p. 24). Esta é a intenção do MSL, democratizar o saber posto no *Software* Livre, conforme podemos ver no contrato social (ver Anexo, quadro B)[17] da comunidade Debian. Aqui mostraremos algumas prerrogativas do contrato.

1. **O Debian permanecerá 100% livre**
2. **Não iremos retribuir à comunidade de *Software*** Livre
3. **Nossas prioridades são nossos usuários e o *Software*** Livre

Sendo assim, não podemos ignorar a importância do MSL enquanto sujeito de transformação. Ele pertence a uma contracultura a favor de um poder emergente sistematizado por um novo processo ou desdobramento de um grande processo de luta, que é um processo político, econômico, social e cultural, mas que é também um processo educativo. Dentro dessa conjuntura, insere-se o MSL. O importante é o seu caráter de liberdade que pode possibilitar o direito de construção de novos saberes ao cidadão. Assim, a Liberdade de Conhecimento de que trata esta dissertação ao investigar o poder libertador ou não do *Software* Livre para os assentados do Assentamento Moacir Wanderley perpassa por algumas

[17] Disponível em < http://www.br.debian.org/social_contract>. Acesso em: 09 de março de 2007.

2002, p. 28).

Nesse sentido, tais linhas se aproximam em alguns momentos e se distanciam em outros para construir um único saber em que se unem, evidentemente, prática e teoria (**a prática vem do saber popular, do senso comum que nasce da prática de cada um dos integrantes do MSL, a teoria vem do conhecimento teórico, da formação científica que eles recebem**). Para Freire (2002, p. 28) não é possível separá- não há prática sem Nesse contexto, a possibilidade libertadora ou não do *Software* Livre conduzida pelo MSL pode estar condicionada aos saberes que se formam e se somam as práticas e as teorias para a formação e consolidação cada vez mais da identidade política e social do MSL. É assim que o *Software* Livre fará sentido como possível ferramenta de transformação social para a cultura.

Pensando dessa forma, o MSL, haja vista, que se trata de um movimento de contracultura, pautado na opção colaborativa dos seus membros a favor da disseminação da cultura do Software Livre, tem como função não só denunciar a exclusão como também a de se colocar na dinâmica das mudanças sociais via *Software* Livre para a construção de uma sociedade pautada no bem-estar coletivo, amenizando as fronteiras do grande fosso social existente onde cada vez mais o acesso às tecnologias tem se tornado muito difícil,

Chamamos atenção para os grupos espalhados pelo mundo que lutam pela cultura do *Software* Livre sem ônus para a sociedade, como, por exemplo, a comunidade do Ubuntu que de acordo com o seu manifesto defende que qualquer cidadão ou cidadã deve se beneficiar dessa ferramenta sem ter que pagar dinheiro algum, ou seja, a comunidade defende um *Software* Livre sem custo. Esta é a forma pela qual o *Software* Livre deve ser defendido: em comunhão total, uns ajudando os outros. Desse modo, o *Software* Livre, através do MSL, coloca-se como uma entidade representativa de um contra-senso que foi gerado pela ideologia pertinente aos seus milhares de defensores e adeptos espalhados pelo Brasil e pelo mundo. Perguntado sobre o crescimento do MSL no Brasil quando esteve participando em 2005 do Fórum Social Mundial (FSM) na cidade de Porto Alegre-RS, Castells respondeu:

> Sei que é um movimento muito ativo, um dos maiores do mundo. Não conheço muito de suas inovações tecnológicas então não vejo esse como um bom critério para analisá-lo. Além disso, não podemos esperar que surja sempre um novo Linux ou um novo killer APP (Programa Aplicativo de Ponta). É muito mais importante que cada grupo desenvolva o que necessita e que tudo vá se conectando. Mais do

> que grandes inovações são mais importantes milhões de pequenas inovações interconectadas e, nesse sentido, o movimento me parece muito forte, muito vital.[18]

Assim entendido, o MSL se traduz de uma importância singular, pelo seu componente coletivo.

Aspectos importantes da igualdade entre o MST e o MSL

O MST e o MSL são sujeitos que lutam pela questão de construção de uma nova cidadania, mais plural e, portanto, mais igualitária amparada pelo caráter libertário de suas lutas. O MST e o MSL necessitam de uma cidadania ampliada para poder contemplar as garantias dos seus direitos *(e conseqüentemente os deveres)* enquanto sujeitos coletivos.

Desde o seu nascimento que o MST cada vez mais se apresenta como protagonista da luta dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra para se construir um novo devir social em busca de novas formas de equidade. A partir daí, o MST tem buscado novos palcos de enfrentamentos e, como tal começa a sentir a necessidade de integrar-se aos avanços das tecnologias. Por meio delas, não só paradigmas sociais são construídos, como também novas formas de aquisição de poderes se difundem.

Nessa perspectiva, consideramos que o conhecimento produzido no seio do MST é parte fundamental de seu poder e poderá crescer caso o movimento incorpore, nas suas atividades de Produção de Conhecimento, a emergência que se faz de alinhar as tic às novas formas de aquisição de conhecimento. No mundo em que vivemos na atual Sociedade da Informação, o uso das tic pode quebrar o silêncio na formação dos cidadãos, vistos como sujeitos em constante formação, aprendizes e produtores de conhecimentos, pois, cada vez mais temos que utilizar todas as formas possíveis de se adquirir conhecimento e as tic é uma dessas formas.

Para Gadotti (2000), o conhecimento tem presença garantida em qualquer projeção que se faça do futuro. Certamente, Gadotti está se referindo ao conhecimento na perspectiva cognitiva do saber humano capaz de possibilitar transformações sociais e culturais em uma sociedade. Esse conhecimento se reflete pela Educação que é dada no contexto de cada um de nós, transformando-nos em cidadãos livres e conscientes. Livres na medida em que temos

que a Educação é afirmação da liberdade e toma as palavras a sério - isto é, quando as toma por sua significação real - se obriga, neste mesmo momento, a reconhecer o fato da opressão,

[18] Disponível em: <http://www.*software*livre.org.> Acesso em 28 de agosto de 2006.

É o que se observa no MST, a partir do processo de sua Educação Política com relação ao uso das facilidades tecnológicas advindas do *Software* Livre. Apesar do *Software* Livre ser uma ferramenta tecnológica disputada pelos interesses comerciais e/ou mercadológicos das empresas, ele tem sido e ainda é o modelo de *software* utilizado e/ou preferido dos movimentos sociais. O MST e o MSL empregam o *Software* Livre por conta do caráter libertário a favor do conhecimento coletivo e não individualizado.

Fato que podemos ver, de acordo com o assentado F da pesquisa. Este considera o *Software* Livre um programa socialista - *Software* Livre *é um programa socialista"*, ou seja, ele está convicto que de fato o *Software* Livre promove a liberdade de conhecimento. Outra resposta bastante interessante nessa mesma linha é ver o *Software* Livre, livre *[...], no caso do Windows a gente teria que pagar por todos os aplicativos instalados. O Software* Livre *é autônomo, você pode contribuir para melhorá-lo"*. (ASSENTADO(A) H).

Logo, podemos dizer que as tic, como conjunto de tecnologias modernas que incorporá o *Software* Livre, abrem caminhos de possibilidades na recomposição dos movimentos a favor da sociedade igualitária. Nesse ponto, concordamos com Lima (2002, p. 55) quando ela, referindo-

-a, afirmo que as tic, através do *Software* Livre, podem se tornar uma grande ágora, desde que também socializadas, isto é, compartilhadas coletivamente como opção tecnológica em detrimento a outros modelos oferecidos. *"Por ser de código aberto, nos deixa a idéia de liberdade que pode ser usada para a formação política e social do cidadão"*. (ASSENTADO(A) I).

Então, as mobilizações promovidas pelo MST se somam as do MSL com afinidade no que diz respeito a conquistas de direitos. Enfim, ambos os movimentos lutam em beneficio dos cidadãos e cidadãs desprovidos dos amparos sociais: o MST luta por aqueles sem o amparo do direito à terra e o MSL luta por aqueles sem o amparo do direito à democratização e universalização das tic, incluindo aí, o próprio MST.

Uma relação vislumbrante: do *Software* Livre ao Telecentro

Em detrimento ao mercado dos *softwares* não-livres, surge a Cultura do *Software* Livre que se lança no mundo e aterrissa no Brasil, com a incumbência de levar para aqueles que vivem as margens da sociedade, desprovidas dos benefícios da utilização dos *softwares*, possibilidades de estarem conectados as tantas facilidades pertinentes ao que os *softwares*

podem oferecer enquanto ferramentas a serviço do homem, isto é, a serviço do bem-estar social. Então, não seria de difícil imaginação pensar nas grandes possibilidades de utilização do *Software* Livre. Atualmente, ele é utilizado como solução tecnológica de informática em várias áreas do conhecimento humano. Na área especial [19], por exemplo, o *Software* Livre está servindo como ferramenta de inclusão social e educacional de alunos com deficiência visual. Uma dádiva que a sua filosofia libertária de promoção do bem-estar social pode oferecer, já que os *softwares* não-livres com a mesma finalidade são muitos caros e, portanto, de pouco acesso, tanto para as escolas quanto para os alunos.

Enquanto o *Software* Livre, através da sua cultura, beneficia milhares de alunos com deficiência visual, outra forma de utilizá-lo, está em utilizar o *Software* Livre como de investimento entre o público/privado; privado/público . O Estado (o Governo) utiliza-o dessa forma e, por ser assim, seus investimentos sociais de promoção do bem-estar social são bastante tímidos. Nesse sentido, o Governo tem dado sinais que sua maior preocupação é investir no *Software* Livre muito mais para ser utilizado no programa do Governo Eletrônico[20] do que, por exemplo, iniciar um processo profundo de inclusão digital com ele.

Com o Governo Eletrônico sendo base de maior interesse do Governo, o *Software* Livre começou apontar como solução tecnológica para Administração Pública Federal. A intenção do Governo é fomentar o Programa Eletrônico da Administração Pública (PEAP) com *Software* Livre. Num primeiro momento, com o PEAP, os objetivos do Governo eram: formular, estabelecer diretrizes, coordenar e articular ações de implantação do Governo Eletrônico, voltado para a prestação de serviços e informações ao cidadão.

Cabe dizer que tais objetivos foram lançados a partir da política de informação do Governo em 1999 (segundo mandato de FHC[21]), alicerçadas através do programa da Sociedade da Informação (SOCINFO) e pelo Decreto de 18 de outubro de 2000 - (ver anexo, quadro C) - quando o Governo estabelece o Comitê Executivo do Governo Eletrônico com base tecnológica no *Software* Livre. A partir daí, várias da suas agências (Ministérios, secretarias, entre outras) começaram fazer uso do *Software* Livre.

---

[19] Entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. **Lei 9394/96, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

É o caso da Secretaria da Receita Federal (SRF) e do Ministério da Educação (MEC), oferecem uma gama de serviços ao cidadão. Hoje praticamente todos os serviços da SRF podem ser resolvidos pelo seu portal. No caso do MEC, o ministério tem realizado alguns projetos, entre eles: o Sistema de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Siep) [22]. Lembrando, que ambos investem fortemente no *Software* Livre.

Num segundo momento, ainda durante o segundo mandato de Governo de FHC e logo depois do Decreto de 18 de outubro de 2000 ganhar força, iniciou-se uma estratégica de combate ao processo de exclusão digital através da expansão da proposta do Governo Eletrônico que viabilizou Políticas Públicas para a criação em todo país de Telecentros Comunitários. Porém, com característica bastante incipientes tais políticas não foram suficientes para implantar um bom número de Telecentros Comunitários do país, nem de definir claramente seus objetivos na prática. Sobre os Telecentros é importante dizer, que esses fazem parte de um movimento que veio ganhando corpo em todo o mundo a partir do final dos anos 1980, após ter sido iniciado na Europa para fomentar a inclusão digital de agricultores de países nórdicos, especialmente a Dinamarca. Porém, na América Latina e Caribe, Telecentro é experiência recente, que visa à redução da divisão entre aqueles que têm e os que não têm acesso às tic, especialmente à Internet, como lembra (DARELLI, 2002).

Na verdade, somente a partir do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva - Lula - pressionado pela grande maioria da sociedade civil organizada surgiram Políticas Públicas mais pontuais para amenizar os altos índices da falta de acesso da população mais carente a Internet, por exemplo. Para este fim, entre outros, educar uma população que cada vez mais se torna vítima do analfabetismo digital é um problema sério haja vista que o mundo percebe hoje ser isto um dos maiores obstáculos para a expansão das tic.

Trata-se de um novo tipo de exclusão, não mais baseado no acesso aos alimentos, terra ou letras. Mas, a exclusão digital. O analfabeto de ontem era o iletrado, não conhecedor do alfabeto. Caso o cidadão lesse uma linha ou escrevesse seu próprio nome já não era reconhecido como tal. Porém, esse conceito caiu por terra, e o analfabeto de hoje é aquele indivíduo que mesmo sabendo ler não consegue interpretar texto, isto é, não entende o que leu. Isso muda drasticamente o cenário de muitos países, sobretudo o Brasil cujo ensino não prevalece à leitura, a abstração e o pensamento. Se esse problema de base educacional não é resolvido imaginem a questão da inclusão digital.

---

[22] Todas as ferramentas utilizadas para a construção do Siep estão sendo elaborados com tecnologias de *Software* Livre, código aberto e acessibilidade, com metodologia de desenvolvimento compartilhado e em rede. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?Option=com_conten>. Acesso em: 10 de dezembro de 2007.

O analfabeto convencional, então passa quase que imediatamente a engrossar a estatística dos iletrados digitais. Não estamos falando da questão financeira na aquisição de equipamentos como computadores, ou *software* e sim o conhecimento para seu manuseio. Através dos Telecentros Comunitários com uso obrigatório de *Software* Livre surgiram os laboratórios de informática com a promessa de diminuir as estatísticas dos elevados índices dos iletrados digitais. Estes laboratórios de informática, chamados de Telecentros Comunitários - são considerados por Darelli (2002):

> Centro de atendimento coletivo que oferece serviços, em regime de parcerias, aos diversos segmentos da sociedade da área urbana e da área rural, utilizando facilidades de telecomunicações e de informática e atuando como agente de desenvolvimento econômico, político e sociocultural. (DARELLI, 2002, p. 26).

Nessa lógica, o tema Telecentro e *Software* Livre no país foi cada vez mais ganhando espaço como política de inclusão digital do Governo Federal. Embora, o Governo ainda não tenha contemplado a sociedade com um verdadeiro programa político efetivo de combate a exclusão digital, conseqüentemente, o aumento da inclusão digital no país, até aqui - ano 2007 é insignificante, isto é, o número de Telecentros Comunitários instalados pelo Governo Federal é insignificante.

De acordo com o Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária (CAICC), há apenas 1500 Telecentros Comunitários em operação no Brasil[23]. Embora, existam outros Telecentros não denominados de comunitários espalhados pelo país, fomentado por outros órgãos não-governamentais. Em nossa pesquisa o que nos interessa são os Telecentros Comunitários, ou melhor, os chamados Telecentros Comunitários de denominação política do Governo Federal tal qual o Telecentro Quissamã (SE) construído no Assentamento Moacir Wanderley, MST de Sergipe.

Os usuários do Telecentro Quissamã (SE) e seus gestores consideram os Telecentros Comunitários ferramentas de desenvolvimento social.

Mas, quem são seus gestores? Teoricamente o principal gestor é o primeiro, justamente aquele que cria o Telecentro: o Governo que através das suas agências (GESAC e CASA BRASIL) implementa os Telecentros Comunitários. O segundo gestor são as comunidades que recebem do Governo os Telecentros Comunitários. A nosso ver, essas comunidades passam a ser os principais gestores dos Telecentros Comunitários, pois têm que administrá-los sem ter o amparo do Governo que os criou. O GESAC foi criado durante o segundo mandato de FHC com o objetivo de acompanhar e prestar todos os serviços

[23] Disponível em: <http://www.caicc.org.mz/index.php?option=com_content&task=view&id=719&It>. Acesso em: 10 de dezembro de 2007.

necessários aos Telecentros Comunitários, inclusive seu principal papel é levar o acesso a Internet aos Telecentros Comunitários. Já o CASA BRASIL foi criado pelo Decreto de 10 de março de 2005 - (ver anexo, quadro E), que instituiu a coordenação nacional do Projeto CASA BRASIL, projeto que reúne as iniciativas de inclusão digital do Governo Lula junto com o antigo GESAC de FHC e agora estruturado por Lula. O Governo de Lula reestruturou o GESAC para atuar junto com o CASA BRASIL prestando além dos serviços de acesso a Internet, outros serviços como, por exemplo, palestra, treinamento; suporte técnico, troca de equipamentos.

Os Telecentros Comunitários nas mãos do cidadão podem, a nosso ver, entrar na ordem do dia como possibilidades de se transformarem em verdadeiros Centros Coletivos de Produção de Conhecimento e de afirmação de poder e, dessa forma, sairem do foco do Governo que lhes impõe limites, inclusive de caráter técnicos necessários para o bom funcionamento desses centros. Parece que o GESAC e o CASA BRASIL não têm dado conta em apoiar as demandas geradas nos Telecentros Comunitários como palestra, treinamento, suporte técnico e troca de equipamentos -, inclusive não ter preparado os Trabalhadores Rurais para lidar com as tecnologias implantadas, já que o papel principal do GESAC e o CASA BRASIL é levar as tic para as comunidades mais carentes e que vivem numa localização geográfica de difícil acesso. Sendo assim, eles necessitam de todo o apoio dessas agências, fato que não acontece na maioria das vezes como foi observado durante a nossa pesquisa no Assentamento Moacir Wanderley, Telecentro Quissamã (SE).

Embora o Telecentro Quissamã (SE) não se localize numa região de difícil acesso, tem todo o direito de receber o apoio do GESAC e do CASA BRASIL por ser um Telecentro do programa do Governo, porém é o que mais falta aos assentados do Assentamento Moacir Wanderley, apoio as suas demandas.

O programa do Governo para a construção de Telecentros Comunitários parte, geralmente, do interesse coletivo de uma comunidade. Fato constatado na construção do Telecentro Quissamã (SE). Mas, é preciso dizer que foi a partir do desejo e da mobilização dos assentados do Assentamento Moacir Wanderley que o Governo Federal, através da sua agência GESAC e do apoio do Banco do Brasil (BB) que forneceu os computadores, tornou realidade aquele pólo tecnológico.

A criação de Telecentros Comunitários incentiva, paralelamente, o uso e a disseminação do *Software* Livre uma questão positiva que se bem aproveitado poderá trazer ganhos sociais inquestionáveis. A utilização do *Software* Livre como ferramenta oficial do Governo invade fronteiras e ultrapassa limites, principalmente, os limites impostos pelas

grandes empresas monopolistas de desenvolvimento de *software*. Tais empresas coíbem o cidadão de exercer e de externar suas subjetividades ao se deparar com *software*s que lhes tiram o poder subjetivo de criação e, conseqüentemente, de produção subjetiva do conhecimento. A subsunção do cidadão nesse caso é bem maior. Ao contrário, o *Software* Livre possibilita que o cidadão veja outros caminhos, sendo ele mesmo o próprio agente de construção deles.

No entanto, se o *Software* Livre e os pólos tecnológicos, com base nos Telecentros Comunitários, vão tornar-se políticas efetivas do Governo e, com isso, diminuir a distância entre aqueles que têm acesso e os que não têm acesso as tic, é algo que só saberemos com o tempo. O que podemos dizer agora sobre este assunto, é que no momento, ainda é bastante tímido o número de Telecentros Comunitários no Brasil, e incipiente o número de Telecentros que atende os assentamentos do MST, como já relatamos anteriormente.

Enquanto o Governo gasta milhões de reais desenvolvendo e equipando suas agências , sejam eles em *Software* Livre e em outros momentos não, contraditoriamente, assistimos à falta de mais investimentos a favor não só da inclusão digital, mas também ao processo de democratização e universalização das tic. Um exemplo é a falta de criação de mais Telecentros Comunitários e a falta de acesso da escola ao computador e a Internet. Embora, haja para isso o FUST que poderia viabilizar a possibilidade de tal democratização e universalização começarem a surgir no horizonte.

FUST surge neste cenário podendo ou não aprofundar tal contradição, que nos limites da relação Estado/Sociedade se traduz na promoção da inclusão social, ao prover as ações de Formação Tecnológica e de Alfabetização Digital. Um cenário que nos inquieta cada vez mais.

> A trajetória realizada [**pelo Governo**] identifica nos documentos dos programas oficiais utilizados, um certo investimento ao longo do tempo em seus diferentes Governos na informatização das escolas nacionais sem, no entanto, alcançá-la. Ocupa-nos neste momento, questionar o papel e a ação do Estado Nacional, em função da Educação e em particular da exclusão digital. Isto significa dizer que, em última instância, as diferentes classes sociais e frações de classe continuam a se reproduzir tal qual ocorria nos diferentes padrões de desenvolvimento promovidos pela economia capitalista. O fato é que as diferentes culturas permanece há anos fora da escola, [**fora do processo de democratização e universalização das tic**]. (LIMA, 2002, p. 199, grifo nosso).

A falta de mais investimentos a favor não só da inclusão digital, mas também, ao processo de democratização e universalização das tic, como já nos referimos, não só é alvo de preocupação e de estudo da pesquisadora Lima (2002), mas também tem sido alvo de preocupação e de estudo de outros pesquisadores, entre eles, citamos Pretto e Pinto (2006) que em um dos seus artigos publicado na Revista Brasileira de Educação, titulado

a ampliação do acesso da Internet às classes C, D e E é atribuída muitas vezes à implantação de Telecentros, embora eles concordem que muitas coisas ainda precisem ser feitas para vislumbramos os Telecentros como uma boa forma de levar a inclusão digital para os quatro cantos desse país. O pesquisador Pretto é um dos defensores do *Software* Livre, realiza pesquisas na área das tecnologias e Educação, lançou na Bahia o Projeto Tabuleiro Digital desenvolvido com *Software* Livre.

> Os objetivos do Tabuleiro são favorecer a inclusão da comunidade acadêmica da UFBA e da população do seu entorno, em Salvador, e da comunidade do município de Irecê; criar condições para a construção de uma cidadania plena, e para o uso das tecnologias como elemento de redução das desigualdades. (PRETTO, 2007, grifo nosso) [24].

Com a presença do *Software* Livre no Brasil, exemplos como o Tabuleiro Digital e os Telecentros Comunitários passam a ter um forte aliado. É através do *Software* Livre que muitos desses pólos foram confeccionados, principalmente, os de caráter de construção federal que só utilizam e só é permitido utilizar o *Software* Livre, mesmo porque, o computador mestre desses pólos são configurados com Linux e os restantes das máquinas são máquinas burras, isto é, sem sistema operacional instalado. Isto se dá na visão do Governo pelos benefícios econômicos que se têm na facilidade econômica de adequar o modelo de Telecentro Comunitário baseado em *Softwares* livres à demanda social de cidadãos que necessitam inserir-se digitalmente.

Em matéria publicada na FOLHA ONLINE[25] o Governo diz:

> Que economizou aproximadamente R$ 28,5 milhões em 2004 com a adoção de *Software* Livre. O valor, apurado pelo Comitê Técnico de Implantação do Software Livre (CISL), se refere ao que deixou de ser gasto com licenças de softwares [não livres]. É estimado que o Brasil pague cerca de 300 milhões a 400 milhões em licenças por ano. (grifo nosso).

Em nossa opinião, *Software* Livre é muito mais do que simplesmente uma questão de economizar alguns milhões de reais com licenças pagas a *softwares* não-livres. É uma oportunidade de sermos diferentes, mesmo que sejamos utópicos, pois, acreditar somente na idéia de que é apenas o capital que se beneficia da redução dos custos com trabalho intelectual decorrentes da produção coletiva de *Software* livre, segundo a análise de Bolaño (2002), não resolve a situação de oprimidos a que estamos supostamente determinados. Urge, então, trilhar novos caminhos: de sonhos e de liberdade, através da emancipação que o *Software* Livre pode oferecer, mesmo que o capital ainda possa incorporá-lo como elemento de

---

[24] Disponível em: < http://www.arede.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1255&>. Acesso em: 10 de dezembro de 2007.

[25] Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u94554.shtml>. Acesso em: 14 de agosto de 2007.

reestruturação produtiva. Nesse mar de discussão, cabe dizer
do desenvolvimento do *Software* Livre para o mundo colaborativo e, portanto, coletivo de disseminação da informação.

O fator importante, observado a partir da aquisição das tecnologias livres é a lógica do fator coletivo, presente, naturalmente, no *Software* Livre. Afinal, é uma ferramenta desenvolvida de forma coletiva. Seu caráter predominante, para a geração do bem-comum existente, é que tem cada vez mais incentivado o desenvolvimento de mais soluções livres por parte das comunidades espalhadas pelo planeta, interligadas pelas redes, tais como Projeto GNU Não é Unix (GNU) que desenvolve o Debian GNU/Linux[26].

Apesar da análise do estudioso Bolaño (2002) ser pertinente, pois, de fato uma das principais características do capitalismo, além da propriedade individual, lucro, economia de mercado e divisão de classe é o poder de apropriação que ele tem, vale ressaltar que uma , quanto mais o *Software* Livre for disseminado melhor será para o futuro tecnológico dos cidadãos. A contento, o que se espera através do *Software* Livre é de fato a construção de uma consciência coletiva em função da emancipação social e cultural do cidadão, já que este modelo de tecnologia somado com a grande comunidade que os defende, tem o papel de transformar a sociedade através dos vieses educativos dos seus princípios ideológicos.

Nesse sentido, é preciso cada vez mais iniciativas locais de Telecentros Comunitários, apoiados por uma política nacional comprometida não só em aumentar a quantidades de Telecentros e, assim, combater o processo de exclusão digital. Isto implica comprometer-se com a qualidade dos Telecentros. Diante dos fatos aqui colocados, é evidente que o processo de democratização e universalização das tic no Brasil ainda é bastante insatisfatória. Sabemos que o número de Telecentros Comunitários existente é ilusório, pois estamos falando de um país de mais 170 milhões de pessoas. A escuridão digital é maior ainda ao comparamos o número de escolas do ensino médio conectadas a Internet com o número de escolas do ensino xistem apenas 35% delas conectadas a Internet. Parece um quadro animador se não estivéssemos falando em médias, porque, no fundo, ainda vemos uma forte tendência à exclusão - agora, à exclusão digital -, que reforça, mais uma vez, uma situação de

[26] **Debian GNU/Linux** é um sistema operacional (SO) livre para computador. Um sistema operacional é um conjunto de programas básicos e utilitários que fazem o computador funcionar. O Debian usa o kernel (núcleo de um sistema operacional), Linux, mas a maior parte das ferramentas do SO vêm do projeto GNU; daí o nome GNU/Linux. Disponível em: < http://www.debian.org/index.pt.html>. Acesso em 21 de maio de 2007.

Dessa forma, cada vez mais, evidenciamos através dos estudos científicos (artigos, dissertações e teses) que o acesso às ferramentas tecnológicas - computador, Internet - têm sido disponibilizadas aos poucos privilegiados da sociedade. Principalmente, quando se trata de acesso rápido a Internet: ao falarmos em escola conectada, podemos estar a nos referir a um computador que partilha a linha telefônica de uso administrativo da escola , (PRETTO; PINTO, 2006, p. 21-22). Isto dificulta mais ainda qualquer intenção de associar a Internet a Educação. Para a Educação do MST de Sergipe tanto o Telecentro Quissamã (SE) quanto a Internet podem auxiliá-los nos processos cognitivos de criação de novos saberes.

A falta de acesso, da maioria da população e das escolas públicas brasileiras, a equipamentos de informática ou mesmo ao uso da Internet como apontou Pretto e Pinto (2006) é um fato constatado. Segundo pesquisa recente divulgada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.Br) de 2007, mais da metade dos brasileiros nunca navegou na Internet, isto é, 54% dos brasileiros nunca usaram computador e 67% a Internet. Este levantamento constatou que a Internet ainda é privilégio das camadas da sociedade brasileira com maior poder aquisitivo.

Outra informação preocupante é o fato de que num total de 195.041 instituições de ensino fundamental e médio, apenas 32.617 têm computadores ligados à rede mundial de computadores, o que corresponde apenas 16,7% das instituições conforme divulgados pelo Sistema Integrado de Informações Educacionais (SIEd) (2007).

Portanto, o registro de tão pouco acesso às tic, por parte da população mais carente e por parte das instituições educativas públicas é visto como um processo retardatário de conquista de direitos do cidadão. Em meio a toda essa questão, o Brasil se diz sensibilizado com os movimentos sociais e, em particular, com o MSL e se lança timidamente através do *Software* Livre para viabilizar a sua campanha de política social voltada para o combate da exclusão digital e, portanto, disseminar a sua política de inclusão digital, uma questão que não pode surgir do paradigma da Sociedade da Informação - *Software* Livre/Telecentro; Telecentro/Software Livre.

***Software* Livre no Estado de Sergipe**

Parece que o Governo de Sergipe partilha das atribuições dadas ao *Software* Livre pelo Governo Federal: difundir o uso do *Software* Livre. Porém, efetivamente, ambos não têm alcançado os objetivos propostos nos Decretos direcionados a fomentar o *Software* Livre na

Administração Pública Federal e, pior ainda, de estender tal política à população, principalmente, à população carente através da criação dos Telecentros Comunitários.

O Decreto 23.706 de 10 de março de 2006, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE), concebeu ao Estado de Sergipe o uso *Software* Livre como ferramenta corporativa padrão de execução e gestão da Política Estadual de Informática e Comunicação na Administração Pública Estadual. Os objetivos propostos pelo Governo Estadual era colocar, à disposição da sociedade, o conhecimento envolvido na produção de seus programas, bem como oferecer a possibilidade de plena auditoria sobre os seus funcionamentos, ficando a cargo desse papel a Agência de Tecnologia da Informação de Sergipe (AGETIS) que no âmbito estadual tem como principal atividade, apoiar e dar suporte administrativo e técnico aos órgãos do Poder Executivo Estadual, bem como a partir do Decreto citado operacionalizar o *Software* Livre nesses organismos.

De fato, isso não tem acontecido de maneira a contemplar tudo aquilo que está posto no Decreto 23.706 de 10 de março de 2006. Em 2005, a AGETIS criou um grupo de trabalho com a tarefa de realizar uma estratégia para a implantação do *Software* Livre na Agência e, em seguida, estimular o uso dessa ferramenta nos demais órgãos do Poder Executivo Estadual através do Governo do Estado. O que se vêem, contudo, são poucas agências do Governo estadual a experimentarem e, muito menos, a substituírem seus modelos tecnológicos não-livres pelo *Software* Livre.

Diante dessa realidade, só podemos enxergar que só há mesmo a intenção de implantar o *Software* Livre através dos Decretos. Outras secretarias do Governo poderiam dar sinais de interesse para transformar o que está nos Decretos em realidade que viessem a contemplar as comunidades mais carentes do Estado de Sergipe. Isto seria uma solução viável para os cofres públicos do Estado: fazer uso do *Software* Livre para viabilizar a inclusão digital no estado. A Secretaria que poderia está à frente desse processo já que levanta a bandeira pela inclusão social, seria a Secretaria de Estado do Combate à Pobreza, da Assistência Social e do Trabalho (SECPAST) da gestão do Governo anterior e hoje denominada pelo Governo atual de Secretaria do Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES). A primeira poderia solicitar um plano de ação junto a AGETIS para viabilizar a inclusão digital no estado já que esta agência detém supostamente o conhecimento necessário para isso e não o fez. A segunda, isto é, a SEIDES é a secretaria que está no comando e até o momento da finalização da nossa pesquisa não tinha feito nada a respeito. O que nos leva a deduzir que na prática o que vemos é uma réplica da política federal de combate a exclusão digital.

Ora, se o próprio Governo Estadual não estabelece uma política efetiva e real de transformação das suas próprias ações concernentes ao combate da exclusão digital no estado de Sergipe, então, como fica a questão da operacionalização do *Software* Livre para a sua realidade administrativa? Como esse mesmo Governo pode ter o interesse de fomentar o conhecimento tecnológico do *Software* Livre a favor do coletivo carente do Estado sergipano excluído do processo de inclusão digital? Como pode mesmo criar e/ou subsidiar parcerias com a sociedade civil organizada, incluindo aí as possíveis parcerias que poderiam acontecer com o MST de Sergipe, com intuito de dar melhores oportunidades de acesso às tic aos Sem-Terra do Assentamento Moacir Wanderley (SE)? Por ora, o que se constata é que o Governo Estadual se faz na maioria das vezes ausente para todas essas questões levantadas.

No Nordeste, por exemplo, o número de cidadãos excluídos dos privilégios do acesso ao computador e à Internet é alarmante: só há 8,5% dos domicílios nordestinos com desktops (CGI.br, 2007, p. 41). Sergipe, infelizmente, faz parte desse contexto. Tal situação só é comparada às poucas condições de desenvolver uma Educação de qualidade ou um sistema de saúde competente. Na verdade, estamos num redemoinho, onde muitas vezes, esperar que o Estado brasileiro assuma o papel de garantidor do direito fundamental de todos é o que resta.

Nesse sentido, concordamos com Freire (2002), quando se referindo ao capitalismo, indaga sobre o que iremos fazer face à atual capacidade (que é enorme) do capitalismo de gerar problemas sociais, de aumentar cada vez mais o fosso social das exclusões aliado ao

movimento anterior da história humana foi tão voraz em produzir pobreza e excluir os não-

No âmbito maior desta discussão, o fato é que o *Software* Livre se apresenta como uma alternativa viável para a Administração Pública Estadual, pois oferece recursos técnicos similares aos *software*s que hoje estão contratados e instalados nas diversas secretarias do Governo. Porém, o que cabe na discussão, é ver que políticas do Governo Estadual, comprometidas com o *Software* Livre, atendem as classes menos favorecidas do Estado de Sergipe e que elas possam, inclusive alcançar os assentados do MST de Sergipe. Que políticas têm a finalidade de possibilitar a utilização de padrões abertos dos *software*s que possam garantir a livre distribuição do *Software* Livre de forma cooperativa, participativa e voluntária, promovendo, assim, a otimização de recursos e investimentos em tic, dentre outros, para dar início ao processo de Inclusão Digital do Governo do Estado?

Na teoria, tudo parece ir a favor do crescimento do *Software* Livre no Brasil e, em particular em Sergipe, se analisarmos as Políticas Públicas somente pelos Decretos. Na

prática, contudo, o Brasil e, especificamente, Sergipe, continua submerso num profundo processo de exclusão digital.

Desde o seu nascimento em 1993, a estrutura e infra-estrutura do assentamento sofreram algumas alterações. De lá para cá, muitos conquistas se realizaram no trabalho agrícola ao longo de 14 anos de história do assentamento. Uma dessas conquistas foi a construção do Centro de Capacitação Canudos (CECAC) ponto de referência da militância do MST. É nele que milhares de integrantes do movimento recebem Educação, formação política e intelectual. O centro de capacitação é um marco para o MST. Através dele já se formaram vários líderes para atuarem nos assentamentos e acampamentos do Estado de Sergipe e também do MST no nível de outras regiões do Brasil.

Além disso, algumas conquistas com relação a outros assentamentos do estado de Sergipe são evidentes. Entre elas podemos citar a Escola Heronil de Ferreira de Carvalho, que fica dentro do assentamento e educa os assentados até a 5º série do ensino fundamental.

Cabe dizer que a escola do campo rural tem o papel de desenvolver conhecimentos voltados para o beneficio e o bem-estar dos trabalhadores rurais a partir de uma nova concepção de vida rural que abrange a identidade do homem do campo. Em decorrência disso, o MST enfrenta uma luta difícil, que é a de tentar explicar aos educadores, aos Governos, enfim, às pessoas que desenvolvem Políticas Públicas, que a escola para o homem do campo , (STEDILE, 1999, p. 78), pois, os saberes necessários ao homem campo é algo a ser considerado nesse contexto. Assim, ter uma escola funcionando no assentamento é uma conquista imensurável. Para atender os militantes de maior idade que necessitam de uma graduação, o MST em parceria com as Universidades Federais, entre elas a de Sergipe utiliza o CECAC como escola superior. Na época da nossa pesquisa, o MST de Sergipe estava com o curso de agronomia.

Depois da conquista da escola (fundamental e superior em parceria) para a Educação dos assentados do MST e de outras regiões do Brasil, em 2002 o MST de Sergipe, em especial, o Assentamento Moacir Wanderley conquistou o Telecentro Quissamã. Esta conquista de fato mudou a paisagem do assentamento. Era impossível não percebê-lo. É bom frisar que a chegada do Telecentro partiu do desejo dos seus assentados, ou ao menos do desejo dos seus líderes. É sobre essa conquista que se detém a nossa pesquisa, pois o Telecentro parece-me ser a maior razão que liga o assentamento às histórias de suas lutas e conquistas a favor da inclusão digital dos seus assentados.

O Telecentro do Moacir Wanderley (SE): Telecentro Quissamã

No segundo semestre de 2004, fizemos a primeira visita ao assentamento, conforme já anunciamos na introdução. Notamos que a sala do Telecentro Quissamã era pequena e com pouca ventilação, um ambiente impróprio para um laboratório de informática. A sala média 5m x 15m, pré-fazendo 75m2 (setenta e cinco metros quadrados). Entretanto, estavam lá instalados um servidor e vinte computadores interligados em rede de computadores[27]. Foi assim, que foi montado o Telecentro. Este tinha na época como sistema operacional o *Debian GNU/Linux* e oferecia o pacote *Open Office* como ferramenta de escritório, além disso, o Telecentro era interligado à Internet via satélite por uma antena disponibilizada pelo GESAC. (ver **Foto 1**, abaixo).

Foto 1 - Antena GESAC - Telecentro Quissamã (SE)

Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

Na oportunidade, dialogamos com o responsável pelo Telecentro
tinha como atribuições abrir a sala, ligar o servidor e os computadores, prestar todos os serviços técnicos necessários para o funcionamento do laboratório, além de ajudar nas dúvidas
namento que o qualificasse para tais atribuições. Ele fazia uso do guia *Foca GNU/Linux*[28], uma espécie de referência para aqueles que desejam compreender o funcionamento técnico do *Debian GNU/Linux*.

A tecnologia escolhida para montar o Telecentro foi o Linux Terminal Server Project (LTSP), talvez por se tratar de uma tecnologia que não necessita de máquinas potentes, aliás, máquinas disponibilizadas para essa plataforma tecnológica não necessitam sequer ter disco

[27] Uma **rede de computadores** consiste de 2 ou mais computadores e outros dispositivos ligados entre si e compartilhando dados, impressoras, trocando mensagens (e-mails), etc. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_de_computadores>. Acesso em: 09 de maio de 2007.

[28] **Foca GNU/Linux** é um guia que traz desde explicações básicas sobre computadores e o *Software* Livre distribuição Debian GNU/Linux. Disponível em: <http://focalinux.cipsga.org.br/>. Acesso em 21 de maio de 2007.

rígido, requerem apenas pouca memória e processador de baixa potência. Um indicativo que fazia referência aos computadores doados, pois, infelizmente, eram computadores sucateados, velhos que foram reutilizados, com isso, eles eram passíveis de problemas, como de fato ocorriam constantemente naquele laboratório, problemas que muito dificultavam o diálogo dos assentados com as tecnologias e, dessa forma, impossibilitavam os assentados, muitas vezes, de produzir e (re) produzir conhecimento a partir delas.

O MST poderia ter recebido computadores mais eficientes, ter uma rede de computadores mais eficaz proporcionando aos assentados melhores condições, no que diz respeito à estrutura e infra-[29] do Telecentro, com isso, a produção e (re) Produção de Conhecimentos, poderia ganhar outros rumos, o de desenvolvimento de capacidades coletivas já que o Telecentro teria teoricamente os meios para que isso viesse acontecer. Mas, infelizmente, durante as permanências na sala do Telecentro, víamos que muitos computadores não funcionavam. Constatamos que era rotineiro acontecerem problemas: monitor e/ou placa de vídeo que queimavam e não tinham substitutos e/ou meios de substituí-los. Outro problema que inviabilizava na maioria das vezes o uso do Telecentro pelos assentados era a Internet que não funcionava ou funcionava, demasiadamente, lenta.

Para agravar a situação, o Telecentro ficou cerca de oito meses parado. O MST não tinha meios de colocá-lo novamente para funcionar, faltavam assentados com conhecimentos suficientes, faltava apoio do Governo. Foi quando me convidaram a fazer uma intervenção técnica no Telecentro, haja vista que conhecia os problemas que estavam ocorrendo. Prontamente, aceitei o convite, porque além de pesquisador, tínhamos em mente todos os conhecimentos técnicos para colocar novamente o Telecentro em funcionamento. Nesse sentido, era válido sairmos na defesa do MST em prol da satisfação dos assentados e usuários do Telecentro.

Dessa vez, o Telecentro foi reinstalado numa nova área do CECAC e ganhou novas medidas - 5m x 20m, pré-fazendo 100m2 (cem metros quadrados) - além de um aparelho de ar condicionado. Porém, a configuração da rede de computadores do Telecentro teve que sofrer algumas alterações, por conta da degradação dos computadores. Ao invés de reinstalar o Debian GNU/Linux, instalamos a distribuição Ubuntu 5.0. Esta distribuição é direcionada para usuários Desktop e tem uma interface mais amigável, alem de consumir menos recurso de máquina, segundo opinião dos diversos adeptos e defensores do *Software* Livre. Mesmo

---

[29] -estrut
confecção do Telecentro tem base no (*Dicionário Houaiss* *estrutura* - etimologicamente, significa: (*ação ou modo de edificar ou de construir, aquilo que se construiu; organização; disposição, arranjo*) e infra-estrutura, significa: (*funcionamento de uma estrutura concreta ou abstrata*).

assim, após o término da instalação, só foi possível deixar 10 (dez) computadores funcionando, os outros 10 (dez) já não conseguimos recuperar.

Como se pode observar, há uma discrepância entre a prática e a teoria das políticas do Governo, que ousam combater a exclusão digital. Na prática, o que vemos são Decretos que não se concretizam por completo, o Decreto 5.542 de 20 de setembro de 2005 - cidadão conectado - é um exemplo (ver anexo, quadro F). Além de tudo isso, ocorre a falta de apoio em treinamento para que os Sem-Terra possam lidar com os *Softwares* Livres instalados no Telecentro.

O MST não tem encontrado saídas para resolver os problemas de infra-estrutura do seu Telecentro. No término da nossa pesquisa em 2007, apenas 6 computadores estavam funcionando, de um total de 20 como já foi relatado. Ou seja, 14 computadores - 70% - servem apenas para simbolizar o descaso do Governo. Para cada computador em funcionamento se têm mais de dois quebrados. São computadores fora da rede, fora do Telecentro, fora do processo de inclusão digital. (ver **Foto 2**, abaixo).

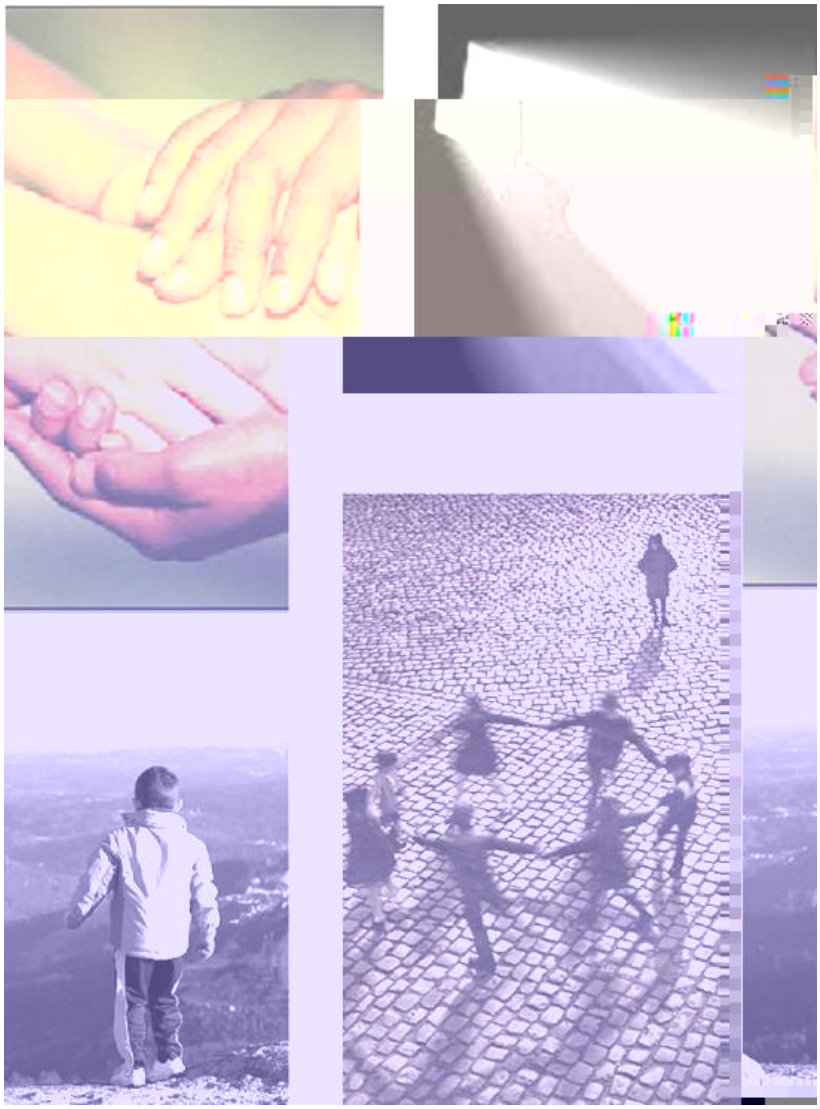
Se o Governo tem políticas de inclusão digital, por que tamanho descaso com o Telecentro Quissamã (SE)?

Foto 2 - Computadores amontoados e quebrados - Telecentro Quissamã (SE)

Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

CAPÍTULO III

CAMINHOS PELA LIBERDADE DO CONHECIMENTO:
Análise e discussão dos dados coletados da experiência do *Software* livre no Telecentro Quissamã (se)



"O sonho é ver as formas invisíveis
Da distância imprecisa, e, com sensíveis.
Movimentos da Esperança e da Vontade,
Buscar na linha fria do horizonte
A árvore, a praia, a flor, a ave, a fonte -
Os beijos merecidos da verdade."

(Fernando Pessoa, 1988)

Conhecer um assentamento internamente é, sem dúvida, uma das mais ricas experiências que um pesquisador pode ter. Tudo o que já se escreveu sobre um assentamento é muito pouco diante das experiências, das vivências que obtivemos em contato com os seus assentados. Assim, chegamos ao expoente da pesquisa: apresentar os resultados e fazer a discussão dos dados coletados.

Fomos ao assentamento dotado de informações diversas sobre o MST. Tínhamos, naturalmente, expectativas e muitos questionamentos. Observar a comunidade, aplicar os questionários, ler as respostas e verificá-las se atenderam ou não às expectativas de acordo com o objeto investigado. Os assentados, usuários do Telecentro Quissamã (SE), responderam muitas perguntas, mas fomentaram outras e criaram em nós um sentimento contraditório: de um lado a dúvida, pois o que se diz nos Decretos, nas vontades das Políticas Públicas pouco se concretiza; por outro lado, a certeza de que as ciências sociais devem sempre considerar uma comunidade como um organismo vivo e, justamente, por isso, não há uma teoria que dê conta de explicar todos os sentimentos e as ações de seus membros.

A pesquisa chega ao que pensamos ser a sua maior colaboração para com o universo acadêmico: apresentar os achados do assentamento, expressar um pouco da sua vida, emitir os discursos dos seus sujeitos anônimos. A partir daí, evidentemente, queremos expressar como se processa a relação entre as *tic* e as necessidades sócio-políticas e culturais dos assentados do Assentamento Moacir Wanderley: se elas promovem ou não a Liberdade do Conhecimento já que eles dispõem, como ferramenta de ação, o *Software* Livre.

3.1 Telecentro Quissamã (SE), uma porta para o Mundo?

Vida antes do TELECENTRO

Chegamos à finalização da pesquisa depois de termos convivido um bom período de tempo com a dinâmica do dia-a-dia do Assentamento Moacir Wanderley e de ter observado e registrado tudo que foi possível das coisas que aconteciam aos arredores do CECAC e, principalmente, dentro dele (curso, palestra, encontro, utilização do Telecentro etc.). No CECAC há sala de visitas, sala de TV coletiva, salas de aulas, salão de reuniões, barracas tipo quiosque, salão de café/almoço/janta coletivo, alojamentos, telefone público tipo orelhão e o Telecentro Quissamã (SE). Como era de se esperar, mediante a presença de tantos unidades num só complexo percebíamos muitos fatos acontecerem ao mesmo tempo. Às vezes duas, três ou mais coisas aconteciam paralelamente envolvendo os assentados do Moacir Wanderley

e/ou outros assentados ou acampados de outras regiões. Muitos dos fatos ocorridos envolviam o Telecentro.

O que nos leva afirmar que a dinâmica do dia-a-dia do assentamento é, incontestavelmente, forte. Raros eram os dias de calmaria, pois a diversidade de serviços no Assentamento Moacir Wanderley não permite. Com relação ao item diversidade identificamos que os assentados se referem a esta palavra com relação ao Telecentro, pois eles acham que o Telecentro além de proporcionar conhecimento, escolaridade oferece também diversidade.

Assentado(a) A *a informatização do assentamento "mudou conhecimentos, escolaridade,* ***diversidade*** *e então ta muito melhor".* (grifo nosso).

Diante de tal situação, havíamos de querer saber então como era a vida do assentamento, ou melhor, como era a vida dos assentados antes do Telecentro ser implantado? Isto porque precisávamos ter a dimensão do processo de evolução dos ganhos dos assentados ao se relacionarem com as tic, justamente, após a instalação do Telecentro no que diz respeito do fortalecimento da Educação política dos assentados do MST de Sergipe, Assentamento Moacir Wanderley e, conseqüentemente, a partir daí do fortalecimento da identidade libertária do movimento não somente pela luta e resistência do direito à terra, a Reforma Agrária, mas, também da luta pela inserção das tic como elemento de contribuição para o fortalecimento dessa identidade libertária. Diante desse aspecto, resta-nos investigar pelo processo da análise dos dados, a partir das respostas que obtivemos nos questionários se as tic têm influenciado o movimento e os ajudado no fortalecimento da identidade libertária, principalmente, pelo fortalecimento da Educação política do movimento. Assim, diante da pergunta: **Antes da instalação do Telecentro, como era a vida dos assentados, uma vez que não tinham acesso à informática?** eles responderam:

> **Assentado(a) C -** *sem acesso a informática nós éramos um pouco mais* ***excluído da sociedade*** *pelo fato de nós sermos Sem-Terra e não ter acesso à Internet*
>
> **Assentado(a) F -** *Eles tinham que sair para a cidade para fazer os trabalhos: imprimir documentos, trabalhos e fazer documentos".* (grifo nosso).
>
> **Assentado(a) H -** ***As atividades paralelas ao movimento se tornavam* vagas**

> **Assentado(a) G -** *Eles obtinham informações através de rádio e televisão".* (grifo nosso).
>
> **Assentado(a) J -** ***Monótona****, por que os assentados saíam das atividades agrícolas e iam para suas casas e não tinha esse espaço de conhecimento*

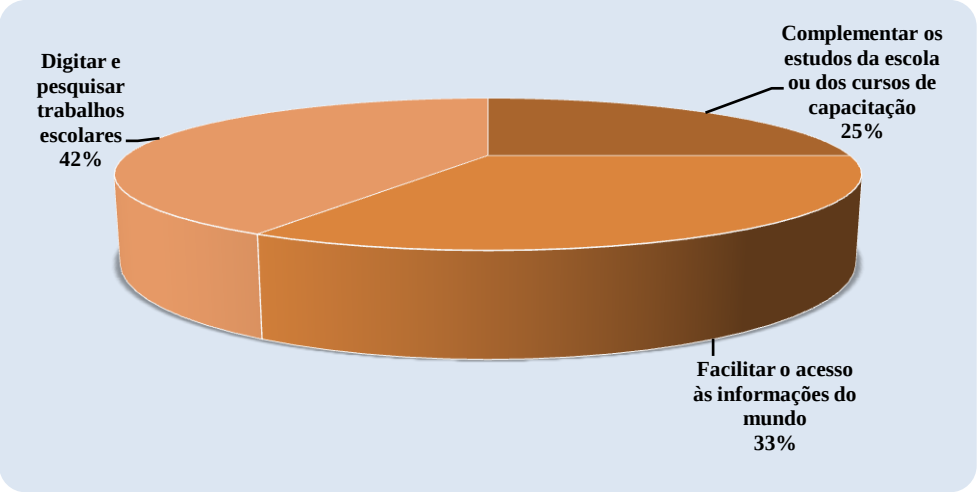
Apesar da pergunta ter nos inquietado, desde a aplicação dos questionários, isto porque não se trata de analisar aqui como era a vida dos assentados antes da instalação do Telecentro, se eles se sentiam excluídos ou se suas vidas eram monótonas como há indicação desses aspectos nas suas respostas. Na verdade, trata-se de compreender a dimensão que é dada as vidas dos assentados a partir do momento que eles tê( )-139(ve)4(rd)-6(a)4(de6z0.71 537.31 Tm

Wanderley, agora pela presença das tic nas suas vidas de poder reverter ou amenizar todo processo de deterioração feito contra ele ao longo da sua história.

Vida depois do TELECENTRO

Se a vida para alguns assentados antes do Telecentro era monótona ou as atividades se tornavam vagas e agora com a sua instalação? Perguntamos para cada um deles: **Como o Telecentro contribui para a sua vida?** Surpreendentemente, suas respostas foram: (ver **Gráfico 1**, abaixo).

Gráfico 1 - Como o Telecentro contribui para a sua vida? (Estimativa %)



Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

Como é de se notar, 42% responderam que *digitar e pesquisar trabalhos escolares* é a forma que o Telecentro mais contribui com a vida deles. Isto se somado com a resposta *completar estudo da escola ou dos cursos de capacitação* de 25% dos respondentes, corresponde 67% do total dos respondentes que utilizam o Telecentro com fins de ajudá-los nas atividades educativas, seja as exigidas pela escola, seja as solicitadas pelos cursos de capacitação do CECAC.

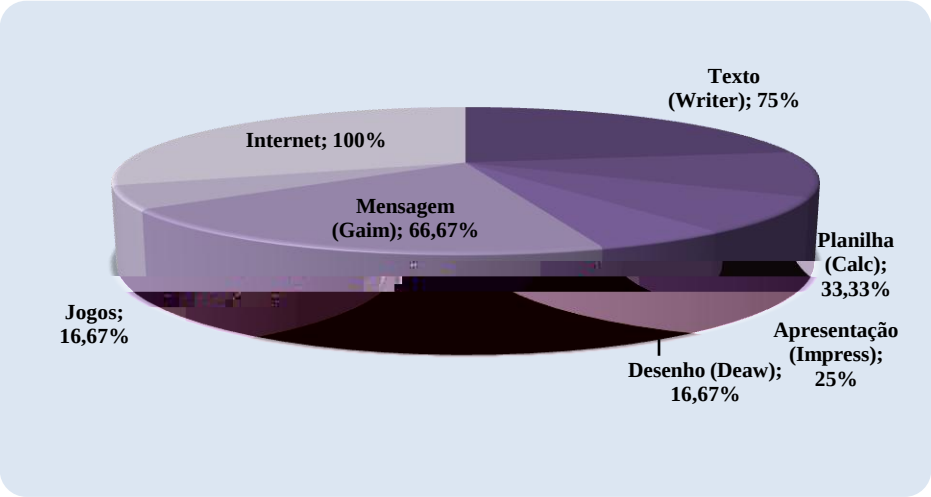
Há dois aspectos a serem analisados mediante essas respostas. O primeiro é que devemos considerar que a utilização do Telecentro para tais atividades são ações positivas no cotidiano dos Sem-Terra do Moacir Wanderley. Embora, não possamos dizer que sejam ações suficientes para libertá-los, ou simplesmente, levá-los aos caminhos da Liberdade do

Conhecimento, mas são ações que ressignificam as práticas sociais deles. Pois como salienta Gomez (2002, p. 100, grifo nosso):

> A cultura da era da informação, do conhecimento ou cibercultura está sendo gerada pela onipresença da informação, pelos documentos interativos interconectados e

não apenas, simbolicamente, ao se tornarem mais que uma capacidade operativa e

Gráfico 2 - Das ferramentas conhecidas, quais as mais utilizadas? (Estimativa %)



Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

Bernal (2002, p. 311) também nos lembra: as tic rompem com a lógica dos espaços e geram novos conceitos do chamado espaço-mundo -mundo condicionados pela presença das tic são novos palcos de enfrentamentos que os movimentos sociais precisam apropriar para dominá-los e com isso utilizá-los como uma das formas para diminuir a distância que há entre eles e a sociedade.

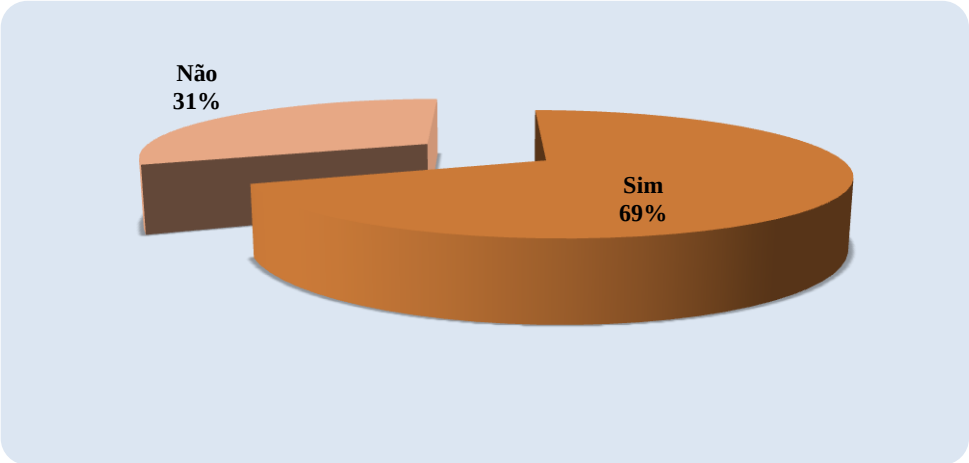
Enfim, este é o nosso contexto, porém, mais do que ter clareza das modificações ocorridas e/ou que podem ocorrer por conta das tic, é necessário pensarmos sobre o uso delas. Um bom exemplo a ser colocado é sobre o movimento zapatista, segundo Lago (2002) eles apropriam-se das possibilidades concernentes as tic e transformam o *local*, isolado e desconhecido, num global divulgado e difundido, exemplifica a dimensão política, ética e estética das redes. Ou seja, o movimento faz uso das tic, não só para comunicar, mas também para libertar-se do silêncio imposto politicamente, para se organizar, para tomar decisões, para experimentar outras formas de organização política e para dar conhecimento ao mundo das situações vivenciadas naquele contexto.

Nesse sentido, para Lago (2002, p.
permite que as mesmas sejam testemunhas por um número cada vez maior de telespectadores. Ao mesmo tempo, ela também cria oportunidades para que alterações aconteçam nas formas como o ser humano interage c

Assim, as facilidades tecnológicas via Telecentro, via *Software* Livre, via Internet que os assentados têm acesso podem ser bastante úteis para eles, por tudo aquilo que já apontamos, mas, sobretudo no que diz respeito à colaboração que pode ser dada às Ações Políticas do MST de Sergipe e do MST como um todo, a exemplo do movimento zapatista. Para as ações políticas dos movimentos sociais a rede supõe um espaço que faz visível a voz de muitos e suas denúncias e demandas que, no ciberespaço, são ouvidas por outros e se . (BERNAL, 2002, p. 312, tradução nossa).

Os participantes do MST de Sergipe que participaram da pesquisa contribuindo com ela, respondendo as perguntas sabem que os efeitos das tic atingem as relações sociais, culturais e educacionais, políticas e econômicas nas sociedades. Principalmente, da possibilidade delas se apresentarem como elemento emancipador de um devir social emergente aos olhos da sociedade organizada e da inserção desse elemento como ferramenta de transformação social no que tange à luta pela conquista de direitos. Quando perguntados: **A educação dada pelo MST, hoje no assentamento, se potencializou com a informática?** 69% disseram que sim e apenas 31%, não (ver **Gráfico 3**, abaixo).

Gráfico 3 - A Educação dada pelo MST, hoje no assentamento, se potencializa com a informática? (Estimativa %)

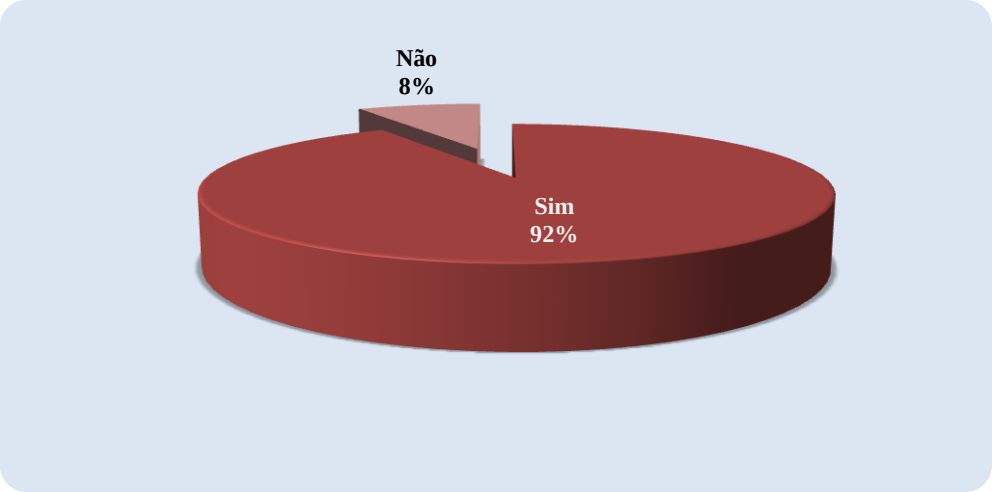


Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

Para afirmar, reafirmando de maneira mais categórica que de fato 69% dos respondentes concordam que a informática potencializa a Educação do MST, bem como eliminar algum sinal de contradição dessa resposta, utilizamos a pergunta: **O (a) senhor (a) já**

utilizou o Telecentro como laboratório para fazer algum curso ou atividade importante do assentamento? 92% dos respondentes afirmaram que sim. (ver **Gráfico 4**, abaixo).

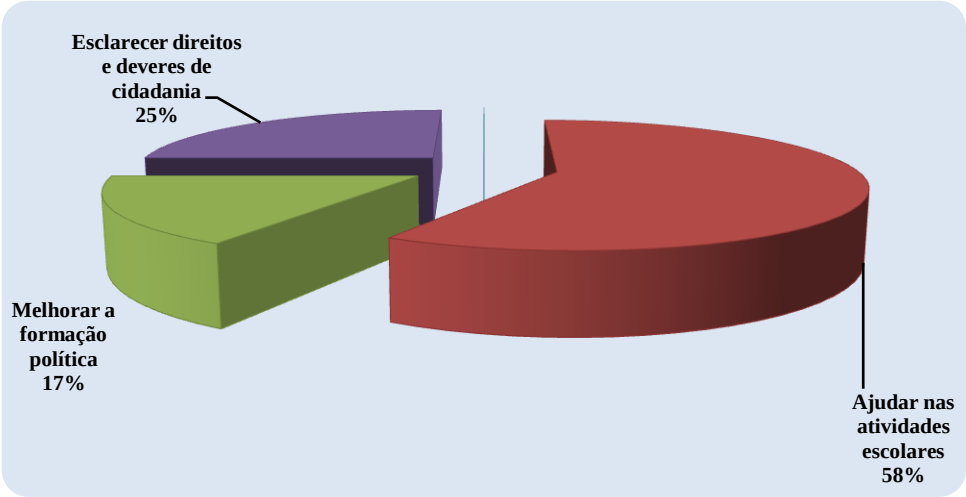
Gráfico 4 - O (a) senhor (a) já utilizou o Telecentro como laboratório para fazer algum curso ou atividade importante do assentamento? (Estimativa %)



Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

Porém, quando perguntados: **O uso do Telecentro serve para?** Eles reafirmam praticamente o que disseram quando perguntados: **Como o Telecentro contribui para a sua vida?** Ou seja, o uso maciço do Telecentro tem servido para ajudar nas atividades escolares dos assentados - 58% dos respondentes acham isso -, reafirmando o que já disseram anteriormente, (ver **Gráfico 5**, próxima página). Então, mais uma vez, ainda achamos que utilizar o Telecentro na maioria das vezes para ajudá-los nas atividades escolares são ações insuficientes para libertá-los, ou simplesmente, levá-los aos caminhos da Liberdade do Conhecimento, mas não invalida a idéia de que ações simples como auxiliar as tarefas escolares poderão vir a ressignificar as práticas sociais deles.

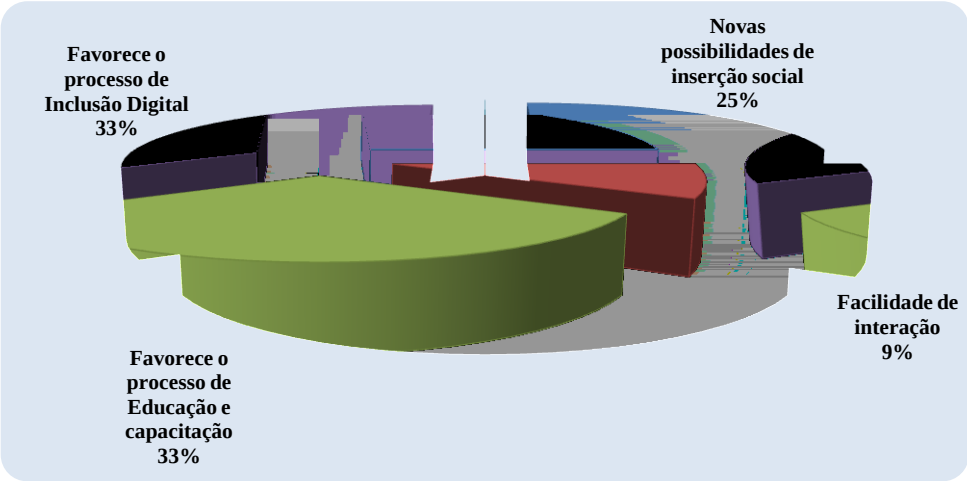
Gráfico 5 - O uso do Telecentro serve para? (Estimativa %)



Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

O que nos faz acreditar na ressignificação? Quando foram questionados acerca dos **ganhos que o assentamento passou a ter com a instalação do Telecentro,** 33% disseram que favorece o processo de inclusão digital; 34%, favorece o processo de Educação e capacitação e 25%, novas possibilidades de inserção social, (ver **Gráfico 6**, abaixo). O que podemos deduzir com isso é que apesar deles terem em mente tais concepções, acabam (sub) utilizando o Telecentro, (sub) utilizando as ferramentas tecnológicas presentes e por isso, ainda não desfrutam das possibilidades que o Telecentro pode oferecer.

Gráfico 6 - Que ganhos o assentamento passou a ter com a instalação do Telecentro? (Estimativa %)

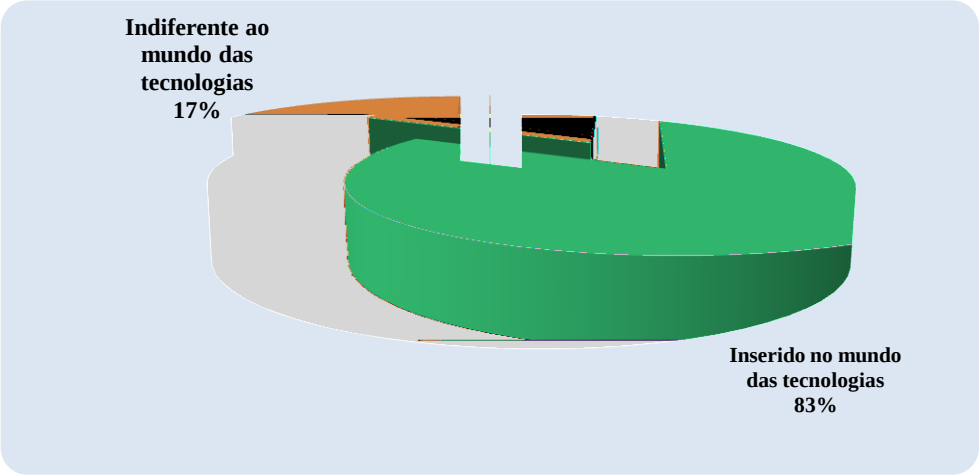


Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

Com relação às colocações anteriores, deduzimos também que os assentados do Assentamento Moacir Wanderley estão de fato vislumbrados com a implantação do Telecentro e, mais ainda, com a ida deles ao Telecentro para utilizar os computadores para digitar trabalhos escolares ou navegar na Internet, ou ain

Quando perguntados: **Com o Telecentro o (a) senhor (a) se sente?** 83% responderam, talvez por conta desse vislumbramento, que se sentem inseridos no mundo das tecnologias. (ver **Gráfico 7**, abaixo).

Gráfico 7 - Com o Telecentro o (a) senhor (a) se sente? (Estimativa %)

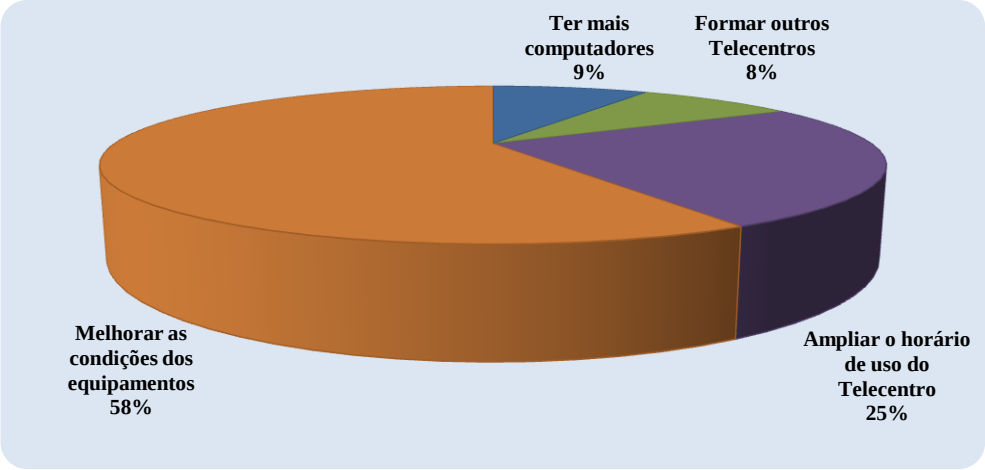


Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

Embora os assentados se sintam inseridos no mundo das tecnologias, eles reconhecem a precariedade de funcionamento do Telecentro, inclusive da Internet. Quando perguntados: **Para obter maiores contribuições com a informática, o Telecentro deveria?** 59% disseram melhorar as condições dos equipamentos, (ver **Gráfico 8**, próxima página). Porém, eles assumem uma postura de felicidade, de concretude quando estão de frente com as tic, isto é, quando eles estão utilizando os computadores do Telecentro, se sentem realizados como sujeitos de uma práxis somente deles. Para isso, não importa qual a atividade que está sendo executada naquele momento, pode ser desde a utilização do computador para pesquisa na Internet, até mesmo digitação de trabalhos acadêmicos ou envios de e-mails etc.

Gráfico 8 - Para obter maiores contribuições com a informática, o Telecentro deveria:

(estimada em %)



Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

Além de 59% dos assentados respondentes acharem que o Telecentro deveria melhorar as condições dos equipamentos para que eles pudessem obter maiores contribuições com a informática, outros 25% dos respondentes acham que o horário de uso do Telecentro deveria ser ampliado. Com relação a este último desejo, percebemos que apesar do Telecentro funcionar de domingo a domingo, os assentados do Assentamento Moacir Wanderley têm horário demarcado para acessá-lo. O horário de acesso do Telecentro é assim determinado: os assentados do Assentamento Moacir Wanderley têm apenas as segundas-feiras das 19h00min às 21h00min e as sextas-feiras das 13h00min às 16h00min para acessar o Telecentro - (ver anexo, quadro H) -, **o que representa apenas 4 horas de uso semanal do Telecentro pelos assentados**. O restante dos dias, ou seja, terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras são dedicadas aos integrantes do MST (assentados e/ou acampados) de outras regiões que se encontram no CECAC fazendo curso de capacitação e necessitam do Telecentro como apoio educacional de pesquisa (Internet) e/ou elaboração de trabalhos digitalizados, (ver anexo, quadro I).

Além de ter que solidarizar o Telecentro com outros integrantes do MST, observamos outro problema com relação ao horário de uso do Telecentro: quando há um evento importante acontecendo no assentamento, o Telecentro é fechado.[31] Este fato e o de ter apenas 4 horas de uso semanal do Telecentro têm contribuído negativamente para que o MST de

[31] Caso haja disponibilidade de vaga nos computadores, tanto os assentados quanto os outros integrantes do MST, podem fazer uso do laboratório, em outros dias ou horários diferentes dos propostos.

Sergipe, conseqüentemente, seus assentados se lancem nos caminhos da Liberdade do Conhecimento.

Outro ponto negativo é a quantidade mínima de assentados que utilizam o Telecentro, apenas 24 assentados do Assentamento Moacir Wanderley fazem uso do Telecentro Quissamã (SE), considerando que lá existem 179 assentados, observamos aí outro problema do MST de Sergipe, ou seja, não conseguiu ainda convencer todos os assentados da importância que as tic têm em suas vidas.

É dessa forma que o Telecentro tem sido incorporado às práticas de vida dos assentados, foi o que constamos. Infelizmente, não existe nenhum movimento movido pelo próprio MST de Sergipe ou MST nacional que trabalhe com os assentados e/ou acampados sedimentando da importância das tic nas suas vidas, ou ainda, da importância dos *Softwares* Livres nas suas vidas, conforme já explicamos no spectos importantes da igualdade tamos, por exemplo, que ambos os movimentos lutam por liberdade e, portanto, ambos possuem identidades libertárias.

As categorias de análise

Já vimos que a vinda do Telecentro Quissamã (SE) para o assentamento Moacir Wanderley (SE), conforme as suas respostas, deu outro ritmo às vidas dos assentados, não só para aqueles que lá residem mas para todos os integrantes do MST.

Durante as fases da pesquisa, identificamos algumas categorias de análises. Algumas foram percebidas no dia-a-dia com os assentados; outras só foram identificadas após a análise que fizemos dos dados coletados. Assim, conforme já foi apresentada na metodologia, das categorias encontradas elegemos as mais significativas para compor a nossa reflexão após ter analisado as perguntas fechadas do questionário. ***Liberdade e Conhecimento*** foram as categorias que nos chamaram muito atenção, porque elas falam por si mesmas e aponta o que de fato representa o Telecentro para os Sem-Terra do Assentamento Moacir Wanderley de acordo com objeto e objetivo da nossa pesquisa.

Liberdade:

A Análise desta categoria requer em nossa opinião falarmos dela com relação a sua ligação conceitual com o *Software* Livre, haja vista, que o *Software* Livre por si só já represente igual liberdade, materializado nos seus quatro princípios fundamentais *a liberdade*

para executar o programa, para qualquer propósito; A liberdade de estudar como o programa funciona, e adaptá-lo para as suas necessidades; A liberdade de redistribuir cópias de modo que você possa ajudar ao seu próximo; A liberdade de aperfeiçoar o programa, e liberar os seus aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie. [32].

Estes de forma direta se ligam à concepção de liberdade que esta pesquisa propõe, conforme já foi esclarecida na introdução (p. 3-4). O *Software* Livre através dos seus princípios traz no seu bojo uma concepção de diálogo tanto com a Educação quando com o conhecimento. Isto porque dentre os aspectos que permeiam a Educação e o conhecimento está aquilo que Freire (2005a) chama de ato comprometido, isto é, a capacidade que o homem

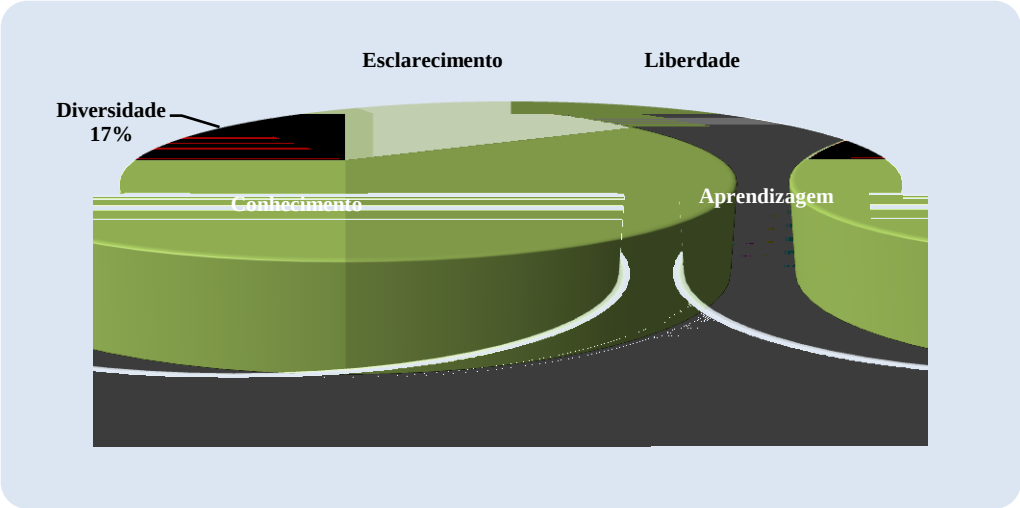
realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis a, p. 17).

É por isso, que fizemos aos assentados do Assentamento Moacir Wanderley algumas perguntas com relação à práxis assentados/*Software* Livre, *Software* Livre/assentados, justamente para dialogar com o ato comprometido de Freire (2005a). Assim, primeiro procuramos saber dos assentados o que eles entendem por *Software Livre*, perguntamos então:

Software Livre é? 33% responderam que o *Software* Livre é aprendizagem, daí entendemos que a Educação que está no *Software* Livre, ou melhor, que o *Software* Livre permite ao homem desenvolver é mais autêntica quanto mais desenvolve o ímpeto ontológico de criar (FREIRE, 2005a), o *Software* Livre pode permitir que os assentados do Assentamento Moacir Wanderley exerça o ímpeto não só de criar, mas também de recriar os conhecimentos próprios do seu mundo dando-lhes possibilidades de liberdade. Conhecimento e liberdade, respectivamente, correspondem 25% e 17% das respostas dos respondentes. (ver **Gráfico 9**, próxima página).

[32] Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Software_livre/>. Acesso em 25 de maio de 2007.

Gráfico 9 - O Software Livre é? (estimada em %)



Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

Diante dessas colocações, sentimos-nos convidados a analisar qual o olhar dos assentados com relação ao *Software* Livre e quais os ganhos que eles obtiveram. Sabemos que o *Software* Livre foi empregado no Telecentro Quissamã (SE) desde a sua formação, como já foi pontuado anteriormente no segundo capítulo. Daí, quando perguntamos para os assentados: **O Software Livre está contribuindo para o aumento da Produção de Conhecimento dos assentados?** 83% dos assentados concordam que sim, (ver **Gráfico 10**, abaixo).

Gráfico 10 - O Software Livre está contribuindo para o aumento da Produção de Conhecimento dos assentados? (estimada em %)

Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

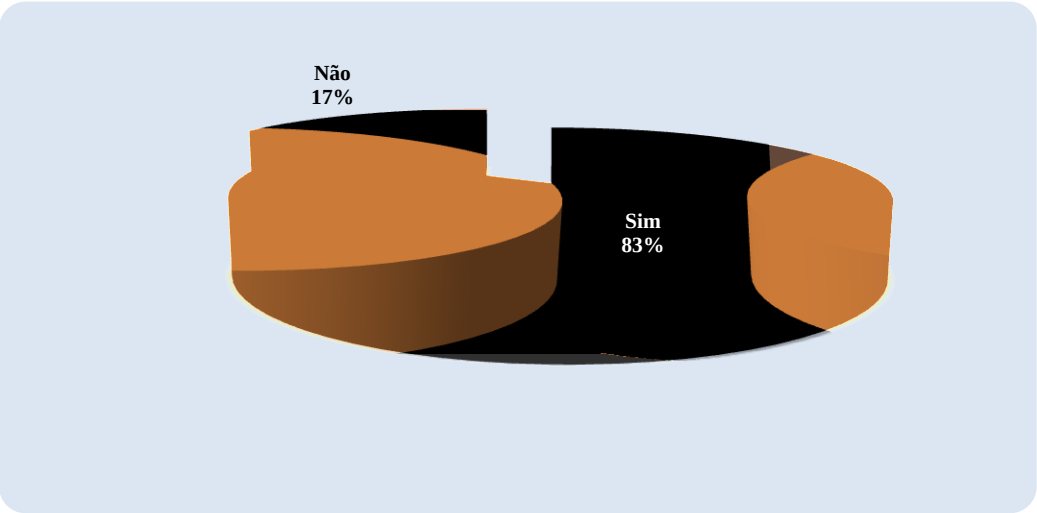
Se tomarmos as respostas deles sem confrontá-las a outras ou sequer analisá-las, vê-se que a idéia de socialização posta intrinsecamente no *Software* Livre foi assimilada pelos assentados, pois, quando perguntados: **A utilização do Telecentro com Software Livre representa?** 100% deles concordaram que a utilização do Telecentro com *Software* Livre representa socialização do conhecimento, (ver **Gráfico 11**, abaixo).

Gráfico 11 - A utilização do Telecentro com Software Livre representa? (estimada em %)

Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

Completando a pergunta anterior, quando perguntados: **Existe uma filosofia de liberdade dentro do Software Livre?** 83% concordam que, de fato, existe uma filosofia de liberdade dentro do *Software* Livre. (ver **Gráfico 12**, abaixo).

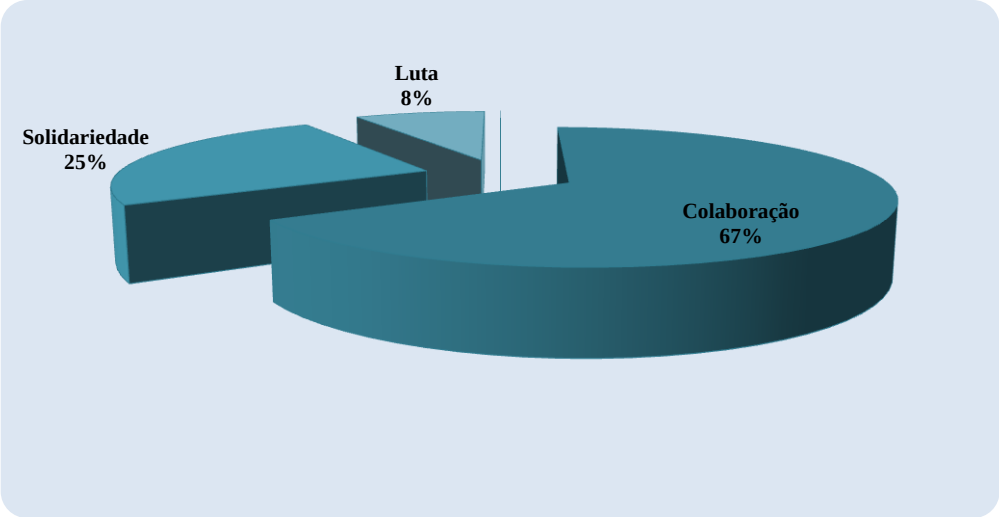
Gráfico 12 - Existe uma filosofia de liberdade dentro do Software Livre? (estimada em %)



Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

Além disso, observamos, entre os assentados, um sentimento de colaboração. Quando perguntados: **O Software Livre é uma prática de incentivo para?** 66,67% acreditam que o *Software* Livre é uma prática de incentivo à colaboração, 25% de solidariedade e 8,33% de luta. (ver **Gráfico 13**, abaixo).

Gráfico 13 - O Software Livre é uma prática de incentivo para? (estimada em %)



Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

E para finalizar a análise do olhar dos assentados com relação ao *Software* Livre e quais os ganhos que eles obtiveram, utilizamos as perguntas abertas. Quando perguntados por que o *Software* Livre foi empregado no Telecentro, eles responderam:

> **Assentado(a) C -** *Para melhorar o nosso* ***conhecimento****".* (grifo nosso).
>
> **Assentado(a) F -** *Porque é um* ***programa socialista****".* (grifo nosso).
>
> **Assentado(a) H -** *Porque é livre, no caso do Windows a gente teria que pagar por todos os aplicativos instalados. E o Software* Livre *é* ***autônomo****, você pode contribuir para melhorá-lo".* (grifo nosso).
>
> **Assentado(a) I -** *Para fins de buscar a* ***formação da consciência*** *dos companheiros em relação à liberdade, de conhecimento digital de informática".* (grifo nosso).
>
> **Assentado(a) J -** *Pela segurança do Software* Livre*, como é um movimento de massas que lida com a* ***liberdade*** *e buscando melhorias para os trabalhadores rurais, ele opta pelo Software* Livre *porque ele é*

> *aberto. O Windows é um pacote capitalista do império americano".* (grifo nosso).

Por tudo que já foi dito a respeito do *Software* Livre, precisávamos apenas saber dos assentados qual a ligação do *Software* Livre com as idéias do Movimento dos Sem-Terra, então, eles responderam:

> **Assentado(a) F -** *"Tanto um quanto outro é agente de luta e conquista a favor do* ***coletivo****".* (grifo nosso).
>
> **Assentado(a) G -** *"****Liberdade****. É uma idéia revolucionária. É um instrumento de liberdade".* (grifo nosso).
>
> **Assentado(a) I -** *"****Por ser de código aberto, nos deixa a idéia de liberdade que pode ser usada para a formação política e social do cidadão****".* (grifo nosso).

E por último, saber de que forma o *Software* Livre fortalece a Educação Política do MST?

> **Assentado(a) F -** *"Ele* ***fornece informações*** *que fortalece ou ajuda os conhecimentos dos nossos militantes".* (grifo nosso).
>
> **Assentado(a) G -** *"Fortalece através de notícias. O* ***acesso as informações possibilita*** *uma avaliação mais concreta da realidade social, política do Brasil e do mundo".* (grifo nosso).

A partir de agora, passaremos a analisar a categoria conhecimento.

Conhecimento:

Assentado(a) C - *Com o posto do Telecentro passamos a* ***ter um conhecimento*** *e melhorias com os trabalhos escolares*

Assentado(a) H - *Tivemos mais* ***acesso ao conhecimento****, ele se aproximou da gente*

Assentado(a) I - *Descobertas de* ***novos conhecimentos****, de ajuda na sua Educação".* (grifo nosso).

Assentado(a) J - ***Conhecimento****, ele acredita no que ver, ou seja, quando comprova que com a informática ele pode adquirir* ***outros conhecimentos****, então, tudo mudou com a presença do Telecentro".* (grifo nosso)

Como podemos notar, a aquisição de conhecimento é um fator que acontece pela via das facilidades tecnológicas presentes no Telecentro Quissamã (SE). Através das ferramentas instaladas (*Software*s Livres) e da Internet, os assentados adquirem novos conhecimentos que contribuem com a diversidade, comunicação e informação dos seus sujeitos. Então, eles disseram com relação aos conhecimento adquiridos:

Assentado(a) B - *Mudou o jeito de se comunicar às pessoas que usam o Telecentro estão* ***mais informadas****, o que contribui no mercado de trabalho".* (grifo nosso).

Assentado(a) G - *Melhorou o veículo de* ***informação****, tanto para questão agrícola, como para o* ***aprendizado*** *dos filhos dos assentados".* (grifo nosso).

Conforme, Freire (2005a) diz: Se o compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, [...]. Por isso também não posso reduzir o homem a

eire (2005a)

por isso ao fazermos a análise da presença do Telecentro Quissamã (SE) e, conseqüentemente, das ferramentas tecnológicas nas vidas dos assentados, sempre os tivemos em consideração e eles foram enfáticos em demonstrar que o MST é um movimento de luta e resistência e, portanto, o uso do *Software* Livre tem um grau de importância elevado para o propósito do MST e para os seus filhos - assentados do Assentamento Moacir Wanderley (SE).

Todavia, identificamos algumas contradições no que dizem os assentados nos questionários em relação às ferramentas tecnológicas (*Softwares* Livres). Pareceu-nos que eles estão em fase de descoberta do *Software* livre. Assim, o conhecimento que adquirem ainda é parco diante do que se espera deles e diante do que o MSL pode oferecer. O conhecimento que tratamos no viés desta pesquisa é aquele capaz de criar entre eles uma consciência política dando-lhes capacidades de refletirem sobre eles e a realidade que os cercam, possibilitando, assim, que eles naveguem para conquistar os caminhos pela Liberdade do Conhecimento. Acreditamos *na medida em que os homens, dentro de sua sociedade,*

vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora , grifo nosso).

Diante disso, é importante dizer que a filosofia do *Software* Livre está adormecida. Os assentados não têm a dimensão da importância de seus computadores estarem utilizando o *Software* Livre enquanto *Software* libertário. Os assentados não percebem o caráter de igualdade entre as filosofias, isto é, a filosofia libertária do movimento social, no caso o MST com a filosofia libertária do *Software* Livre, no caso o MSL. Percebemos esse desconhecimento nos usuários do Telecentro Quissamã (SE) na prática com o *Software* Livre.

Embora os questionários utilizados e respondidos pelos assentados indiquem de certa forma que o *Software* Livre está contribuindo no processo de construção da liberdade dos Sem-Terra do MST de Sergipe. A nosso ver, o *Software* Livre está sim, contribuindo com algumas ações de alguns dos assentados, sobretudo, em ajudá-los nas atividades escolares, como de fato em diversas perguntas (fechadas e abertas) eles sinalizam para chegamos a essa compreensão. **A informatização do assentamento mudou em que a vida dos assentados?**

> **Assentado(a) C** *melhorou nos conhecimentos,* ***facilitou muito nos trabalhos escolares*** *principalmente para os estudantes, que não fica mais sem novas informações* . (grifo nosso).
>
> **Assentado(a) E** *com o posto do Telecentro passamos a ter um conhecimento tecnológico e* ***melhorias com os trabalhos escolares*****”**. (grifo nosso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E não há melhor resposta
Que o espetáculo da vida:
Vê-la desfiar seu fio,
Que também se chama vida,
Ver a fábrica que ela mesma,
Teimosamente, se fabrica,
Vê-la brotar como há pouco
Em nova vida explodida;
Mesmo quando é assim pequena
A explosão, como a ocorrida;
Mesmo quando é uma explosão
Como a de há pouco, franzina;
Mesmo quando é a explosão
de uma vida Severina

(João Cabral de Melo Neto, 2005)

Ao optarmos por investigar o *Software* Livre no MST, na prática diária dos assentados do Assentamento Moacir Wanderley (SE), constatamos alguns problemas e algumas expectativas. Os problemas estão ligados às condições físicas do Telecentro Quissamã (SE) e as Políticas Públicas que não chegam e quando chegam desaparece quase instantaneamente.

No que se referem às expectativas, elas ligam-se aos desejos, aos sonhos, às razões que levam os Sem-Terra do Moacir Wanderley a prosseguirem numa caminhada de luta e resistência pela Reforma Agrária, pela construção de uma sociedade mais justa e pela luta de direitos, para isso, o MST de Sergipe dispõe do seu poder contra-hegemônico para brigar mais ainda por uma Educação que é somente sua e, portanto, transformadora.

Nesse viés, as tic aqui investigadas propõem fortalecer o poder contra-hegemônico deles, é o que esperamos que aconteça. Percebemos que ao se relacionarem com as tic, acima de tudo, os assentados do Moacir Wanderley demonstraram uma singularidade: o amor deles pela história deles, uma história que poucos conhecem da sua verdadeira face. Diante disso, o apelo que fazemos ao MST de Sergipe é que ele torne o Telecentro Quissamã (SE) num verdadeiro pólo de cultura e conhecimento, utilizando acima de tudo as tic para fortalecê-los cada vez mais. Enfim, uma das lições que se pode tirar da história do MST até aqui, é a de que lutar somente pela terra não basta. A luta pela Reforma Agrária é bem mais ampla, e implica a conquista de mais direitos sociais pelo quais é preciso mais mobilização e aquisição de novas armas de luta.

Por isso, é necessário, que o MST de Sergipe e o MST como um todo incorpore as tic como mais um desses veículos de luta e de conquistas de direitos sociais. Dessa forma, as tic entrarão na ordem do dia do MST e, conseqüentemente, do MST de Sergipe, como prática de liberdade, vislumbrando, assim, os caminhos pela Liberdade do Conhecimento. Enfim, como diz Patrícia Bernal (2002), os movimentos sociais devem fazer uso das novas tecnologias para, por um lado, conquistar novos espaços de interpelação social que se somam aos tradicionais e, por outro, ampliar seu raio de ação. Esta deve ser a história do MST e o *Software* Livre pode ser, se bem usado, a tinta que contribui com a escrita da história.

Bibliografia

ABDEL-MONEIM, SARAH GRUSSING. **The Zapatista Cyborg: weaving a virtual poetics of resistance in Cyber-Chiapas**. *Rev. Estud. Fem.*, Jan. 2002, vol.10, no.1, p.39-64. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de julho de 2007.

AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE SERGIPE. Ano I, no. 8, Mar/Abril 2006. Disponível em: <www.agetis.se.gov.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=1&lid=3>. Acesso em: 16 de agosto de 2007.

ALTHUSSER. Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 10. ed. Trad. Walter José Evangelista, Maria Laura Viveiros de Castro. São Paulo: Graal Editora, 2007, 127p.

APGAUA, Renata. **O Linux e a perspectiva da dádiva**. Horiz. antropol., Jun 2004, vol.10, no.21, p.221-240. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832004000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 de setembro de 2007.

ARAÚJO, Luiz César G. de. **Tecnologias de gestão organizacional.** São Paulo: Atlas, 2001.

ARISTÓTELES. **A Constituição de Atenas**. São Paulo: Hucitec, 1995, 280p.

BOBBIO, Noberto. **Estado, Governo, Sociedade**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **Futuro da democracia**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, 208p.

_____. **Ensaios sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 138p.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 24 ed. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1985, 248p.

BERNAL, Patrícia. *Debates em torno a la comunicación política en Internet*. (Orgs). Cicília K. Peruzzo, Denise Cogo e Gabriel Kaplún. In: **Comunicación y movimientos populares: cuáles redes?** - São Leopoldo: Ed UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos; La Habana: Centro Memorial Dr. Martin Luther King, Jr.; Montivideo: Ciências de la Comunicación, Universidad de la republica, pp: 299-326, 2002.

BOFF, Leonardo. **América Latina: da conquista à evangelização**. São Paulo: Ática, 2000.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos, Telmo Mourinho Baptista. Porto, Porto Editora, 1994, p.335. (Coleção Ciências da Educação).

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural: Informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2000, 282p.

_____. **Trabalho Intelectual Comunicação e capitalismo: A re-configuração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva**. Rio de Janeiro, 11, dez. 2002, p. 53-78. (Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política)

_____. **Sociedade da Informação, reestruturação produtiva e economia do conhecimento**. Revista Universidade e Sociedade, Junho 2004, ano XIV, no. 33, p. 186-190.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editoras, 1974, 379p.

BRUNO, Lucia. **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas / Lucia Bruno (organizadora)**. São Paulo: Atlas, 1996, 204p.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola mais do que escola**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, 280p.

CALDART, Roseli Salete; ARROYO, Miguel; MOLINA, Monica Castagna. **Por uma Educação do campo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004, 216p.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 460p.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 698. (Coleção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura).

CERIZARA, Ana Beatriz. **ROUSSEAU, A Educação na infância**. São Paulo: Editora Scipione, 2001, 174p.

Como Organizar os Assentados Individuais. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 1994.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo Perspec. , São Paulo, v. 15, n. 4, 2001.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL - CGI.Br. **PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL**: **TIC Domicílios e TIC Empresas 2006**. São Paulo: 2007, 321p.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**. São Paulo: Cortez, 2000, 175p.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2002, 78p. (Coleção primeiros passos).

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências Sociais.** Tradução de Viviane ribeiro. Bauru/SP: EDUSC, 1999, 256p.

DARELLI, Lúcio Eduardo. **Telecentro como instrumento de inclusão digital para o e-gov brasileiro.** 2002. 124 f. Dissertação (Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2002.

DEMO, P. **Ambivalências da sociedade da informação**. Ciência da Informação, Brasília, v. 29, n. 2, p. 37-42, maio/ago. 2000. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a05v29n2.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2007.

_____. **Introdução à metodologia da ciência**. 2 ed. - São Paulo: Atlas, 1987, 118p.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. 5 ed. Tradução de Anísio S. Teixeira. São Paulo: Edições Melhoramentos; Fundação Nacional de Material Escolar, 1978, 112p.

DOWBOR, L. **A Educação frente ás novas tecnologias do conhecimento**. Artigos on-line, ago., 2000.

EDGAR, Morin. **Os sete saberes necessários à Educação do futuro**. 5 ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO. 2002, 118p.

ENGELS, Friedrich. ***A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra***. Tradução de Rosa Camargo Artigas. São Paulo: Global Editora, 1986, 406p. (Coleção Bases, VOL. 47).

ENGUITA, Mariano Fernádez. **A face oculta da escola: Educação e trabalho no capitalismo**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989, 272p.

EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE COMPUTAÇÃO (ENEC). **Cartilha de *Software*** Livre. 2 ed. Projeto *Software* Livre Bahia: 2005, 62p.

FERREIRA, Nilda Têves. **cidadania uma questão para a Educação**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, 266p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, 320p.

_____. **MST: formação e territorialização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRETTI, Celso João. **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação**: um debate multidisciplinar. - Petrópolis. RJ: Vozes. 1994, 220p.

FILHO, Domingos Parra & Santos, João Almeida. **Metodologia Científica.** São Paulo, Futura, 1998, 277p.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004, 312p.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. 23 ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003, 295p.

_____. **Vigiar e Punir**. 33 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007b, 280p.

_____. **A Arqueologia do Saber**. 5 ed. Rio De Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003, 72p.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a, 79p. (Coleção Educação e Comunicação vol. 1)

_____. **Educação como prática da liberdade**. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b, 158p.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Pratica Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 148p. (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia do oprimido**. 31 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 184p.

_____. **Um educador do povo**. São Paulo: ANCA, 2002.

FREITAS, Lidiane Brito. **A Educação política de Rousseau**. 2004. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju/SE, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. - São Paulo: Cortez, 1995, 231p.

GADOTTI, Moacir. **LIÇÕES DE FREIRE**. *Rev. Fac. Educ.*, Jan 1997, vol.23, no.1-2. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25551997000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 de junho de 2007.

_____. **Os mestres de Rousseau**. - São Paulo: Cortez, 2004, 560p.

_____. **Perspectivas atuais da Educação**. *São Paulo Perspec.*, Jun 2000, vol.14, no.2, p.03-11. Disponivel em: < http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>. Acesso em: 26 de agosto de 2007.

GALILEA, Segundo. **Teologia da libertação: ensaio de síntese**. Tradução de Luiz Antonio Miranda. São Paulo: Editora Paulinas, 1978, 81p.

GANDIN, Danilo. **Escola e transformação social**. 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, 178p.

GATTI, A.. **O Problema da Metodologia da Pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais**. In: Maria Lúcia Rodrigues & Moemia Pereira Neves (Org.) Cultivando a Pesquisa - Reflexões Sobre a Investigação em Ciências Sociais e Humanas. Franca: Unesp, Fev/1998..

Gênese e Desenvolvimento do MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 1998 (Caderno de Formação nº 30).

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** Tradução de Raul Fker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991, p. 177.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes. 2000, 184p.
_____. **movimentos sociais e Educação**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2005a, 120p. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 5).

_____. **movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, 143p.

_____. **O protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005b, 120p. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 123).

_____. **Teorias dos movimentos sociais**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2004, 384p.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. - 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, 383p.

GOMEZ, Margarita Victoria. **Alfabetização na esfera digital: uma proposta freireana**. Educação em Foco (Juiz de Fora), Juiz de Fora, v. 7, n. 1, p. 99-115, 2002.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos movimentos sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes/FASE, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Carcere V.1**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999, 496p.

_____. **Cartas do Carcere V.1**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005, 478p.

_____. **Escritos Políticos V.1**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004, 528p.

_____. **Concepção dialética da história**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 342p.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: Um Novo Paradigma Estético**. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Leão. São Paulo: 2000.

GUIMARAES, JUAREZ. **A crise do paradigma neoliberal e o enigma de 2002**. São Paulo Perspec. , São Paulo, v. 15, n. 4, 2001.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna.** 12 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

HEGENBERG, Leonidas; SILVA, MARILUZE. **Métodos**. São Paulo: EPU, 2005, 223p.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 598p.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletronico Houaiss da Língua Portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. (O conteúdo do programa conrresponde à edição integral do dicionário Houaiss da língua portuguesa).

IANNI, Octavio. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 319p.

_____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, 225p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Relação dos Conflitos/Acampamentos de terra em Sergipe - ago/2005**.

_____. **Cadastramento dos acampamentos/conflitos de terra em Sergipe - out/99**.

KANT, Emmanuel. **Réflexions sur L'Éducation**. Introduction. Traduction et notes par Alexis Philonenko. Paris: Libraire Philosophique J. Vrin. 1993.

LAGO, Andréa Ferreira. **O papel dos Canais de Comunicação para a Educação a Distância**. In: Othon Jambeiro; Fernando Ramos. (Org.). Internet e Educação a Distância. Salvador: EDUFBA, 2002, v. 1, p. 83-92.

LAVILLE, C.; DIONNE, J.. **A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**. Trad.Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, 340p.

LÉVY, Pierre. **A Conexão Planetária: o mercado, o ciberespaço, a consciência**. Trad. Maria Lúcia Homem e Ronaldo Entler. São Paulo: Ed. 34, 2001, 192p. (Coleção TRANS).

_____. **A Inteligência Coletiva** por uma antropologia do Ciberespaço; tradução Luiz Paulo Rouanet. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2003, 212p.

_____. **As Tecnologias da Inteligência**; tradução Carlos Irineu da Costa. 34 ed. Rio de Janeiro. Coleção TRANS, 1993, 208p.

_____. **Cibercultura.** 34 ed. São Paulo: 1999, 264p. (Coleção TRANS).

_____. **O que é o Virtual.** 34 ed. São Paulo: 1996, 160p.

LIMA, Maria de Fátima Monte. *NO FIO DE ESPERANÇA Políticas Públicas de Educação Tecnologias da Informação e da Comunicação*. Termo in: Maria de Fátima Monte Lima. **A CAIXA DE PANDORA: Educação e a universalização e democratização das Tecnologias da Informação e da Comunicação**. 2002. f. 208-240. Tese (Doutorado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2002.

LIGUORI, Guido. **Roteiro para Gramsci**. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2007, 278p.

LOJIKINE, J. **A Revolução Informacional**. Trad. José Paulo Netto. - São Paulo: Cortez, 1995, 315p.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **História dos movimentos sociais no Campo em Sergipe: uma abordagem preliminar**. ADUFS. Revista *Candeeiro*, Ano VI, v. 9 e 10. Aracaju, Outubro de 2003. Disponível em: < http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicat

ionCode=16&pageCode=484&textCode=2522&date=currentDate>. Acesso em: 24 de abril de 2007.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1985, 112p.

MARCEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa**. 2 ed. Revista - São Paulo: Edições Loyola, 1994, 69p.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. **Livro I o Processo de Produção do Capital. V. I**. Trad. Reginaldo Sant Anna. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1975, 579 p.

_____. **O Capital. Livro I, Capítulo VI (inédito).** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA. 1978, 149. Das Kapital. Erstes BUCH. Der Produktionsprozess des kapital. Sechstes kapitel.

_____. **O capital: edição resumida, resumo de três volumes por Julian Borchardt**. 7 ed. Tradução de Ronaldo Alves Schimidt. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, 395p.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Frank Muller. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004, 147p.

_____. **O manifesto comunista.** Tradução de David Boyle. São Paulo: Jorge Zahar, 2006, 132p.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, 288p.

MELO, Denise Mesquita de. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, Maria da Gloria. **movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 113-143.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005, 77p.

MOCHOCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. 3 Ed. São Paulo: Ática, 1992, 80p. (Coleção Princípios).

MOITA, Mara da Conceição. **Percursos de Formação e de Transformação**. In: António Nóvoa (Org.). Porto: Editora Porto, 2000.

MORIGI, Valter. **A escola do MST: uma utopia em construção**. Porto Alegre: Mediação, 2003, 96p.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001, 256p.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação Organizacional: a teoria e a prática de inovar**. São Paulo: Qualitymark, 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **A força que anima os militantes**. 1994. (Secretaria Nacional - MST).

_____. **Como organizar os assentados individuais.** 1994. (Secretaria Nacional - MST).

_____. **Escola itinerante em acampamentos do MST**. 1998. (Coordenação Nacional do setor de Educação).

_____. **Gênese desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação nº 30. 1998. (Secretaria Nacional - MST).

_____. **Normas Gerais do MST**. 1989. (Coordenação Nacional).

_____. **Princípios da Educação no MST**. Caderno de Educação nº 8. 1996, 29p. (Coletivo Nacional do Setor de Educação).

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da "Sociedade do Trabalho"**. Rio de Janeiro, tempo Brasileiro, 1989.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. ***cidadania e Identidade Social: uma aproximação teórica para o entendimento das representações e práticas políticas***. Disponível em: <file://c:/Documents%20and%20Settings/AMDDUROM. Meus% 20 documentos/mneme>. Acesso em 16/08/2006.

PARSONS. Talcott. **Sociedades: Perspectivas evolutivas e comparativas**. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Thompson Pioneira, 1974, 189p.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. 192p.

PESQUISA SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL: TIC DOMICÍLIOS E TIC EMPRESAS 2006. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2007.

PRETTO, Nelson; PINTO, Cláudio da Costa. **Tecnologias e novas educações**. Rev. Bras. Educ., Abr 2006, vol.11, no. 31, p.19-30. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a03v11n31.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acesso em 16/08/2006.

STEDILE, João Pedro. A Reforma Agrária já está esgotada. **Revista Época**, 2 de julho de 2007, p. 52-53.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **MANUAL DE INVESTIGAÇAO EM CIENCIAS SOCIAIS**. 2 Ed. - Portugal: Gradiva, 2003, 276p. (Coleção: Trajectos - Edição Portuguesa).

RESENDE, Denis Alcides; Abreu, Aline França de. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informações empresariais**. 2 ed. - São Paulo : Atlas, 2001.

RODRIGUEZ, Marteus Rodrigues; Ferrante, Agustín Juan. **Tecnologia de Informação e Gestão empresarial**: trad. Washington Luiz Salles e Louise Anne N. Bonitz. 2. ed. - Rio de Janeiro : E-Papers, 2000. 446p.

ROGERS, C. R. **Liberdade para aprender**. 4 ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A origem da Desigualdade Entre os Homens**. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Editora Escala, 2005a, 112p. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal).

_____. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005b, 141p. (Coleção a obra-prima de cada autor).

_____. **Do Contrato Social**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005c, 128p. (Coleção a obra-prima de cada autor).

_____. **Emílio, ou, da Educação**; tradução Roberto Leal Ferreira. 3 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004, 711p.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia para eficiência nos estudos**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002, 181p.

SANTANA, Mônica Cristina Silva. **Participação Política e Produtiva: Estudo das Relações de Gênero no Assentamento Moacir Wanderley - Quissamã (SE).** 1997. 128 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da Experiência**. Porto: Afrontamento, 2002. 415p.

_____. **Pela mão de Alice:** o **social e o político na transição pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 2003, 348p.

_____. **Um Discurso Sobre as Ciências**. Porto: Afrontamento, 1996.

_____. Reinventar a democracia: Entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes, Brasília: NEDIC, 1999, p. 83-129.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação**. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2004, 182p.

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Ed. 12ª. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996, 262p. (Coleção Educação Contemporânea).

SCHAFF, A. **A sociedade informática: as conseqüências Sociais da segunda revolução industrial**. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP: Brasiliense, 1995.

SCHIERA, P. **Estado Moderno**. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de política. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000, 279p.

SILVA, Émerson Neves. **Formação e Ideário do MST**. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2004, 143p.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. ***Software*** Livre**: a luta pela liberdade do conhecimento**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, 79p. (Coleção Brasil Urgente).

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, 167p.

STRATHEN, Paul. **Turing e o computador em 90 minutos**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, 89p.

SUNDARAM, Jomo K. e BAUDOT, Jacques. **Flat World, Big Gaps: Economic Liberalization, Globalization, Poverty and Inequality**. Londres: Zed Books, 2007, 512p.

TELECENTROS COMUNITÁRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO LIÇÕES SOBRE TELECENTROS COMUNITÁRIOS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE. Traduzido do original em espanhol: Telecentros... ¿Para qué? - Lecciones sobre Telecentros Comunitarios en América Latina y el Caribe, Quito: Fundação Chasquinet, novembro de 2002.

TEODORO, António. **Globalização e Educação: políticas educacionais e novos modos de governação**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003, 167p (Coleção Prospectiva; v. 9)

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2005, 132p.

TORRES, Ofélia de Lanna Sette. **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**; trad. e adaptação Arakey Martins Rodrigues. 3 ed. - São Paulo : Atlas, 1996.

TORRES, Rosa Maria. **Educação Popular: um encontro com Paulo Freire**. São Paulo: Edições Loyola, 1987, 115p.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em Educação**. - São Paulo: Atlas, 2006, 175p.

VARELLA, Marcelo Dias; PLATIAU, Ana Flávia. **Estímulo ao associativismo no Brasil: algumas propostas de políticas públicas.** Brasília a. 40 n. 159 jul./set. 2003, p.319-333.

VIDAL, D. G. **Escola nova e processo educativo**. In: 500 anos de Educação no Brasil. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 497-517.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da Cultura**; tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2000, 184p.

WIKIPÉDIA. **A enciclopédia livre**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org

ZWEERS K.; PLANQUÉ K. **Electronic Government**. From a Organizational Based Perspective Towards a Client Oriented Approach In: Designing E-Government, Prins J.E.J. (ed.), Kluwer Law International, 2001, pp. 92.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A – Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO

Prezados Srs. e Sras., o presente Questionário faz parte da Pesquisa em Educação que venho fazendo no Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe - UFS. Tem por finalidade conhecer a realidade do Telecentro do Quissamã (SE). Solicitamos a todos e todas o favor de responder as questões deste questionário. Não é preciso colocar o seu nome, é preciso apenas que todos e todas respondam as questões.

1. **Sexo: _____**
2. **Idade: _____**
3. **Há quanto tempo vive no assentamento:**
   _____
4. **Grau de Escolaridade:**
   _____
5. **Escola onde estudou:**
   _____

6. Acha importante ter um Telecentro no assentamento? 6.1 ☐ - sim 6.2 ☐ - sim, mas gostaria que fosse mudada a configuração. 6.3 ☐ - sim, mas gostaria que os computadores fossem menos lentos. 6.4 ☐ - não. 6.5 ☐ - nenhuma das alternativas.	**7. Quantas vezes por semana o (a) senhor (a) utiliza o Telecentro?** 7.1 ☐ - 1-2 vezes 7.2 ☐ - 3-4 vezes 7.3 ☐ - 5-6 vezes 7.4 ☐ - mais de 6 vezes 7.5 ☐ - não usa

8. Das ferramentas abaixo, quais delas estão instaladas nos computadores do Telecentro? 8.1 ☐ - Texto (Writer) 8.2 ☐ - Planilha (Calc) 8.3 ☐ - Apresentação (Impress) 8.4 ☐ - Desenho (Draw) 8.5 ☐ - Mensagem (Gaim)	**9. Das ferramentas conhecidas, quais as mais utilizadas?** 9.1 ☐ - Texto (Writer) 9.2 ☐ - Planilha (Calc) 9.3 ☐ - Apresentação (Impress) 9.4 ☐ - Desenho (Draw) 9.5 ☐ - Mensagem (Gaim) 9.6 ☐ - Jogos 9.7 ☐ - Internet
10. Como o Telecentro contribui para a sua vida? **10.1** ☐ - Complementar os estudos da escola ou dos cursos de capacitação **10.2** ☐ - Conhecer novas pessoas **10.3** ☐ - Facilitar acesso às informações do mundo **10.4** ☐ - Digitar e pesquisar trabalhos escolares **10.5** ☐ - Executar atividades lúdicas como brincadeiras, jogos etc. **10.6** ☐ - Outros _____	**11. O (a) senhor (a) já utilizou o Telecentro como laboratório para fazer algum curso ou atividade importante do Assentamento?** 11.1 ☐ - sim 11.2 ☐ - não
12. O uso do Telecentro serve para: **12.1** ☐ - Fazer Curso de Informática **12.2** ☐ - Ajudar nas atividades escolares **12.3** ☐ - Melhorar a sua formação política **12.4** ☐ - Esclarecer seus direitos de cidadão ou cidadã **12.5** ☐ - Outros _____	**13. Que ganhos o assentamento passou a ter com a instalação do Telecentro?** 13.1 ☐ - Novas possibilidades de inserção social 13.2 ☐ - Facilitou a interação com outros assentamentos 13.3 ☐ - Favoreceu o processo de Educação e capacitação dos assentados 13.4 ☐ - Favoreceu o processo de inclusão digital 13.5 ☐ - Outros _____

14. O Telecentro ajuda o assentado a se preparar para as questões sobre a agricultura? **14.1** ☐ - sim, com a Internet é possível buscar várias informações agrícolas. Por exemplo, preço de produtos agrícolas. **14.2** ☐ - sim, os cursos que são realizados no assentamento podem ser feitos com o auxílio do computador. Isso ajuda bastante adquirir mais conhecimento. **14.3** ☐ - Não. Isso é indiferente.	**15. Para obter maiores contribuições com a informática, o Telecentro deveria:** **15.1** ☐ - Ter mais computadores **15.2** ☐ - Ter mais cursos **15.3** ☐ - Formar outros Telecentros **15.5** ☐ - Ampliar o horário de uso do Telecentro. **15.5** ☐ - Melhorar as condições dos assentos e ventilação da sala **15.6** ☐ - Melhorar as condições dos equipamentos
16. Com o Telecentro o (a) senhor (a) se sente: 16.1 ☐ - Inserido no mundo das tecnologias 16.2 ☐ - Indiferente ao mundo das tecnologias 16.3 ☐ - Estranho ao mundo das tecnologias 16.4 ☐ - Outros _____	**17. O *Software* livre é:** 17.1 ☐ - Liberdade 17.2 ☐ - Aprendizagem 17.3 ☐ - Conhecimento 17.4 ☐ - Diversidade 17.5 ☐ - Esclarecimento 17.6☐ - Outros _____
18. O MST é um movimento de luta e resistência. O uso do *Software* Livre fortalece essa característica? **18.1** ☐ - sim **18.2** ☐ - não	**19. A utilização do Telecentro com *Software* Livre representa:** 19.1 ☐ - Socialização do Conhecimento 19.2☐ - Idéias políticas 19.3☐ - Aquisição de poderes 19.4 ☐ - Outros _____
20. A Educação dada pelo MST, hoje no assentamento, se potencializou com a informática? 20.1 ☐ - sim 20.2 ☐ - não	**21. O *Software* Livre é uma prática de incentivo para:** 21.1 ☐ - Colaboração 21.2☐ - Solidariedade 21.3☐ - Luta 21.4 ☐ - Outros _____

22. O *Software* Livre está contribuindo para o aumento da produção de conhecimento dos (as) assentados (as)? 22.1☐ - sim 22.2☐ - não	**23. Existe uma filosofia de liberdade dentro do *Software* Livre?** 23.1 ☐ - sim 23.2 ☐ - não

24..Antes da instalação do Telecentro, como era a vida dos assentados, uma vez que não tinham acesso à informática?

---

25. A informatização do assentamento mudou em que a vida dos assentados?

---

26. Como a informática ajuda na dinâmica do movimento dos sem-terra?

---

27. Por que o *Software* Livre foi empregado no Telecentro?

---

28. Qual a ligação do *Software* Livre com as idéias do movimento dos sem-terra?

---

29. De que forma o *Software* Livre, fortalece a Educação Política do MST?

---

30. Como a utilização do *Software* Livre ajuda adquirir novas aprendizagens?

APÊNDICE B - Nº Assentados (as) X utilização do Telecentro

Família	Nº assentado/ assentada	Nº Chefe (a) de família	Nº de chefe (a) de família que usa o Telecentro	Nº FILHO / FILHA				Total Filhos	Nº de filho (a) que usa Telecentro	Nº Usuário Telecentro
				Até 5 anos	De 6 até 10 anos	De 11 até 15 anos	Maior de 15 anos			
F1	4	1	0	0	0	1	2	**3**	2	**2**
F2	1	1	0	0	0	0	0	**0**	0	**0**
F3	4	2	0	1	0	0	0	**1**	0	**0**
F4	4	2	0	0	2	0	0	**2**	0	**0**

TOTAIS	**179**	**66**	**0**	**21**	**29**	**26**	**28**	**104**	**24**	**24**

Fonte: Dados da Pesquisa - 2007

APÊNDICE C - Roteiro de perguntas abertas e respostas

Assentado(a) A

Identificação	
Data Local	Assentado A, dia 6 de julho de 2007, entre as 07h52min e às 08h25min no Telecentro.

24. Antes da instalação do Telecentro, como era a vida dos assentados, uma vez que não tinham acesso à informática?

Não era muito boa, antes nos estudantes tínhamos que pesquisa em outros lugares, mas agora melhorou.

25. A informatização do assentamento mudou em que a vida dos assentados?

[illegible] e estão tão muito melhor.

26. Como a informática ajuda na dinâmica do movimento dos sem-terra?

Ajuda na comunidade na união.

27. Por que o software livre foi empregado no Telecentro?

Porque era uma forma de começo para outros talentos, cursos e etc.

28. Qual a ligação do software livre com as idéias do movimento dos sem-terra?

A mudar pra melhor.

Assentado(a) B

Identificação	
Data Local	Assentado B, dia 6 de julho de 2007, entre as 09h48min e às 10h22min no Telecentro.

24. Antes da instalação do Telecentro, como era a vida dos assentados, uma vez que não tinham acesso à informática?

25. A informatização do assentamento mudou em que a vida dos assentados?

Assentado(a) C

Identificação	
Data Local	Assentado C, dia 6 de julho de 2007, entre as 09h49min e às 10h10min no Telecentro.

24. Antes da instalação do Telecentro, como era a vida dos assentados, uma vez que não tinham acesso à informática?

do software livre com as idéias do movimento dos sem-terra?

ftware Livre, fortalece a Educação Política do MST?

29.De que forma

Assentado(a) D

Identificação	
Data Local	Assentado D, dia 6 de julho de 2007, entre as 09h48min e às 10h23min no Telecentro.

4. Antes da instalação do Telecentro, como era a vida dos assentados, uma vez que não tinham acesso a informática?

[illegible] eu acho que não [illegible]

Assentado(a) E

Identificação	
Data Local	Assentado E, dia 6 de julho de 2007, entre as 9:49 e às 10:03 no Telecentro.

24. Antes da instalação do Telecentro, como era a vida dos assentados, uma vez que não tinham acesso à informática?

muito conhecimento com a internet e por falta Não tinhamos

ece a Educação Política do MST?

política como também sociais e
e idéias a respeito do assunto.

29. De que forma o Software Livre, forta

Ele trata de questõ
passa sua opinião

ajuda adquirir novas aprendizagens?

pode ser bastante informação e
mo o mundo está bastante

30. Como a utilização do Software Livre

Não trabalho at
aprendi um pouco co

Assentado(a) F

Identificação	
Data Local	Assentado F, dia 7 de julho de 2007, entre as 10h36min e às 11h24min no Telecentro.

24. Antes da instalação do Telecentro, como era a vida dos assentados, uma vez que não tinham acesso à informática?

ELES TINHAM QUE SAIR PARA A CIDADE PARA

Assentado(a) G

Identificação	
Data Local	Assentado G, dia 7 de julho de 2007, entre as 17h45min e às 18h07min no Telecentro.

24. Antes da instalação do Telecentro, como era a vida dos assentados, uma vez

[redacted]

26. Como a informática [redacted] **s sem-terra?**

AJUDA A AUTONOMIA A FORMAÇÃO E CONHECIMENTO POLÍTICO E EDUCACIONAL DOS

[redacted]

Assentado(a) H

Identificação	
Data Local	Assentado H, dia 7 de julho de 2007, entre as 18h15min e às 18h43min no Telecentro.

24. Antes da instalação do Telecentro, como era a vida dos assentados, uma vez que não tinham acesso à informática?

[redacted]

ligação do software livre com as idéias do movimento dos sem-terra?

MELHORA-LO.

LIBERTANIAS.

forma o Software Livre, fortalece a Educação P[illegible] do MST?

28. Qual

IDEA

29.De qu

[redacted]

Assentado(a) I

Identificação	
Data Local	Assentado I, dia 7 de julho de 2007, entre as 17h08min e às 17h40min no Telecentro.

24. Antes da instalação do Telecentro, como era a vida dos assentados, uma vez que não tinham acesso à informática?

25. A informatização do assentamento mudou em que a vida dos assentados?

27. Por que o software livre foi empregado no Telecentro?

28. Qu

ul a ligação do software livre com as idéias do movimento dos sem terra?

50. Como a utiliza

ão d

Assentado(a) J

Identificação	
Data Local	Assentado J, dia 8 de julho de 2007, entre as 9:208h50min e às 19h15min no Telecentro.

24. Antes da instalação do Telecentro, como era a

Assentado(a) K

Identificação	
Data Local	Assentado K, dia 8 de julho de 2007, entre as 09h20min e às 09h41minno Telecentro.

24. Antes da instalação do Telecentro, como era a vida dos assentados, uma vez que não tinham acesso à informática?

→ Passou a ter mais informações, onde, antes não tinham, contribui para juventude do campo.

informatização do assentamento mudou em que a vida dos assentados?

benefícios com a educação, onde criou-se novos e transformando o ser social, mostrando a realidade mundo virtual.

forniática ajuda na dinâmica do movimento dos sem-terra?

envolvendo a educação e possibilitando criação de

software livre foi empregado no Telecentro?

rede

do software livre com as idéias do movimento dos sem-terra?

virtual com em outras áreas

Software Livre fortale

25. A

→ Tre

cursos,

do m

26. Como a in

→ For

cursos.

27. Por que o

→ Po

relação

28. Qual a ligação

→ Dar

mentoi

29. De que forma o

Assentado(a) L

Identificação	
Data	Assentado L, dia 8 de julho de 2007, entre as 09h32min e às 09h54min no Telecentro.
Local	

24. Antes da instalação do Telecentro, como era a vida dos assentados, uma vez que não tinham acesso à informática?

muito influenciado pelo principal meio de comunicação, rádio e TV, após a instalação do Telecentro [illegible] da sociedade

5. A informatização do assentamento mudou em que a vida dos assentados?

melhorou a comunicação entre os assentados

r que o software livre foi empregado no Telecentro?

[illegible] a [illegible] de mudança do sistema [illegible] questão de software proprietário

as idéias do movimento dos sem-terra?

[illegible] a questão de ser construída coletiva por uma comunidade [illegible] financeira

27. pela questão [illegible] em configurações financeiras de a

28. Qual a ligação do software livre com

código fonte [illegible] ido de forma [illegible] não gerando dependê

lítica do MST?

[illegible] versas fontes para [illegible] política e [illegible]

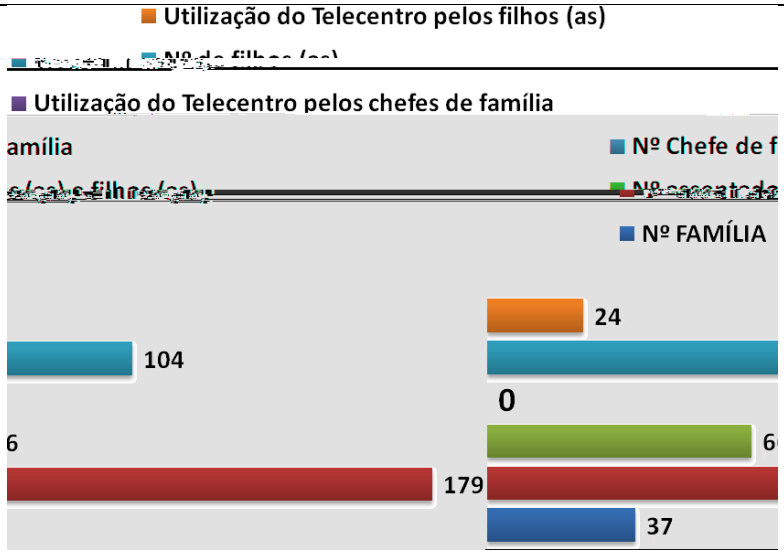
29.De que forma o Software Livre, fortalece a Educação P

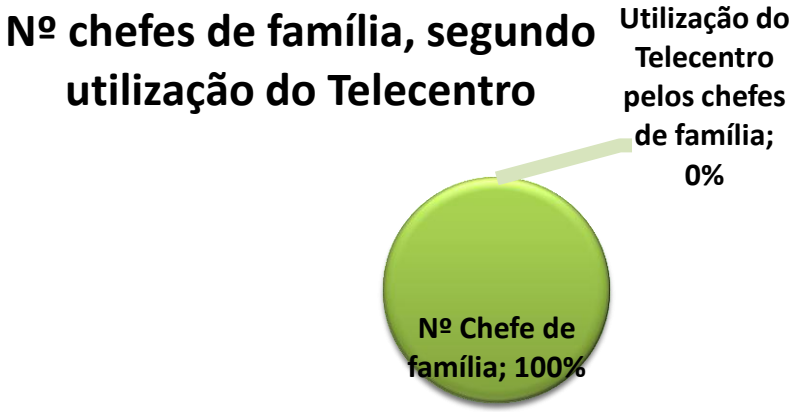
dando acesso e d[illegible] acessar informações sob[illegible]

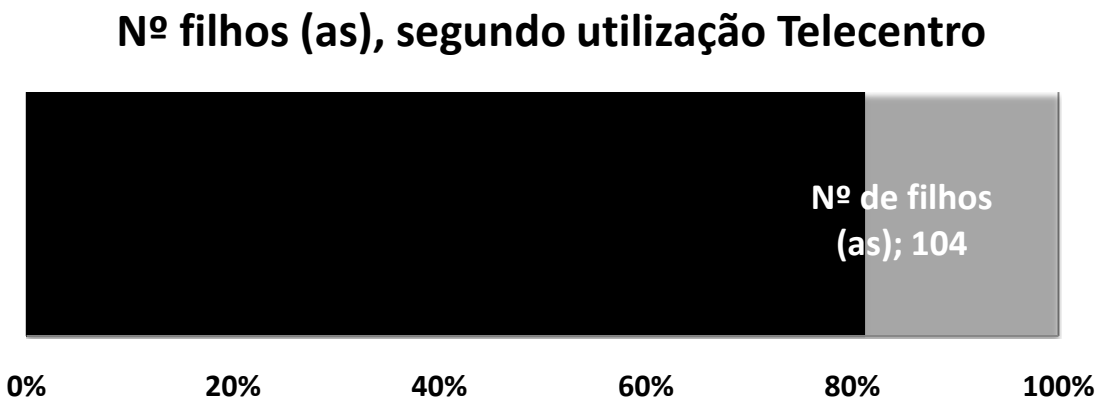
30. Como a ligação do Software Livre está [illegible]

[illegible]

APÊNDICE D - Utilização do Telecentro Quissamã (SE) (estimada em %)



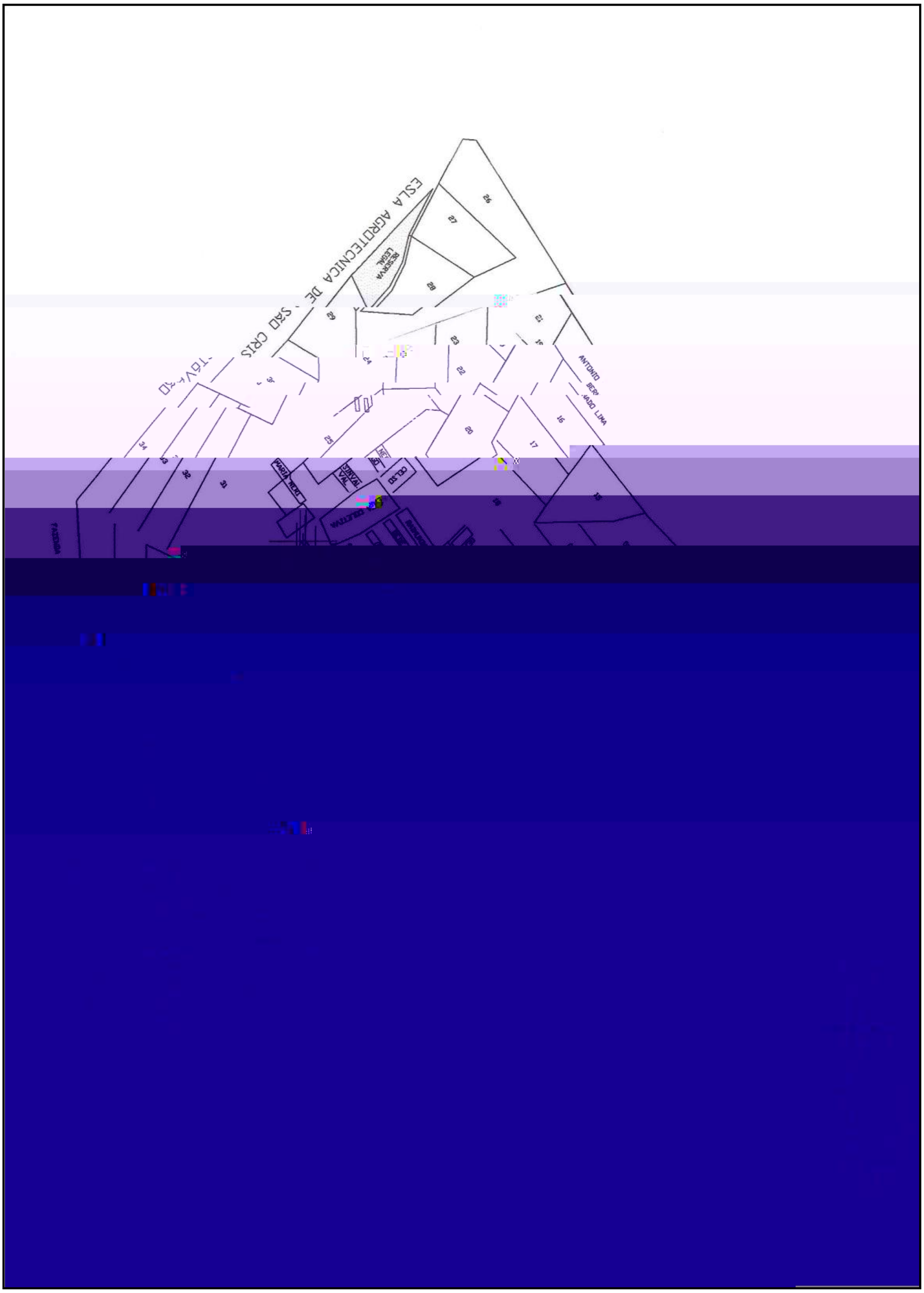




Fonte: Dados da Pesquisa - 2007
(*): Gráficos gerados a partir do formulário de pesquisa: apêndice D.

ANEXO(S)

ANEXO A - P. A. Assentamento Moacir Wanderley (SE)



Fonte: INCRA 2001

ANEXO B - Contrato Social Debian

Versão 1.1 ratificada em 26 de Abril de 2004. Substitui a Versão 1.0 ratificada em 5 de Julho de 1997.

O Projeto Debian, produtor do sistema Debian GNU/Linux, criou o **Contrato Social Debian**. A Definição Debian de *Software* Livre (DFSG), uma parte do contrato, inicialmente designada como um conjunto de compromissos públicos que nós concordamos em respeitar, foi adotada pela comunidade de *Software* Livre como a base para a Definição Open Source.

Contrato Social perante a Comunidade de *Software* Livre

1. **O Debian permanecerá 100% livre**

   Nós disponibilizamos as definições que usamos para determinar se um *software* é *livre* no documento intitulado *A Definição Debian de Software* Livre *(DFSG)*. Nós prometemos que o sistema Debian e todos seus componentes serão livres de acordo com essas definições. Nós iremos fornecer suporte às pessoas que desenvolvem ou usam *Software* Livre e não-livre no Debian. Nós nunca faremos o sistema depender de um componente não-livre.

2. **Nós iremos retribuir à comunidade *Software*** Livre

   Quando escrevermos novos componentes do sistema Debian, nós o licenciaremos de um modo consistente com a Definição Debian de *Software* Livre. Iremos fazer o melhor sistema que pudermos, de modo que o *Software* Livre seja amplamente distribuído e utilizado. Iremos fornecer aos *autores originais* (upstream) dos componentes usados em nosso sistema, as correções de bugs, aperfeiçoamentos, solicitações de usuários, etc.

3. **Nós não esconderemos problemas**

   Iremos manter nosso banco de dados de relatório de bugs aberto para a visualização pública todo o tempo. Os relatórios que as pessoas preenchem online ficarão visíveis imediatamente para todos as outras pessoas.

4. **Nossas prioridades são nossos usuários e o *Software*** Livre

   Nos guiaremos pelas necessidades de nossos usuáris e da comunidade *Software* Livre. Colocaremos seus interesses em primeiro lugar nas nossas prioridades. Nós iremos fornecer suporte às necessidades de nossos usuários para que o sistema funcione em diversos tipos de ambientes computacionais. Não faremos objeção a *software*s não-livres que têm como objetivo rodar em sistemas Debian, nem tentaremos cobrar taxa alguma às pessoas que criarem ou utilizarem estes *software*s. Permitiremos que outras pessoas criem distribuições contendo o sistema Debian e outros *software*s, sem cobrar taxa alguma. Como forma de amparar estes objetivos, nós disponibilizaremos um sistema integrado, com materiais de alta qualidade, e sem restrições legais que possam impedir tais usos do mesmo.

5. **Programas que não atendem nossos padrões de *Software*** Livre

Nós reconhecemos que alguns de nossos usuários precisam usar *software*s que não atendem à Definição Debian de *Software* Livre. Criamos as áreas contrib e non-free em nossos repositórios para estes *software*s. Os pacotes contidos nessas áreas não são parte do sistema Debian, embora tenham sido configurados para rodar no Debian. Nós incentivamos os fornecedores de CDs a ler as licenças dos pacotes armazenados nessas áreas, a fim de determinar se podem distribuí-los em seus CDs. Assim, embora *software*s não-livres não sejam considerados parte do Debian, nós oferecemos suporte à sua utilização e disponibilizamos infra-estrutura para pacotes não-livres (como nosso sistema de controle de bugs e listas de discussão).

A Definição Debian de *Software* Livre **(DFSG)**

1. **Redistribuição livre**
   A licença de um componente Debian não pode restringir nenhuma parte interessada em vendê-lo, ou distribuir o *software* como parte de uma distribuição agregada de *software* contendo programas de diversas fontes diferentes. A licença não pode exigir um royalty ou outra taxa por esta venda.

2. **Código Fonte**
   O programa deve incluir código fonte e deve permitir a distribuição em código fonte, bem como em formato compilado.

3. **Trabalhos Derivados**
   A licença deve permitir modificações e trabalhos derivados, e deve permitir que estes sejam distribuídos sob a mesma licença que o trabalho original.

4. **Integridade do Código Fonte do Autor**
   A licença pode restringir o código fonte de ser distribuído de forma modificada **_somente_** se a licença permitir a distribuição de patch files com o código fonte, com o propósito de modificar o programa em tempo de compilação. A licença deve permitir explicitamente a distribuição de *software* compilado a partir do código fonte modificado. A licença pode exigir que trabalhos derivados tenham um nome ou número de versão diferente do *software* original (*este é um meio-termo; o grupo Debian encoraja todos os autores a não restringir nenhum arquivo, fonte ou binário, de ser modificado*).

5. **Não à discriminação contra pessoas ou grupos.**
   A licença não pode discriminar nenhuma pessoa ou grupo de pessoas.

6. **Não à discriminação contra Fins de Utilização**
   A licença não pode restringir ninguém de fazer uso do programa para um fim específico. Por exemplo, ela não pode restringir o programa de ser usado no comércio, ou de ser usado para pesquisa genética.

7. **Distribuição de Licença**
   Os direitos atribuídos ao programa devem aplicar-se a todos aqueles para quem o programa é redistribuído, sem a necessidade de execução de uma licença adicional por aquelas pessoas.

8. **A Licença não pode ser específica para o Debian**

Os direitos atribuídos ao programa não podem depender do programa ser parte de um sistema Debian. Se o programa for extraído do Debian e usado ou distribuído sem o Debian, dentro dos termos da licença do programa, os mesmos direitos garantidos em conjunto ao sistema Debian deverão ser garantidos àqueles que o utilizam.

9. **A Licença não deve contaminar outros *software*s.**
   A licença não poderá colocar restrições em outro *software* que é distribuído juntamente com o *software* licenciado. Por exemplo, a licença não pode insistir que todos os outros programas distribuídos na mesma mídia sejam *Software* Livre.

10. **Licenças Exemplo**

As licenças **GPL**, **BSD** e **Artistic** são exemplos de licenças que consideramos *livres*.
O conceito de declarar nosso contrato social para a comunidade de Software Livre *foi sugerido por Ean Schuessler. O rascunho deste documento foi escrito por Bruce Perens, refinado por outros desenvolvedores Debian durante uma conferência via e-mail que durou um mês em Junho de 1997, e então aceita como uma política pública do Projeto Debian.*
Mais tarde, Bruce Perens removeu as referências específicas do Debian da Definição Debian de Software Livre *para criar a Definição de Código Aberto.*
Outras organizações podem fazer derivações deste documento. Por favor, dê o crédito ao Projeto Debian se você fizer isso.

ANEXO C - DECRETO de 18.10.2000

Presidência da

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Conselho de Governo, o Comitê Executivo do Governo Eletrônico, com o objetivo de formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação do Governo Eletrônico, voltado para a prestação de serviços e informações ao cidadão.

Art. 2º Integram o Comitê Executivo:

I - o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que o presidirá;

II - os Secretários-Executivos dos Ministérios;

III - o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores;

IV - o Subchefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

V - o Secretário de Organização Institucional do Ministério da Defesa;

VI - o Subsecretário-Geral da Secretaria-Geral da Presidência da República;

VII - o Secretário de Avaliação, Promoção e Normas da Secretaria de Comunicação de

I - coordenar e articular a implantação de programas e projetos para a racionalização da aquisição e da utilização da infra-estrutura, dos serviços e dos

II - estabelecer as diretrizes para a formulação, pelos Ministérios, de plano anual de tecnologia da informação e comunicações;

III - estabelecer diretrizes e estratégias para o planejamento da oferta de serviços e de informações por meio eletrônico, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal;

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de outubro de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Martus Tavares

Pedro Parente

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 19.10.2000

ANEXO D - DECRETO de 29.10.2003

DECRETO DE 29 DE OUTUBRO DE 2003

Institui Comitês Técnicos do Comitê Executivo do Governo Eletrônico e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

suplentes.

§ 3º Os órgãos e entidades cujos representantes integrem os respectivos Comitês Técnicos

ANEXO E - DECRETO de 10.03.2005

2 ISSN 1677-7042 Diário Oficial da União - Seção 1 Nº 48, sexta-feira, 11 de março de 2005

Atos do Poder Executivo

IV - Hospital Geral de Ipanema - CNPJ nº 03875087000139;

II - a projeção mundial da capacidade do povo brasileiro e da qualidade dos produtos

ANEXO F - DECRETO 23.706 de 10.03.2006

Decreto nº 5.542, de 20.09.2005

Institui o Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, no âmbito do Programa de Inclusão Digital, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

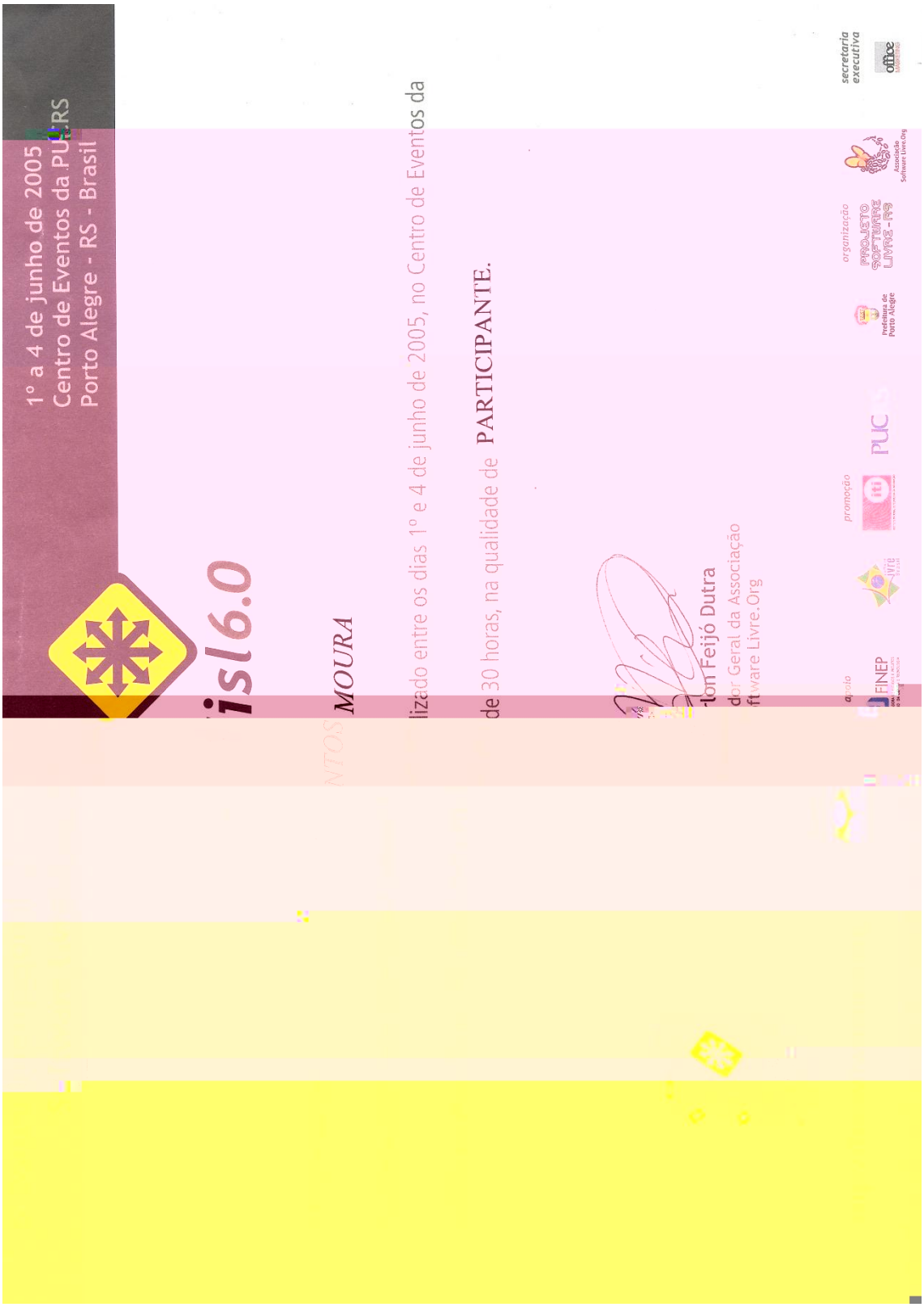
DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Programa de Inclusão Digital, o Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, com o objetivo de promover a inclusão digital mediante a aquisição em condições facilitadas de soluções de informática constituídas de computadores, programas de computador (*software*) neles instalados e de suporte e assistência técnica necessários ao seu funcionamento, observadas as definições, especificações e características técnicas mínimas estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.
§ 1º Os produtos abrangidos pelo Projeto de que trata o *caput* deverão ser produzidos no País, observado o Processo Produtivo Básico (PPB), estabelecido nos termos das Leis n.os 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 8.387, de 30 de dezembro de 1991.
§ 2º Para fins do disposto no *caput*, o Ministério da Ciência e Tecnologia deverá expedir os atos normativos pertinentes, no prazo máximo de trinta dias a contar da publicação deste Decreto.
§ 3º O valor de venda, a varejo, das soluções de informática de que trata o *caput* não poderá ser superior a R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais).
§ 4º O valor referido no § 3º poderá ser alterado mediante ato do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, ouvido o Ministro de Estado da Fazenda.
§ 5º Os bancos oficiais federais estabelecerão linhas de crédito específicas, com vista a atender ao disposto no *caput*, no prazo máximo de trinta dias após a ação prevista no § 2º.
Art. 2º Compete ao Ministério da Ciência e Tecnologia regulamentar os mecanismos de credenciamento e identificação das soluções de informática que atendam ao disposto neste Decreto e dos produtos abrangidos pelo Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, de acordo com o previsto no art. 1º.
§ 1º O Ministério da Ciência e Tecnologia poderá habilitar órgãos ou entidades públicas a proceder ao credenciamento.
§ 2º Caberá ao fabricante ou fornecedor inserir, na forma estabelecida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a identificação de que trata o *caput* nas soluções e produtos nele referidos.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 20 de setembro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Sergio Machado Rezende

Publicado no DOU de 21/09/2005, Seção I, Pág. 56.

ANEXO G - 6º FISL - Fórum Internacional de Software livre



ANEXO H - Horário de uso do Telecentro Quissamã (SE) pelos assentados

CENTRO DE CAPACITAÇÃO CANUDOS

TELECENTRO
(CRONOGRAMA INTERNO)

SEGUNDA FEIRA	SEXTA FEIRA	DOMINGO	
H ESTAGIÁRIOS 8 as 12 h	CECAC 8 as 12 h	ESTAGIÁRIOS 13 as 16 h	MAN Ã

frente para o usuário, de acordo com o

rios, ficarão responsáveis pela a limpeza

terminada pela coordenação.

autorização da coordenação, em caso de

OS, e sites parecidos, caso isso ocorra o

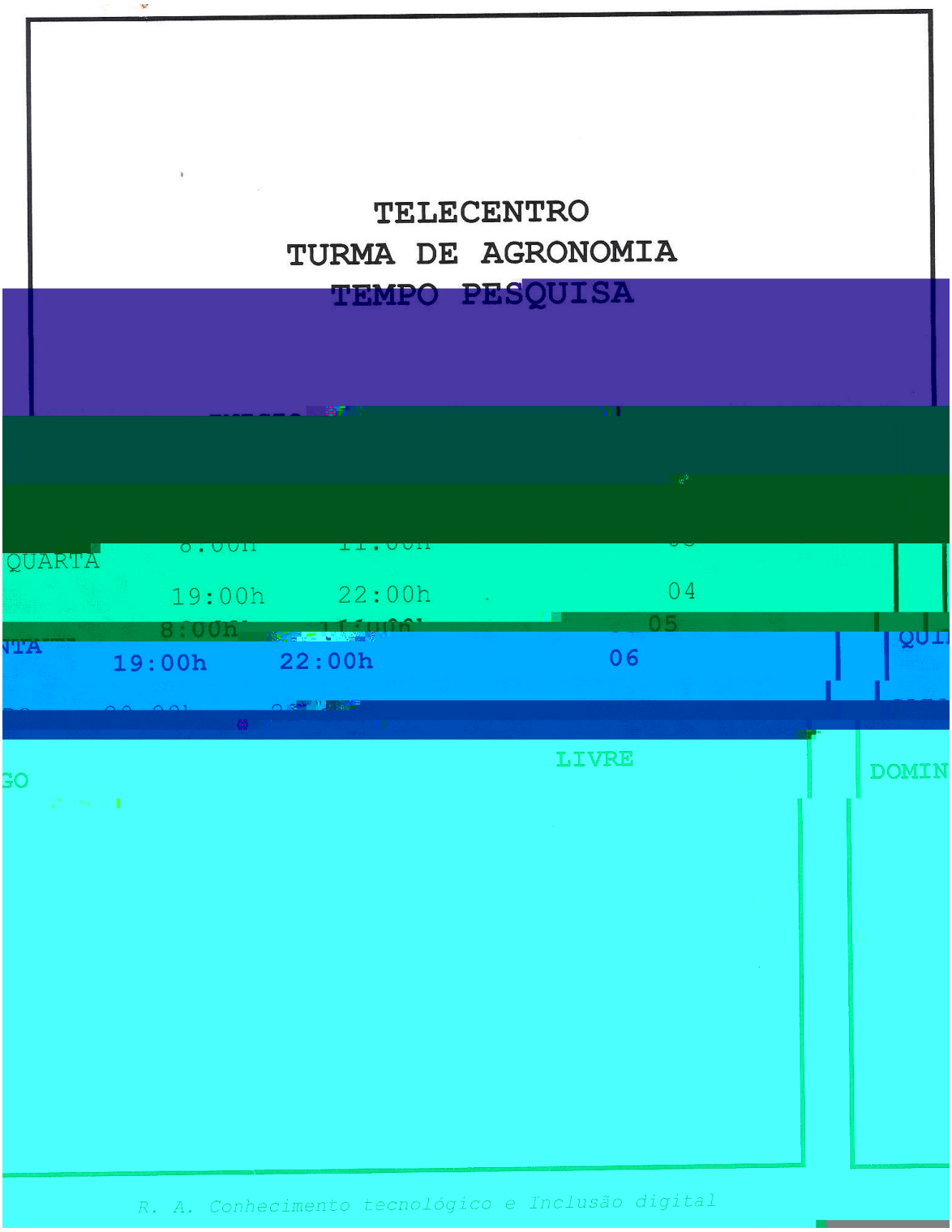
, (Linux), exemplo: janelas,

com as consequências.

- Manter as máquinas alinhadas, de alinhamento das demais.
- limpeza: todas as Nbs e demais usu durante seu tempo de pesquisa.
- Respeitar a organização do espaço de
- O telefone só poderá se usado com necessidades.
- Não acessar sites **PORNOGRÁFIC** usuário ficará sem usar o telecentro.
- Não mexer na configuração padrão do software pastas e tela, ícones e área de trabalho.

Fonte: MST de Sergipe, Assentamento Moacir Wanderley - 2007

ANEXO I - Horário de uso geral do Telecentro Quissamã (SE)



Fonte: MST de Sergipe, Assentamento Moacir Wanderley - 2007

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo